

ESPETÁCULO, FESTA, ARGUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE OS
EVENTOS COMO ESTRATÉGIA
DE COMUNICAÇÃO EM
MOVIMENTOS SOCIAIS

ELAINE CRISTINA GOMES DE MORAES

**ESPETÁCULO, FESTA,
ARGUMENTAÇÃO E
ORGANIZAÇÃO**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Mauro de Souza Ventura
Ana Sílvia Lopes Davi Médola
Maria Cristina Gobbi
Juliano Maurício de Carvalho
Marcelo Magalhães Bulhões
Murilo Cesar Soares
Danilo Rothberg
José Carlos Marques

ELAINE CRISTINA GOMES DE
MORAES

ESPETÁCULO, FESTA, ARGUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE OS
EVENTOS COMO ESTRATÉGIA
DE COMUNICAÇÃO EM
MOVIMENTOS SOCIAIS

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

© 2013 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M819e

Moraes, Elaine Cristina Gomes de

Espectáculo, festa, argumentação e organização [recurso eletrônico]: reflexões sobre os eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais/Elaine Cristina Gomes de Moraes.

São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-474-5 (recurso eletrônico)

1. Movimentos sociais. 2. Ciências sociais. 3. Relações públicas.

4. Livros eletrônicos. I. Título.

14-08261

CDD: 303.484

CDU: 316.42

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Prefácio	7
Introdução	11
1 Movimentos sociais e comunicação	23
2 Eventos enquanto estratégia de comunicação	57
3 Movimento homossexual no brasil	91
4 Metodologia da pesquisa	115
5 Estudo de caso: a 5ª Parada da Diversidade de Bauru	129
6 Análise integrada dos resultados	207
Considerações finais	215
Referências	221

PREFÁCIO

Há diversos conceitos-síntese entrelaçados neste belo trabalho que nos oferece Elaine Moraes: evento, movimentos sociais, comunicação, cada um deles sugerindo pistas analíticas para a realidade social contemporânea, todos unidos num esforço interpretativo conjugado, sob a égide do primeiro, o de evento. Na realidade, os eventos (acontecimentos coletivos organizados) são muito antigos na trajetória da humanidade. Podemos imaginar que eles já existissem antes das civilizações antigas, pois as sociedades tribais existentes hoje ainda traduzem em seus encontros rituais a essência do vínculo social que as unifica, concretizado em cerimônias, liturgias, festas, celebrações, reuniões de deliberação. Esses acontecimentos produzem sinergia pela reunião, marcando a história do grupo, pontuando sua vida coletiva, produzindo resultantes afetivas e morais nos membros das comunidades, revigorando suas crenças, fortalecendo seus laços, fortalecendo sua identidade, recuperando o seu passado, preparando-os para o futuro.

Pois bem, apesar de as sociedades contemporâneas disporem hoje de tantos meios de comunicação interativos, propiciados principalmente pela internet, como as redes sociais o exemplificam, os eventos continuam sendo momentos insubstituíveis de comunhão afetiva real, de contato face a face, de troca de energias, de fortale-

cimento das identidades, de celebração dos grupos, além, é claro, de seus propósitos imediatos, que podem ser mais mundanos e pragmáticos, como são os das convenções, congressos etc. No entanto, alguns eventos modernos ainda mantêm esse caráter transcendente das reuniões ancestrais, como as celebrações religiosas e cívicas, as comemorações cíclicas das efemérides, que assinalam a passagem do tempo e que nos lembram de nossa memória comum e de nossa identidade social.

O interesse de Elaine Moraes nesse caráter aglutinador e propulsor dos eventos originou-se da sua própria experiência profissional como Relações Públicas, na qual teve a oportunidade de organizar inúmeras dessas reuniões e experimentar o seu potencial único como catalisador das contribuições humanas pessoais, criando algo novo, diferente de cada um dos participantes, realizando uma ultrapassagem do individual, em direção a uma síntese coletiva. Contudo, Elaine foi além do evento corporativo, analisando-o como uma estratégia dos movimentos sociais, seguindo uma observação arguta formulada, anos atrás, pela pesquisadora Dra. Nobuco Kameiame, então diretora da Faculdade de Serviço Social de Lins, em uma palestra proferida para estudantes e professores de Comunicação Social, em Bauru. Solicitada a falar sobre a comunicação nos movimentos sociais, a Dra. Kameiame destacou o papel das passeatas, dos atos públicos, das missas e dos abaixo-assinados como meios de comunicação dos movimentos em suas lutas sociais. Essa perspectiva foi seguida por Elaine em sua investigação, que realiza uma integração das Relações Públicas com a comunicação mediática e a Sociologia dos movimentos sociais. A autora perseguiu essa ideia, operacionalizou-a, analisando sistematicamente como essa criação de poder social conta, contemporaneamente, com o respaldo – ironicamente – dos meios tecnológicos de comunicação, no caso estudado, da imprensa, que, como ela mostra, legitima as demandas e amplifica a expressão do evento para uma audiência não presencial, a dos leitores dos jornais, dos ouvintes de rádio e dos espectadores de telejornais. A esse respeito, é interessante observar que um dos cartazes ostentados pelos participantes das manifestações

de protesto, em junho de 2013, em São Paulo, dizia: “Saímos do Facebook” (menção a uma famosa “rede social” da Internet), ou seja, as formas tecnológicas de comunicação, apesar de sua importância, não podem substituir o “povo na rua”, a expressão de sua presença física, a participação real, criadora de uma força política e social, capaz de influir nos processos sociais.

Outro conceito mobilizado pela pesquisa de Elaine é a noção contemporânea de cidadania, entendida como direitos civis, políticos e sociais, em torno dos quais se aglutinam as reivindicações, esperanças e sonhos das categorias sociais discriminadas, perseguidas ou em desvantagem. No caso, o estudo de Elaine focalizou os eventos organizados pelo movimento gay, em busca da não discriminação, de direitos iguais aos dos heterossexuais, da empregabilidade sem preconceitos, em uma palavra, da cidadania sexual.

Com esses pressupostos, aos quais traz uma fundamentação teórica e para os quais desenha o contexto histórico, Elaine Moraes realiza um estudo metódico, baseado em uma metodologia rigorosa, produzindo dados e interpretando-os com inteligência e propriedade. Acrescente-se que, se Elaine está ao lado dos valores progressistas do movimento, de justiça e cidadania, isso não a impede de manter intactos os compromissos científicos da qualidade dos dados, da interpretação isenta. O resultado é um texto que alia qualidades acadêmicas a um estilo de redação agradável, que conduz o leitor pelas discussões, com interesse constante. É um trabalho que integra abordagens, abrindo perspectivas para compreensão das lutas sociais contemporâneas, suas demandas e seus meios, em especial os eventos.

Prof. Dr. Murilo Cesar Soares
(Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/Unesp)

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema o papel dos eventos em movimentos sociais e, nessa perspectiva, pretende analisar sua importância como estratégia de comunicação, sob a ótica das Relações Públicas Comunitárias, nas lutas da cidadania. Como corpus de análise, desenvolvemos a pesquisa sobre a 5ª Parada da Diversidade de Bauru, realizada no dia 26 de agosto de 2012. Esse evento é promovido pela Associação da Diversidade de Bauru (ABD), e é composto majoritariamente pelo movimento homossexual e outras minorias.

A relevância deste trabalho encontra respaldo no artigo 5º da Constituição brasileira de 1988, que garante os direitos à igualdade entre os cidadãos, porém, por outro lado, há que se refletir nesse sentido. No caso dos homossexuais, apesar do direito à igualdade, observamos que se trata de grupos estigmatizados que vivenciam, geralmente, preconceitos e discriminações que têm resultado, muitas vezes, em ações homofóbicas caracterizadas pela violência, em virtude da orientação homossexual.

Por outro lado, desde sua formação no Brasil, o movimento homossexual tem contribuído para importantes transformações, por meio de seus eventos dialogais e de mobilização. Apesar de haver necessidade de aprovação de leis mais rígidas que garantam o respeito aos homossexuais enquanto cidadãos, como o projeto de lei

em tramitação que visa transformar a homofobia em crime, muitas transformações ocorreram e pode-se verificar uma mudança de paradigmas na própria sociedade, como o reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012.

Os eventos possuem papel importante no movimento homossexual. Como ações planejadas que permitem a aproximação de pessoas com objetivos definidos junto a determinado público, são formas de expressão de seus ideais, reivindicações e identidade. Nesse contexto, os eventos tornam-se formas de expressão do movimento, reproduzidos pela cobertura dos meios de comunicação. Assim, deixam de ser definidos apenas como uma reunião de pessoas com os mesmos interesses, e são compreendidos como estratégias de comunicação que costumam resultar em formas de visibilidade e legitimidade desses grupos.

Este estudo propõe um enfoque sob uma ótica peculiar dos eventos. Enquanto ação de comunicação, essas atividades são planejadas, geralmente, no contexto organizacional, para aproximação de públicos com objetivos afins ou ainda para a construção de uma imagem. Neste trabalho, os eventos são compreendidos como ação estratégica de comunicação, com fins voltados ao avanço social, com a proposta de transformação de determinada realidade, uma vez que promovem visibilidade e legitimidade às lutas do movimento social.

É possível observar que, na contemporaneidade, os eventos são estratégias de comunicação cada vez mais utilizadas com o objetivo de promover relacionamentos entre as partes interessadas, ou seja, o público de interesse de quem os promove. Trata-se de um importante veículo de comunicação aproximativo, especificamente na área de relações públicas, pois permite o encontro de pessoas com objetivos afins, em determinado espaço físico ou virtual, em um mesmo momento.

Essa visão é corroborada por diversos autores que se dedicam ao estudo de eventos, compreendendo-os como importante veículo da comunicação (Meirelles, 1999, 2003; Britto; Fontes, 2002; Cesca, 2008; Kunsch, 2003; Giácomo, 1993). Conceitos como “emoção”, “sentimento”, “presença”, entre outros, são ressaltados por esses

autores. Outros enfoques são atribuídos aos eventos como “atividade lucrativa” (Hamam, 2011) e “estratégia para alavancar o turismo” (Matias, 2007).

Assim, a relevância dos eventos ganha destaque, principalmente, no âmbito organizacional, com a reunião de seu público de interesse e seu posterior *feedback*, além de tornar-se notícia em virtude da presença e cobertura dos meios de comunicação. Embora o evento tenha um período determinado para sua realização, sua repercussão ultrapassa esse espaço de tempo, tornando-se pauta da agenda da mídia e, conseqüentemente, da agenda do público.

Considerando os resultados favoráveis que o evento pode proporcionar, entendemos que essas ações tornam-se importantes ações no contexto da cidadania. Os movimentos sociais utilizam os eventos para comunicar e reivindicar, tornando públicos os seus ideais e lutas. Porém, esse enfoque não costuma ser abordado na literatura disponível sobre eventos, assim como não se encontra com frequência o termo “cidadania” nas categorias para classificá-los.

Retomando um dos conceitos de eventos, na abordagem de ações com fins de relacionamento entre pessoas com objetivos comuns, propomos uma analogia ao que poderíamos compreender como evento de cidadania. Algumas organizações promovem “ações de cidadania”, as quais podem consistir em campanhas para a doação de alimentos ou agasalhos e, ainda, a realização de um dia para orientações de saúde e lazer. Iniciativas como essas beneficiam os participantes, porém no que se refere à prática efetiva de cidadania, ações como essas podem se limitar a práticas beneficentes, que promovem visibilidade ao organizador, mas que não contribuem de fato para a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas, visto que podem se limitar a ações de assistencialismo.

Quando se trata de cidadania, é importante mencionar que seu conceito passou por diversas transformações em contextos distintos. Entre as diversas interpretações acerca do tema, suas variações e novas abordagens, partimos do conceito de cidadania como “posse de direitos”. Assim, a cidadania é garantida por lei, na Constituição Federal, porém observamos lacunas tanto em sua prática efetiva sob

alguns aspectos, como também a ausência de leis específicas que efetivamente garantam a igualdade entre os cidadãos.

Do ponto de vista das relações públicas, Cicília Peruzzo destaca a importância da participação dos cidadãos na construção da sociedade e também da participação efetiva de seus benefícios. Ela explica que:

Entendemos cidadania não apenas como ter os direitos de participação política assegurados legalmente, de ter o direito de ir e vir, mas também como o direito de participar da feitura da sociedade e de usufruir, com igualdade, das benesses dessa mesma sociedade (Peruzzo, 1993, p.6).

As lutas pela cidadania relacionam-se ao surgimento de movimentos sociais, na medida em que esses se formam a partir de lacunas que revelam as desigualdades sociais. Ainda sob a ótica de Peruzzo (1993), é a partir da articulação civil que os direitos são alcançados e, nesse sentido, as relações públicas podem contribuir efetivamente para práticas de cidadania. A comunicação, portanto, exerce papel estratégico em um projeto de mobilização.

Um processo de mobilização social é compreendido por José Bernardo Toro e Nisia Werneck como a convocação de vontades para atuar em um objetivo comum. O papel da comunicação, portanto, é tocar as pessoas, sem manipulá-las. As pessoas são incentivadas a participar do projeto de mobilização, no entanto, trata-se de um ato voluntário (Toro; Werneck, 2007). Por meio da participação e pelo sentimento de corresponsabilidade, os movimentos sociais se mobilizam para buscar a transformação de uma determinada realidade.

No que se refere ao movimento homossexual brasileiro, observa-se a prática de uma desigualdade implícita, fundamentada em atitudes de preconceito e discriminação, que estigmatizam pessoas por não se enquadrarem na heteronormatividade. O grupo luta pela aprovação de leis mais rígidas para punir ações homofóbicas e a garantia dos mesmos direitos civis dos heterossexuais, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

No Brasil, o movimento iniciou suas articulações na década de 1970, com a formação do primeiro grupo homossexual, o “Somos”.

Esse grupo foi importante para dar início à formação da identidade do movimento, até então camuflada pelos próprios homossexuais, que sofriam perseguições policiais nas décadas de 1950 e 1960 e, então, se reuniam em guetos.

A formação de uma identidade representa a tomada de uma decisão, pois, a partir dela, um grupo assume uma posição na qual se identifica. Martino (2010) explica que as relações de identidade se formam a partir do dualismo igual versus diferente, sendo a diferença uma definição que costuma ter uma conotação negativa, ou seja, constrói-se a partir da negação do que é antagônico. Outra compreensão sobre as relações de identidade, segundo Garcia (1995), é a existência de dois campos antagônicos, entendendo-se que ou se está em um campo, ou se está contra ele.

É importante salientar que a identidade ou o conjunto de identidades de uma pessoa constrói-se de acordo com os papéis vivenciados e modifica-se conforme ocorrem variações entre esses papéis. Um grupo social forma-se a partir de diferentes identidades que compõem cada indivíduo, porém com a prevalência de determinada característica, a qual os demais membros compartilham, constituindo uma identidade social.

Vale lembrar as considerações de autores como o próprio Martino (2010), Hall (2002) e Tosta e Marra (2010) sobre a questão da identidade: ao contrário do que se acreditava anteriormente, as pessoas são formadas por diversas identidades, as quais possibilitam sua participação em determinado grupo e em um momento específico, o que não as impede de estarem em outro, por diferentes afinidades. Isso não quer dizer que as pessoas apresentam identidades antagônicas; assim, uma pessoa de identidade homossexual pode ser torcedora de determinado time, predominando nesse contexto a afinidade com os torcedores, independentemente da orientação homossexual.

No entanto, quando se entende que a identidade é contextualizada na dicotomia “nós contra eles”, ou seja, quem não pertence a um grupo posiciona-se contra ele, torna-se evidente a relação do movimento homossexual com a sociedade à qual pertence. Trata-se de uma relação marcada por uma trajetória de preconceito e discri-

minação por parte de uma maioria não homossexual, e ainda por alguns grupos específicos que se ocupam de ações homofóbicas.

Essa história começou a se modificar na realidade brasileira. Desde que o movimento surgiu no Brasil, diversos grupos se formaram, com suas necessidades específicas, como é o caso de lésbicas, transexuais ou travestis. Porém, esses grupos formaram o movimento que essencialmente visa à igualdade de direitos entre os cidadãos, pelo direito à liberdade de orientação sexual, pela equiparação aos direitos dos heterossexuais e pelo fim dos atos homofóbicos.

A trajetória do movimento é marcada pela realização de diversos eventos. Apesar da visibilidade que as paradas do Orgulho Gay proporcionaram ao movimento, sua história não se restringe a elas, mas se compõe de diversos tipos de eventos. Inicialmente, observa-se o foco nos debates e nas tomadas de decisão sobre as questões pertinentes às lutas do movimento. Como protesto contra a violência aos homossexuais, o movimento começou a sair às ruas para manifestações. Na década de 1990, o movimento retrocedeu, em virtude de sua associação com a Aids, passando então a direcionar suas ações por eventos educativos. No final da década de 1990, surgiram as paradas, eventos que contribuíram para a sua visibilidade e legitimidade, como abordam Simões e Facchini (2009).

Diante dessa repercussão, observam-se transformações de paradigmas na sociedade. Em Bauru, o movimento homossexual engloba grupos da diversidade, sendo composto por idosos, deficientes e negros, porém a maior expressividade de participantes é de homossexuais. Essa foi uma estratégia dos idealizadores do movimento para iniciarem seus trabalhos na cidade, somando esforços com outros grupos que lutam pela causa dos grupos chamados “minorias”. O movimento, que inicialmente contemplava a diversidade sexual, integrou-se aos diversos grupos considerados “vulneráveis” pelos líderes da Associação Bauru pela Diversidade (ABD). No entanto, percebe-se que, na prática, a Parada da Diversidade é organizada e representada majoritariamente pelos homossexuais. Contudo, recebe participantes que simpatizam com o movimento, e também curiosos.

O movimento realiza diversas ações durante o ano, sendo a Parada da Diversidade o evento de maior expressão do grupo. Voluntários da Associação desenvolvem ações de relações públicas junto às comunidades periféricas da cidade, por meio de campanhas que visam beneficiar esse público. O movimento, assim, passa a obter visibilidade e legitimidade, as quais contribuem em suas lutas para o combate ao preconceito e à discriminação dos homossexuais. Assim, apesar de não apresentar o caráter profissional, essas ações são importantes para disseminar uma área significativa das relações públicas, comprometida com a cidadania e o bem-estar social.

É importante destacar, nesse contexto, o papel dos meios de comunicação, que realizam a cobertura do evento, pautando a agenda do público para a discussão, pois “numa sociedade urbana complexa, temos necessidade da mediação dos meios de comunicação” (Hohlfeldt, 2010, p.192). Tratando-se da parada da diversidade, os meios de comunicação possuem papel fundamental para a divulgação do evento, pois além de mostrarem ao público o que foi realizado, contribuindo para a sua repercussão, pautam o tema da diversidade para ser discutido pelos espectadores.

Neste trabalho, o objetivo foi demonstrar a importância dos eventos como estratégia de comunicação em movimentos sociais e, assim, verificar a existência de convergências entre os aspectos observados durante o evento, as matérias jornalísticas impressas e as representações midiáticas e, ainda, a percepção dos líderes do movimento da diversidade sobre o evento.

No que tange ao tema do presente estudo, eventos em movimentos sociais, tendo como corpus de análise a 5ª Parada da Diversidade de Bauru, ressaltam-se alguns pontos:

- As paradas são ações que unem pessoas que lutam pela mesma causa e utilizam o evento como espaço para expressar sua identidade e seus desejos por igualdade e dignidade. A Parada da Diversidade é, portanto, o evento de maior representação do movimento, tendo em vista a visibilidade alcançada, assim como o número de participantes que o

evento atraí. Dessa forma, o evento torna-se uma estratégia do movimento da diversidade, formado por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, para comunicar suas lutas pelo combate à homofobia e contra quaisquer ações de discriminação.

- A Parada da Diversidade de Bauru é uma idealização do movimento da diversidade, representado pela ABD. No entanto, a maioria do público presente não integra o movimento, mas é chamado e incentivado a participar, reiterando os conceitos de Toro e Werneck (2007), que ressaltam a importância da realização das mobilizações sociais e de ações corresponsáveis para que os objetivos do movimento não se tornem subjacentes ao caráter festivo do evento.
- Como forma de alcançar visibilidade e apresentar à sociedade suas lutas, a parada é uma estratégia de comunicação para a (re)construção da imagem do movimento homossexual, estigmatizado por uma trajetória de preconceitos e discriminação. Torna-se, portanto, fundamental que os argumentos do movimento sejam ressaltados no evento para que, mais que um espetáculo e uma festa, o evento seja uma oportunidade de comunicar a importância da igualdade entre os cidadãos.
- Um evento, quando bem-sucedido, ao atingir os objetivos propostos a partir de um planejamento eficaz, contribui para o fortalecimento da imagem de quem o promoveu. Por isso, a importância do comprometimento de seus realizadores com a apresentação ao público de suas lutas para que seja possível existir efetivamente um avanço social.
- O estudo sobre eventos em movimentos sociais é, portanto, de grande relevância, uma vez que os movimentos os utilizam com frequência para reivindicar direitos e, consequentemente, comunicar às pessoas quais são suas lutas. No caso do movimento homossexual, vale ressaltar que ele vem ganhando visibilidade midiática por meio de seus eventos de mobilização, como as paradas, e pelas reivindicações aos

direitos de cidadania não praticados efetivamente. Observa-se, então, em uma retrospectiva do movimento, que ao contrário do que se vivia no passado, atualmente muitos homossexuais assumem sua identidade publicamente, e vão além: lutam pelo combate ao preconceito e à discriminação a esse público.

Diante do exposto, algumas questões de pesquisa nortearam este estudo, a fim de compreender como a Parada da Diversidade de Bauru representa as lutas do movimento homossexual nessa cidade:

- Como o movimento utiliza os eventos nas suas estratégias de luta?
- Como o movimento da diversidade organiza a Parada?
- Quais as principais formas de articulação do movimento para consolidar sua imagem enquanto espetáculo, festa, argumentação e organização?
- Como foi o desempenho da Parada em termos de espetáculo, festa, argumentação e organização?
- A percepção dos líderes do movimento é condizente com a Parada e sua representação midiática?
- Como a mídia representa a Parada em termos de espetáculo, festa, argumentação e organização?

Com o objetivo de responder às questões levantadas neste estudo, foi desenvolvido um estudo de caso. Por se tratar de uma metodologia de pesquisa que procura investigar um fenômeno contemporâneo e em profundidade, conforme aponta Gil (2009), nossa decisão em desenvolver um estudo de caso sobre a 5ª Parada da Diversidade de Bauru foi tomada por se tratar da metodologia mais adequada para atender às propostas deste trabalho.

Como sugere o estudo de caso, este trabalho utilizou múltiplas fontes de evidências a fim de responder o problema de pesquisa proposto e as questões de pesquisa. Foram aplicados três métodos distintos para a coleta de dados, a partir de quatro categorias estabeleci-

das: o espetáculo, a festa, a argumentação e a organização. Os três primeiros critérios foram utilizados nos estudos de Mafra (2006) para a análise de mobilização social; acrescentamos a eles a categoria “organização”, que está fundamentada nos conceitos de planejamento em eventos, desenvolvidos na área de Relações Públicas. Os métodos utilizados foram:

- Observação sistemática presencial: durante o evento, no dia 26 de agosto de 2012, foi realizada uma observação sistemática presencial com o auxílio de alguns observadores, a fim de captar o maior número possível de detalhes dentro dos critérios preestabelecidos.
- Análise das matérias jornalísticas impressas: foram analisadas as matérias dos dois jornais impressos de Bauru, o Jornal da Cidade (JC) e o Jornal Bom Dia, no dia 27 de agosto de 2012. A data foi estabelecida em virtude do tempo destinado à cobertura do evento.
- Entrevistas com organizadores: foram realizadas entrevistas com três pessoas da organização do evento, vinculadas à ABD. Os entrevistados estavam relacionados diretamente à área de comunicação: um dos líderes do movimento, o assessor de imprensa e a militante responsável pelas ações de relações públicas do movimento. A proposta de entrevistá-los teve como objetivo buscar compreender a percepção do próprio movimento sobre a parada da diversidade nos aspectos estabelecidos para estudo, para que, posteriormente, pudéssemos compreender se a concepção e os objetivos dos organizadores estavam de acordo com o que foi transmitido ao público por meio da realização do evento e, ainda, se eram condizentes com as matérias jornalísticas impressas.

Ao final, com os resultados obtidos, realizamos uma triangulação dos métodos para identificar se houve uma convergência dos dados. A triangulação contribuiu para respondermos às questões propostas para este estudo e ao problema de pesquisa apresentado.

O trabalho está estruturado em oito capítulos. Após a introdução, o Capítulo 1, intitulado “Movimentos sociais e comunicação”, discute a evolução conceitual de cidadania e sua relação com os movimentos sociais, os quais vivenciaram importantes transformações no cenário brasileiro, conforme aponta Maria da Glória Gohn e, ainda, um paradigma apresentado por José Bernardo Toro e Nísia Werneck. A comunicação, nesse contexto, deve ser estratégica, no sentido de buscar a corresponsabilidade e tornar-se mobilizadora, como explicam, entre outros, Marcio Simeone Henriques e Cicilia Peruzzo.

No Capítulo 2, discute-se o evento como estratégia de comunicação e de Relações Públicas, e como ação para a transformação social aplicada em movimentos sociais. Nossa reflexão neste estudo se dá em torno de um olhar diferente para a área de eventos. Partindo da premissa de que os eventos são estratégias de comunicação, propõe-se uma ampliação de sentidos dessa ação, considerando sua força para aglutinar públicos de interesse para determinado objetivo e sua repercussão. Discute-se também as dimensões de um evento de mobilização a partir dos estudos de Mafra (2006), que foram utilizados como critérios de análise na pesquisa, assim como a organização do evento a partir do planejamento de eventos. O papel dos meios de comunicação é ressaltado, visto que proporciona visibilidade às ações do movimento e, conseqüentemente, contribui para sua legitimidade.

O movimento homossexual é abordado no Capítulo 3, por meio de uma breve explanação sobre sua trajetória no Brasil e como os eventos foram empregados no decorrer de sua história. Por se tratar de um movimento pautado pela identidade, formado por pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT), é em virtude dessa identidade que o movimento luta por uma vida digna, ao combater ações de homofobia. Nesse capítulo, trata-se também das ações do movimento da diversidade de Bauru, assim como é feita uma retrospectiva das paradas que foram realizadas desde 2008 e demais atividades desenvolvidas pelo movimento na cidade.

Os capítulos 4 e 5 referem-se à pesquisa desenvolvida. Inicialmente aborda-se a concepção do estudo de caso e o corpus de análise,

a 5ª Parada da Diversidade de Bauru. Em seguida, descrevem-se as categorias propostas para a análise e os métodos que foram aplicados para a realização da pesquisa. O Capítulo 5 traz a aplicação de cada um dos métodos e os resultados obtidos, por meio das análises descritivas e interpretativas. O Capítulo 6 traz a triangulação dos métodos para responder às questões de pesquisa e ao problema de pesquisa que nortearam nosso trabalho. Ao final, o Capítulo 7 promove uma síntese das discussões e recomendações para futuros estudos.

1

MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO

Os movimentos sociais e a cidadania

O conceito de movimento social relaciona-se intrinsecamente com a acepção de cidadania, compreendida como posse de direitos. A Constituição brasileira garante os direitos de igualdade aos cidadãos, porém imensas desigualdades são observadas na possibilidade da prática efetiva desses direitos. Se, por um lado, aos cidadãos é garantido o direito à igualdade, por outro lado, há evidências que demonstram a desigualdade entre as pessoas, muitas vezes, implicadas em atitudes de preconceito e discriminação.

Atualmente, o termo “cidadania” tem sido muito difundido, porém, é importante um breve resgate histórico desse conceito que passou por diversas transformações, as quais resultaram na produção de novos sentidos. Contrapondo-se ao conceito atual, inicialmente cidadania implicava uma noção de exclusão, tendo em vista sua abrangência restrita a determinados grupos sociais. A partir da noção de direitos dos cidadãos, o termo passou por um processo de diversificação para identificar suas especificidades (cidadania

política, social etc.). A trajetória de lutas por meios de movimentos organizados também é histórica e reflete a busca de superação às desigualdades existentes na prática efetiva de cidadania no mundo e no cenário brasileiro.

O conceito de cidadania foi modificado desde que surgiu na Grécia antiga, quando servia à manutenção da hierarquização social, uma vez que excluía a participação de mulheres e escravos. Na época contemporânea, Thomas Marshall distinguiu na cidadania os direitos civis (século XVIII), representados pelo direito de liberdade pessoal, expressão e crença; os direitos políticos (século XIX), como o direito ao voto e a ocupar cargo público; e direitos sociais (século XX), expressos pela garantia de um mínimo de bem-estar social e econômico (Oliveira, 2005).

No contexto brasileiro, a prática da cidadania foi introduzida por meio de ações paternalistas, as quais priorizaram os direitos sociais, invertendo a ordem cronológica proposta por Thomas Marshall. No governo Vargas, de 1930 a 1945, houve um importante desenvolvimento no que se refere às leis trabalhistas, no entanto os direitos políticos estavam suspensos pelo Estado Novo. Nesse período, os direitos civis também apresentaram um desenvolvimento lento, sendo alguns suprimidos, como a liberdade de expressão e de pensamento (Carvalho, 2008).

À luz da visão de alguns autores, novas formas de cidadania surgiram no século XX, refletindo, assim, na necessidade de especificar esse conceito, de modo a tornar mais evidente as novas aplicações do termo. Liszt Vieira auxiliou na difusão do conceito de cidadania, enquanto direitos, a partir de sua abrangência. Como direitos de primeira geração foram compreendidos os direitos civis e políticos; na segunda geração encontram-se os direitos sociais. O autor também desenvolveu o conceito de direitos de coletividade ou direitos de terceira geração, surgidos na segunda metade do século XX. Segundo ele, os direitos de terceira geração são difusos:

Trata-se dos direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria hu-

manidade. [...] Na perspectiva dos “novos movimentos sociais”, direitos de terceira geração seriam os relativos aos interesses difusos, como direito ao meio ambiente e direito do consumidor [...]. Já se fala hoje de “direitos de quarta geração”, relativos à bioética, para impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida em laboratório pela engenharia genética (Vieira, 2009, p.23).

Maria da Glória Gohn enfatiza a abordagem de cidadania como um processo coletivo elaborado a partir da organização de grupos por meio de movimentos. Trata-se da cidadania coletiva. Outro ponto destacado pela autora é o papel da educação na acepção de cidadania coletiva, pois ela explica que a cidadania se constrói no processo de luta, que é essencialmente educativo. A cidadania não se constrói por decretos, mas é um processo interno que se estrutura no cotidiano por meio da identidade político-cultural gerada pelas lutas diárias (Gohn, 2009).

Antonio Albino Canelas Rubim discute a cidadania eletrônica ou virtual, representada por uma sociedade em rede, que faz surgir o espaço virtual. No entanto, esses espaços não estão submetidos às legislações democráticas, restringindo-se assim a garantia da cidadania. O autor defende que “a cidadania se atualize também nesse caso, assegurando a existência formal e real de uma cidadania eletrônica [...], por meio da qual esteja completada a possibilidade dos seres sociais terem acesso e habitarem tal espaço, momento essencial da sociabilidade contemporânea” (Rubim, 2003, p.107).

Outra vertente da cidadania que vem sendo discutida a partir dos anos 1990 é a chamada “cidadania planetária”, que surgiu em contraposição às consequências provocadas pela globalização assimétrica que dificulta o desenvolvimento econômico de países mais pobres. Margarida Kunsch explica que são criados novos modelos de mobilização social no espaço público, que ganham visibilidade midiática, geralmente liderados por grandes ONGs, em nível mundial. Assim, essas formas de cidadania são representadas por diversos grupos, como os dos ativistas ecológicos que lutam para preservar o meio ambiente; minorias sociais, representadas pelas relações de gênero, etnia, diversidade, por deficientes físicos, idosos e outros.

A cidadania empresarial tem sido pauta de discussões no cenário organizacional, no entanto essa concepção tem sido alvo de controvérsias. Trata-se de um comprometimento das empresas com as questões sociais e com a comunidade. Kunsch (2005) explica que, por causa da importância assumida pelas organizações em uma sociedade globalizada, já não é possível considerar como meta apenas o lucro, eximindo-se a responsabilidade diante do meio no qual as empresas estão localizadas. Os impactos ambientais e as comunidades locais passaram a ser vistos como responsabilidade dessas empresas.

Por outro lado, o conceito de cidadania empresarial é alvo de críticas por alguns autores. A apropriação do conceito de “cidadania” para interesses privados é um alerta feito por Margarida Kunsch, que, por sua vez, defende a importância dessa prática adotada pelas organizações na contemporaneidade. Porém, na visão de alguns estudiosos, as organizações, ao assumirem sua responsabilidade junto à comunidade na qual estão inseridas, passam a obter a valorização de sua imagem e marcas. Nesse sentido, Luiza Caires argumenta que

as próprias empresas e grupos econômicos que mantêm e aprofundam as distorções que geram todo tipo de carências na população, chamam para a sociedade civil (que as inclui) a responsabilidade por diminuir as carências dos grupos desfavorecidos. Mas isso não é encarado como um acerto de contas, e sim uma benesse, uma atitude voluntária e de “responsabilidade social” que só faz melhorar a imagem das marcas que carregam (Caires, 2009, p.3).

Cicilia Peruzzo também tece críticas às organizações com fins lucrativos, que passam a atuar na perspectiva da responsabilidade social, pois acredita que a prática da cidadania não ocorre com o objetivo de uma transformação social. Trata-se, em sua concepção, de uma forma de precaução contra potenciais manifestações contrárias à ordem, que possam vir a comprometer sua reputação diante de seu público. Assim,

a empresa, ao contribuir de forma direta com grupos sociais empobrecidos não o faz por “amor ao próximo” ou abnegação, mas para se antecipar a potenciais revoltas sociais e, assim, poder controlar as condições que assegurem a continuidade do modo de produção capitalista (Peruzzo, 2009, p.3).

Falar de cidadania parece pressupor a necessidade dessas especificidades abordadas pelos autores mencionados. O sentido atribuído ao conceito como “posse de direitos” parece ser insuficiente para dar conta das necessidades emergentes na contemporaneidade. A cidadania perpassa noções de coletividade, educação, globalização, empresa, virtualidade, dentre outras, buscando atender as lacunas existentes no contexto social. Antonio Rubim justifica essa ideia quando explica que:

formular a cidadania como reconhecimento do direito a ter direitos possibilita entendê-la como noção em movimento, aberta à produção de sentidos, através de um processo de incorporação potencial de novos direitos e deveres, sempre acontecido em ambientes sócio-históricos determinados, com suas possibilidades e constrangimentos. Com isso, pode-se propor que uma noção atualizada de cidadania deve incorporar diversas gerações de direitos e deveres, como sugerem alguns autores atuais (Rubim, 2003, p.108).

Para Margarida Kunsch, a multiplicidade dos conceitos de cidadania é consequência direta da complexidade do mundo contemporâneo. Tratar de cidadania, atualmente, pressupõe uma relação direta com a democracia, remetendo à maior participação nos negócios públicos, diferentemente de ocasiões pretéritas, nas quais mulheres e escravos eram excluídos de qualquer processo participativo. Outro ponto a considerar é a influência recebida de correntes ideológicas e políticas que contribuíram para a ampliação dos direitos da cidadania, “destacando-se daí o respeito à individualidade e às identidades específicas, garantia da participação na esfera pública e conquistas no campo da justiça social” (Kunsch, 2005, p.47).

Embora garantidos pela Constituição promulgada em 1988, não se pode negar a falta de acesso a diversos direitos por uma grande parcela da população brasileira. Por outro lado, há que se considerar que alguns direitos inexistem ou são insuficientes para garantir a igualdade e a vida digna entre os cidadãos. Paradoxalmente, a inclusão de leis específicas é necessária para que determinados grupos possam desfrutar do direito à vida digna. O caso dos homossexuais ilustra essa situação: estigmatizados pela orientação sexual, esses grupos lutam pela criação de leis específicas que criminalizem os atos de homofobia.

Outra vertente da cidadania, ainda pouco conhecida, começa a ser discutida, sob o enfoque da sexualidade, trazendo, então, o conceito de “cidadania sexual”, que abrange o tema deste trabalho. A autora Ruth Lister explica que essa concepção, até recentemente, seria refutada na medida em que propõe, paradoxalmente, unir o conceito de cidadania que transcende a noção de corpo e sexualidade, estando inserida na esfera pública, ao conceito de sexualidade que se encontra na dimensão privada. A autora propõe um estudo mais amplo, incluindo uma discussão sobre cidadania como um conceito de gênero, nesse caso abrangendo ainda a questão da mulher e as raízes de sua exclusão, sempre relacionadas à associação com o corpo e a sexualidade, como ocorre também no caso das minorias sexuais.

Lister (2003) explica que o conceito de cidadania sexual tem aparecido recentemente na literatura e apresenta dois significados diferentes, porém sobrepostos. O primeiro aponta para uma mudança no conceito, inserindo a noção de “intimidade”, até então excluída das discussões no âmbito da cidadania. Nesse sentido, apela para uma sensibilização, destacando conceitos suprimidos no discurso público, como o corpo, suas possibilidades e necessidades.

A outra compreensão refere-se à sexualidade como fator determinante na alocação de direitos da cidadania. A autora parte da tríade tradicional dos direitos civis, políticos e sociais de cidadania, inserindo a articulação de novas reivindicações para os direitos sexuais. Para ilustrar, Ruth Lister cita a conclusão dos estudos de Richardson, no contexto da Grã-Bretanha: os homossexuais têm

certos direitos, na condição de permanência na esfera privada, sem a busca pelo reconhecimento na esfera pública, o que não é suficiente para constituí-los como um grupo social legítimo.

No entanto, há um conceito que se antepõe ao de cidadania sexual, definido como “cidadania íntima”, que se refere a “um conjunto de preocupações emergentes sobre os direitos de escolher o que fazemos com nossos corpos, nossos sentimentos, nossas identidades, nossos relacionamentos, nossos sexos, nossos erotismos e nossas representações” (Plummer, 1995, p.17, apud Lister, 2003, se, paginação). Esse conceito busca oferecer uma visão mais abrangente da vida pessoal, mas não se trata de confundi-la com o conceito de intimidade. Ruth Lister reitera a concepção do autor de que se trata apenas de uma das especificidades da cidadania quando suas reivindicações são feitas na esfera pública, ou seja, representa um objeto próprio das lutas da cidadania, mas não se trata do local dessas lutas.

Ancorada nos estudos de Richardson, Ruth Lister aponta algumas reivindicações de direitos sexuais, as quais muitas vezes envolvem os direitos civis, como a descriminalização da homossexualidade em alguns países, no que se refere às questões de gênero, a autonomia sexual para mulheres com deficiência e ainda os direitos sociais, como o acesso a anticoncepcionais e ao aborto.

Questões mais específicas de homossexuais são marcadas pelo surgimento de movimentos baseados na identidade homossexual com a reivindicação de reconhecimento público como lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Entre suas reivindicações encontram-se “o direito a uma presença na mídia, o direito de ser representado de uma forma digna, e o direito de propagar a identidade e estilo de vida gay” (Pakulski, 1997, p.81, apud Lister, 2003, s.p.). É importante lembrar também de outras minorias sexuais, como os transexuais, cuja identidade de gênero não condiz com o sexo biológico.

Diante do exposto, nosso tema de estudo focaliza a cidadania sexual, reivindicada pelo movimento da diversidade de Bauru, liderado por homossexuais e composto majoritariamente por esse público, que forma a identidade LGBT. Esse movimento, por meio de uma parada realizada anualmente, busca visibilidade e o reconhecimento

de suas lutas, que perduram durante todo o ano, por meio de ações que visam ao combate ao preconceito e à discriminação.

Caracterização dos movimentos sociais

Com o objetivo de lutar pela prática efetiva dos direitos da cidadania, surgem os movimentos sociais, que atuam por meio de ações de mobilização de grupos formados por pessoas com os mesmos propósitos para transformar determinadas necessidades em realidade. Maria de Lourdes Manzini-Covre relaciona o papel dos movimentos sociais com o conceito de cidadania ao mencionar que a conquista dos direitos “depende do enfrentamento político adotado por quem tem pouco poder. Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (Manzini-Covre, 1991, p.10).

Cícilia Peruzzo explica que “a cidadania é histórica e, portanto [...], o grau de direitos alcançados depende da capacidade de articulação civil e da correlação de forças no embate político” (Peruzzo, 2007, p.46). A autora entende que é apenas por meio da prática da reivindicação que os direitos são cumpridos, caso contrário, apenas existem na Constituição.

Os movimentos sociais tiveram uma atuação significativa nas décadas de 1970 e 1980, quando surgiram em oposição às mais de duas décadas de ditadura militar. Maria da Glória Gohn explica que os movimentos são fundamentais para a sociedade moderna, pois contribuem para a construção de uma nova ordem social. A autora interpreta sua relevância dizendo que são:

[...] elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais (Gohn, 2003, p.189).

Essa mesma autora define os movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2007, p.13). Essas formas são expressas por meio de diferentes estratégias que variam de denúncias a diversas formas de pressão como marchas, mobilizações, concentrações, passeatas e outras. Nesse sentido, observa-se a constante realização de eventos, de caráter reivindicatório, no âmbito dos movimentos sociais como estratégia de comunicação.

Esses movimentos também são compreendidos como agrupamentos “coletivos francamente organizados que atuam juntos de maneira não institucionalizada para produzir uma mudança na sociedade” (Sztompka 1998, p.465, apud Kunsch, 2007, p.61). Essa visão retrata uma abordagem dos movimentos sociais específica, no entanto, a partir da década de 1990, vem se tornando cada vez mais usual a institucionalização de movimentos sociais por meio de associações ou organizações não governamentais.

Essa transformação estrutural dos movimentos sociais, assim como outras formas de ação desses grupos, significou, para alguns autores, perda de visibilidade, enfraquecimento e até mesmo decadência. Na visão de Gohn (2009), esse período refletiu uma crise que aconteceu principalmente como consequência dos problemas internos apresentados pelos próprios movimentos, além de ser um reflexo do cenário socioeconômico do país.

Essa mesma visão é compartilhada por César (2007), ao mencionar o prejuízo nessa mudança de identidade, pois embora os movimentos sociais tenham passado por um processo de profissionalização, muitos se articulam por meio de projetos, o que pode causar um engessamento nas demandas sociais deixando-os numa situação de passividade diante de seus agentes.

Por outro lado, Cicilia Peruzzo apresenta outra interpretação para essa transformação vivenciada pelos movimentos sociais ao mencionar que:

Os movimentos populares procuram adquirir mais competência para poderem participar mais efetivamente discutindo projetos, pressionando e, possivelmente, se preparando para passarem a propor projetos, ou seja, buscam adquirir competência para melhor negociar com o Poder Público, para melhor interferir no processo de construção da realidade (Peruzzo, 1993, p.4).

Dessa forma, esse período de reestruturação dos movimentos pode ser interpretado como consequência das transformações políticas e socioeconômicas que o país vivenciou. Se na década de 1970, com a presença de um governo militar autoritário, os movimentos tinham mais visibilidade por meio de suas ações reivindicatórias, a partir da década de 1990 passam por uma reestruturação.

Retomando a visão de Manzini-Covre (1991), os direitos da cidadania, embora assegurados pela lei, tornam-se efetivos na prática apenas por meio da reivindicação, portanto, seria uma visão ingênua afirmar que após esse período de reestruturação, os movimentos sociais foram extintos. Surgiram outras estruturas sociais geridas no âmbito dos movimentos sociais: núcleos de socialização, como clubes de mães; núcleos econômicos, representados por associações de produtores; núcleos políticos, por meio de associações de bairro; núcleos culturais, como movimento negro (Castro Alves, s.d., apud Peruzzo, 1993).

A partir desse momento em que as pessoas passam a usufruir de liberdade para formar grupos com os mesmos interesses, a população começa a atuar de forma mais direta por meio de associações em bairros e municípios. Essas organizações são administradas por diretorias eleitas democraticamente e contam com a participação da população para discutir, propor, decidir e ajudar a executar. As associações, representando as necessidades da população, passam a se relacionar de forma direta com o poder público (Peruzzo, 1993).

Se, por um lado, as formas de manifestação sofreram um processo de transformação, há que se considerar que muitas das razões que levavam as pessoas às ruas para as reivindicações, ainda se encontram presentes nas novas formas de organização desses grupos.

Em seus estudos sobre a construção das abordagens teóricas sobre os movimentos sociais, Maria da Glória Gohn entende que, resumidamente, existem três correntes teóricas que embasam o tema. Trata-se das correntes histórico-estrutural, culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista.

A primeira corrente, centrada nas abordagens do marxismo, teve importância até os anos de 1970, tendo como eixo central as lutas de classes. Os principais estudos concentraram-se no estudo do movimento operário, com enfoque nas lutas sindicais. Alguns autores que, na atualidade, se posicionam como esquerda, entendem que conceitos como luta de classes e proletariado encontram-se ultrapassados, pois os conflitos na contemporaneidade se sobrepõem a essas questões, na medida em que envolvem etnia, raça, gênero e classes. Assim, as questões de antagonismo entre as classes sociais deram lugar a novas problemáticas sociais (Gohn, 2008).

A corrente culturalista-identitária incorporou o conceito de “novos movimentos sociais” ao explicar que “as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc.” (Gohn, 2008, p.29). Os autores dessa corrente criticaram o marxismo, por entender que a ênfase na questão das classes sociais era insuficiente para dar conta das ações provenientes de outros campos, como o político e o cultural.

Segundo essa corrente, a cultura, portanto, é a base que compõe o paradigma dos novos movimentos sociais, sendo esta apropriada da abordagem marxista enquanto ideologia. Porém, suprime o conceito de uma falsa representação do real, tampouco a visão de um conjunto de valores e normas estáticos, apenas herdados de gerações. A política também ganha ênfase e é redefinida, no intuito de abolir o sentido de escala de hierarquias para se tornar uma dimensão da vida social, em todas as práticas sociais.

Essa corrente contribuiu para divulgar a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de ação social. A identidade também apresenta grande relevância no contexto dos novos movimentos sociais, embora não tenha sido introduzi-

da pelos teóricos dessa corrente. Nessa abordagem, a identidade é o elemento que forma os movimentos e é em sua defesa que se foca suas lutas. Portanto, o conceito de identidade que se apresenta é o da coletividade, sendo aquela que permeia as ações do grupo, sobrepondo-se às especificidades individuais (Gohn, 1997, 2008, 2009).

Ainda sob a ótica de Gohn (1997), os novos movimentos sociais se diferenciam dos paradigmas tradicionais por diversos fatores. Não há mais espaço para um líder que se destacava pela oratória e carisma. Ao contrário, os movimentos caracterizam-se pela ausência de hierarquia interna, ou seja, são descentralizados e compõem-se de estruturas colegiadas, com mais participação. Há também conflitos internos e externos, sendo estes parte do processo de construção da identidade do movimento.

A autora destaca a importância da identidade como elemento constitutivo da formação dos movimentos, pois é em razão da defesa dessa identidade, construída por meio da definição dos membros, fronteiras e ações do grupo, que o movimento é formado e se desenvolve. No que se refere aos novos movimentos sociais (NMS) e a identidade coletiva, ela explica que:

Os NMS caracterizam-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais etc. Há novidades na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias utilizadas para explicar essas novas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas mas de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima (Gohn, 1997, p.128).

A partir das reflexões de Gohn, um segmento que pode se enquadrar nessa concepção é o movimento de homossexuais, objeto de estudo que será abordado no Capítulo 3 deste trabalho. Trata-se de grupos heterogêneos que se formam a partir de uma identidade

comum, representada por uma orientação sexual ou de gênero diferente da heteronormatividade.

A terceira corrente, na concepção da autora, é denominada institucional/organizacional-comportamentalista e se estruturou principalmente nos Estados Unidos, tendo muitos adeptos na Europa. Nessa corrente, os movimentos atingem seus objetivos quando se transformam em organização institucionalizada. No Brasil e nos demais países da América Latina, é a partir da década de 1990 que os pesquisadores enfatizam seus estudos nas organizações não governamentais e organizações do terceiro setor. Essa fase abriu espaço para a discussão sobre essa transformação de paradigmas dos movimentos sociais, a qual desencadeou diferentes discussões acerca do tema:

Alguns autores passaram a tratar os novos sujeitos como sinônimo dos movimentos, ou manifestação ampliada; outros aproveitaram a emergência das ONGs para desqualificar os movimentos, como uma manifestação de grupos do passado, e só tratar do terceiro setor como a forma moderna e hegemônica de associativismo na sociedade. Outros ainda, de forma criativa e inovadora, retomaram os estudos sobre os movimentos sociais de forma distinta, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil que passa por processos de institucionalização (Gohn, 2008, p.34).

A autora explica que, embora os movimentos tenham adquirido um caráter mais institucionalizado na década de 1990, como ONGs, alguns até cresceram no Brasil, mesmo não se destacando em grandes mobilizações, ficando restritos às minorias. Não há como negar que houve um retrocesso dos movimentos sociais no final dos anos 1980, compreendido por muitos autores como a crise dos movimentos sociais. Embora Oliveira (1994 apud Gohn 1997) afirme que não tenha existido crise, mas um processo de democratização que resultou na mudança da forma de interlocução dos movimentos com o Estado, prevalece a discussão acerca de um retrocesso e as razões que ocasionaram essa situação.

As conquistas obtidas pelos movimentos sociais são consideradas um dos saldos positivos da década de 1980. Foram inúmeros

benefícios, desde a organização em redes, conquistas de espaços demarcados em leis, estruturação de lutas antes isoladas, além da visibilidade na mídia. A própria Constituição de 1988, chamada “constituição cidadã”, não foi uma outorga, mas resultado de lutas e reivindicações. Maria da Glória Gohn entende que houve crise e essa foi ocasionada por fatores internos, a partir de problemas inerentes à estrutura dos movimentos e a condicionantes externos. No entanto, a autora argumenta que não se deve conceber a crise como um processo generalizável a todos os movimentos sociais, mas aos movimentos populares urbanos.

No auge das mobilizações, os movimentos não desenvolveram um projeto político próprio, autônomo e independente, mantendo-se dependentes de assessorias externas. Essas assessorias atuam por meio de ONGs, que aos poucos deixaram de ser estruturas paralelas para ocupar os lugares dos movimentos. As reivindicações foram substituídas por proposições, ou seja, os movimentos institucionalizados se comunicavam por meio de projetos, que exigiam resultados e prazos. As ações passaram a se caracterizar mais pela organização da população do que por ações de pressão. Nesse sentido, “mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população” (Gohn, 2009, p.113).

Além da comunicação por meio de projetos, que causavam um engessamento nas demandas, os movimentos institucionalizados criaram estruturas hierarquizadas, de cima para baixo, resultando na perda da força política dos movimentos como agentes autônomos. É importante mencionar também a ascensão ao poder político de lideranças que anteriormente ocupavam o espaço de oposição.

Os movimentos sociais perderam, na década de 1990, o apoio de seu maior aliado, a Igreja Católica, em sua ala da Teologia da Libertação. A partir de pressões do Vaticano, a Igreja passou a agir de maneira menos contestatória, revendo suas práticas e doutrinas, alterando, então, os rumos e diretrizes de suas ações junto aos movimentos. Além disso, algumas verbas internacionais de fomento aos

movimentos da América Latina foram transferidas para o Leste Europeu (Gohn 1997, 2009).

Ainda como transformação de paradigmas dos movimentos sociais, cabe ressaltar o perfil dos militantes. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 os militantes eram movidos pela paixão à causa pela qual lutavam, não dissociando sua vida particular da atuação nos movimentos, na década seguinte, muitos desses militantes haviam deixado os movimentos ou, ainda, se tornaram dirigentes de organizações ou parlamentares. O perfil que surgia no militante dos anos 1990 era radicalmente oposto, formado por pessoas motivadas por suas próprias paixões, deixando a paixão pelo coletivo em segundo plano. Assim, “articulam-se a projetos coletivos apenas se estes se relacionarem com seus próprios projetos” (Gohn, 1997, p.341).

As questões pertinentes à existência de uma crise nos movimentos sociais ainda é controversa. É inegável a transformação de paradigmas nos movimentos, bem como a transformação nos perfis dos militantes e no cenário socioeconômico. Não há pretensão de esgotar o tema por meio de uma conclusão acerca da existência de uma crise atual dos movimentos, mas promover uma reflexão sobre esse novo perfil dos movimentos que permeiam a atualidade e o seu papel na transformação social.

José Bernardo Toro e a autora Nisia Werneck propõem um novo paradigma para os movimentos sociais. A premissa básica dos autores é que “toda ordem de convivência é construída; por isso, é possível falar em mudança” (Toro; Werneck, 2007, p.16). A partir dessa concepção é possível compreender a participação das pessoas como requisito fundamental no processo de transformação social. Se os cidadãos constroem a ordem, também são agentes que podem transformá-la a partir da noção de que não são os outros, mas cada um é responsável, por meio da participação, na transformação de uma determinada realidade.

Esses autores explicam que o processo de mobilização inicia-se com o envolvimento dos atores sociais diretamente relacionados aos objetivos do movimento. Para isso, a meta do projeto de comunicação de um processo de mobilização deve ser “o compartilhamen-

to, o mais abrangente possível, de todas as informações [...] até as ações que estão sendo desenvolvidas em outros lugares, por outras pessoas, o que pensam os diversos segmentos da sociedade” (Toro; Werneck, 2007, p.67). A partir da mobilização em busca de um propósito de transformação social, faz-se necessário o processo de visibilidade do movimento.

A participação, na concepção desses autores, é um objetivo a ser atingido, no entanto, é um meio para se atingir outros objetivos. Trata-se da essência de um projeto de mobilização, pois as pessoas são chamadas e incentivadas a participar e, por outro lado, é dessa forma que a mobilização se concretiza e é apenas assim que se pode obter os resultados almejados. A participação, enquanto valor democrático, torna-se fundamental para a construção e transformação da ordem social. Toro e Werneck (2007) salientam que se requer que as pessoas se identifiquem com as causas pelas quais se luta e entendam que seu comprometimento com as ações irá repercutir nos resultados finais.

A estruturação de um modelo de mobilização social, sob a ótica de Toro e Werneck (2007) contempla inicialmente a explicitação de seu propósito, que deve refletir um consenso coletivo. É importante que esse consenso seja compreendido como a superação das divergências existentes no grupo para que se sobreponha ao objetivo que une as pessoas à mobilização proposta. Para isso, é importante que o propósito esteja expresso sob a forma de um imaginário convocante “que sintetize de uma forma atraente e válida os grandes objetivos que se busca alcançar. Deve expressar o sentido e a finalidade da mobilização, tocar a emoção das pessoas. Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão” (Toro; Werneck, 2007, p.37).

Nesse modelo os autores enfatizam a participação por meio da criação de um imaginário que possa nortear um consenso coletivo, que não se restrinja à formação de um movimento a partir de identidades comuns. Nesse modelo de mobilização social, a formação de um grupo não se limita a uma identidade coletiva formada por pessoas que vivenciam os mesmos problemas, mas por aquelas que se movem pelos mesmos desejos de transformação social. Toro e Wer-

neck apontam os atores sociais que dão início à formação do processo de mobilização social:

- Produtor social: segundo Toro e Werneck (2007), trata-se da pessoa ou instituição responsável por viabilizar o movimento, conduzir as negociações para assegurar legitimidade política e social. Os autores enfatizam sua responsabilidade no sentido de preconizar o movimento, com capacidade de interpretar a realidade social e reconhecer a capacidade de decisão e ação das pessoas.
- Reeditor social: é a pessoa que, por seu papel social, tem a capacidade de buscar as ressignificações nas mensagens a partir da realidade de seu público e retransmiti-las. Trata-se de um líder local, o chamado formador de opinião, que não se restringe ao papel de “multiplicador de informação”, mas a recebe, decodifica e a transmite. Não se trata de um militante tradicional, imerso nas questões específicas de luta, mas pode ser exemplificado pela figura de um pároco, que vivencia questões que vão além dessas especificidades (Toro; Werneck, 2007).
- Editor: Toro e Werneck (2007) explicam que é o profissional da comunicação responsável pela edição das mensagens no projeto de mobilização. Cabe ao editor a conversão das mensagens em símbolos, formas e signos adequados ao campo de atuação do reeditor para que ele as identifique, possa decodificá-las e então recodificá-las de acordo com sua percepção.

O trabalho do produtor social tem início, segundo Toro e Werneck (2007), na identificação dos reeditores: quem são, quais são os campos de atuação e como os reeditores podem contribuir no projeto. Dessa forma, é necessário assegurar-lhes os instrumentos necessários para sua atuação dentro do projeto, que envolvem desde o material de divulgação aos contatos que facilitem o acesso aos meios de comunicação, os quais vão além da divulgação da ideia do projeto,

mas “contribuem para dar segurança aos reeditores e legitimar o seu discurso perante os outros” (Toro; Werneck, 2007, p.48).

Os estudos desses autores enfatizam a transformação de paradigmas dos movimentos sociais no século XX e demonstram como eles vêm se legitimando no século XXI através de suas novas formas de ação. No caso do movimento homossexual é importante resgatar a identidade como fator de coesão dos militantes, pois é por meio das lutas específicas de pessoas que representam a identidade homossexual que o movimento se constrói. Por outro lado, não se pode negar a presença de pessoas ou instituições que apoiam a causa, o que vem ao encontro do modelo de mobilização proposto por José Bernardo Toro e Nisia Werneck, na medida em que todos, a partir da construção de um imaginário, podem se sensibilizar e mobilizar em favor de uma causa.

A mobilização social e o papel da comunicação

A comunicação assume papel estratégico no contexto dos movimentos sociais. Trata-se do meio para torná-los não apenas reconhecidos como de promover-lhes a visibilidade. Muito mais do que instrumento para a divulgação de ações, ideias e projetos, a comunicação requer um planejamento que possibilite o envolvimento das pessoas e desperte o sentimento de responsabilidade pelo projeto. Como forma de promoção de visibilidade, os próprios meios de comunicação desempenham papel fundamental em pautar discussões na agenda do público.

Em uma retomada de seu sentido etimológico, a comunicação origina-se do termo latim *communicatio*, que remonta à noção de “relacionamento” ao referir-se a uma atividade realizada conjuntamente. Martino (2010) enfatiza essa acepção ao explicar que, para que a comunicação, de fato, aconteça, é necessário que haja, essen-

cialmente, um emissor, a mensagem e um receptor,¹ ou seja, que a comunicação remonte ao sentido de relacionamento, sendo esse compreendido pelo autor como uma mensagem chegando a um destinatário. Seria esse o sentido mais primitivo da comunicação. Caso contrário, haveria apenas uma “comunicação potencial”, disponível para recepção, e interpretação ou não de um destinatário. Assim, o autor define comunicação como “processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências” (Martino, 2010, p.14-15).

Aplicando a noção de relacionamento proposta por Luiz C. Martino, a comunicação requer troca, ou seja, é necessário que haja a transmissão de uma mensagem. Porém, com o desenvolvimento urbano, que proporcionou o crescimento das cidades e, consequentemente, o aumento das distâncias entre as localidades, a comunicação ultrapassa o nível interpessoal e um novo elemento torna-se essencial nas relações sociais: a comunicação mediada. Os meios de comunicação realizam essa função, possibilitando o acesso das pessoas às informações e, consequentemente, promovendo a visibilidade dos acontecimentos.

Por outro lado, as transformações sociais, a velocidade com a qual as informações são disseminadas e, ainda, a existência de um cenário cada vez mais competitivo por visibilidade, alertaram para a necessidade de uma visão estratégica para a comunicação. No contexto das organizações,² a comunicação requer planejamento minucioso, por meio de ações específicas que atendam aos diversos públicos com os quais se relaciona, a fim de obter resultados favoráveis aos objetivos propostos.

No âmbito da mobilização social, a comunicação apresenta algumas especificidades que a distinguem das organizações atreladas ao

1 Não se pretende discutir o sentido de receptor na contemporaneidade, concebido como sujeito ativo no processo dialógico. A ideia é ilustrar a concepção de Luiz Martino sobre a importância da decodificação de uma mensagem por um receptor.

2 Entende-se como organizações, neste contexto, qualquer entidade que compreenda o primeiro, segundo ou terceiro setor. Incluem-se também os movimentos socialmente organizados.

sistema capitalista para sua existência. Alguns autores, como Toro e Werneck (2007), Henriques et al. (2007), e Mafra et al. (2006), optaram por ressaltar o conceito de “mobilização social”, no sentido de envolvimento e efetiva participação das pessoas. Portanto,

a mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público (Henriques; Braga; Mafra, 2007, p.36).

A mobilização é, portanto, um processo contínuo, que visa à transformação social, constituído por pessoas que se sentem responsáveis por essa ação. Essa visão é respaldada uma vez que “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (Toro; Werneck, 2007, p.13).

A mobilização social, na visão desses autores, é um processo que ultrapassa a realização de atos isolados em virtude de objetivos específicos. É compreendida como a convocação de vontades para atuar num objetivo comum. As pessoas que se identificam com a reivindicação e visam aos propósitos comuns são convidadas a participar e a se envolver diretamente no grupo, porém, trata-se de uma opção: participar ou não é uma decisão de cada um, pois a participação é um ato de liberdade.

Esses autores entendem que a mobilização social é um ato de comunicação, não se restringindo à propaganda e divulgações de propostas, embora a divulgação seja necessária, mas como um processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. Nesse sentido, o papel da comunicação constitui um importante instrumento que José Bernardo Toro e Nisia Werneck chamam de coletivização, pois:

o que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos (Toro; Werneck, 2007, p.14).

Enfatizam essa visão Márcio Simeone Henriques e outros autores, uma vez que ressaltam a relação entre o processo de coletivização e a comunicação. O tornar coletivo requer a circulação de informações, que visa não apenas divulgar, mas promover o compromisso com os resultados. Assim, remete à sensação de pertencimento ao grupo por parte das pessoas que realmente se comprometem com o desenvolvimento do movimento e assim, cada um deve assumir sua responsabilidade e ter a certeza de que suas ações repercutem diretamente no grupo. A comunicação, portanto, assume um papel específico nos projetos de mobilização social, a fim de dinamizar e potencializar os movimentos, pois

sendo a participação uma condição intrínseca e essencial para a mobilização, a principal função da comunicação em um projeto de mobilização é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e valores (Henriques et al., 2007, pp.20-21).

José Bernardo Toro e Nisia Werneck explicam que é fundamental desenvolver um projeto de comunicação dentro desse modelo de mobilização social proposto, com o objetivo de compartilhar todas as informações relacionadas ao projeto, de forma mais abrangente possível. Esse projeto é fundamental, pois, inicialmente, todos devem ter acesso a toda informação; ele contribui para ampliar as bases do movimento; constitui uma forma de verificação de pertinência do que os reeditores estão divulgando; contribui para reforçar e legitimar o discurso dos reeditores; divulga ações e decisões de diversos grupos; e contribui com o processo de coletivização (Toro; Werneck, 2007).

A relevância da comunicação encontra-se presente na formação dos vínculos necessários que englobam desde a utilização de instrumentos como a publicidade e a divulgação de informações, às ações estratégicas como requisitos para proporcionar visibilidade ao movimento. Henriques et al. (2007) explicam que os movimentos sociais lutam por visibilidade. Nesse contexto, argumentam que

a busca pela visibilidade vem em função da necessidade de que as reivindicações e preocupações dos indivíduos tenham um reconhecimento público, servindo de apelo à mobilização dos que não compartilham o mesmo contexto espaço/temporal (Henriques et al., 2007, p.18).

No entanto, Henriques et al. (2007) consideram fundamental que um projeto de mobilização social contemple o desenvolvimento de ações que estimulem a cooperação e os participantes se sintam realmente envolvidos e responsáveis pelo projeto. Caso contrário, não se poderia considerar a existência de um projeto de mobilização, mas uma sequência isolada de ações. Entende-se, porém, que, em um projeto de mobilização, as diversas manifestações na forma de eventos específicos não devem ser interpretadas como ações isoladas, mas como resultado de estratégias para a promoção de visibilidade, minuciosamente planejadas. A diferença está no comprometimento dos participantes com o processo de mobilização, em contraposição à realização de ações esporádicas com objetivos específicos.

Reiteram essa interpretação os autores Toro e Werneck (2007), quando enfatizam a necessidade de um comprometimento com a ação, por meio de um processo contínuo de participação. Assim, “a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (p.13). E complementam que

toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo predefinido, um propósito comum; por isso, é um ato de razão. Para que ela seja útil a uma sociedade, ela tem que estar orientada para

um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente (Toro; Werneck, 2007, p.14).

À luz da visão desses autores, algumas ponderações são importantes. O propósito de uma mobilização distingue-se de uma ação isolada. A crítica dos autores não se dirige à realização de eventos, como as passeatas, atos públicos e outras ações similares. Também uma campanha para um fim específico seria menos relevante. A questão para a qual os autores alertam é com relação à realização apenas dessas ações, que, embora envolvam um planejamento logístico e, muitas vezes, obtêm a presença da mídia, enquanto ações esporádicas, podem se tornar dispersas e, conseqüentemente, não resultar na continuidade do processo de mobilização.

Retomando as aceções de Henriques et al. (2007), para que a mobilização social ocorra efetivamente, deve-se estabelecer a coesão e a continuidade do projeto, que são, para os autores, a ponte entre a ação isolada e a ação corresponsável. Como ação estratégica, os autores apontam quatro funções da comunicação nesse processo, que devem estar integradas e articuladas. Difundir informações é o primeiro nível para que o público potencial possa obter conhecimento sobre a existência do movimento e seus objetivos. Promover a coletivização remete ao compromisso com os resultados na medida em que as pessoas compreendem que compartilham da mesma luta de transformação que as outras pessoas envolvidas na mobilização. Registrar a memória do movimento para acompanhar suas ações e os resultados obtidos também é uma referência para a ação. Cabe à comunicação também a construção da identidade do movimento por meio de elementos simbólicos comuns que possam traduzir a causa em si e seus valores.

Nesse sentido, há um grande desafio para a comunicação no contexto da mobilização, pois esta deve “tocar a emoção das pessoas, sem, contudo, manipulá-las, porque se assim for feito, ela será autoritária e imposta” (Henriques; Braga; Mafra, 2007, p.37). É ne-

cessário que as pessoas, tenham informações sobre as decisões do movimento e se sintam integrantes da identidade do movimento; por meio da corresponsabilidade de suas ações, conheçam e contribuam para a construção da memória do movimento e, assim, sejam agentes do processo de transformação social.

Os públicos

Um ponto pertinente a destacar na perspectiva da comunicação em movimentos sociais é o conceito de público, que se distingue do âmbito organizacional. Peruzzo (2009) explica que a principal diferença está no papel que os integrantes desempenham no movimento. É em razão das necessidades e interesses dos públicos que esses movimentos e organizações existem, ou seja, trata-se do público-sujeito e a razão desse tipo de organização. Por isso, é necessário que as pessoas se sintam responsáveis pelas ações que visam promover um avanço social.

Essa visão é compartilhada por Braga, Silva e Mafra (2007) quando explicam que no âmbito organizacional é possível categorizar os públicos por segmentos, como interno, externo e misto. No entanto, em um projeto de mobilização social, torna-se insuficiente defini-los apenas pela projeção de interesses entre as pessoas que o compõe e o projeto de mobilização social, estes devem ser incorporados de forma a tornar-se o grupo gerador do projeto. Esses autores propõem, então, a segmentação dos públicos de um projeto de mobilização social a partir dos vínculos com o movimento e explicam que há uma inadequação na classificação tradicional de públicos:

A inadequação pode ser flagrada na dificuldade de definir, para uma instituição aberta e descentralizada, o que se encontra em suas fronteiras internas e o que se projeta para fora dela e com qual alcance, onde a ideia de interno e externo perde seu sentido (Henriques; Braga; Mafra, 2007, p.47).

Assim, por meio dos objetivos compartilhados por um determinado grupo, como a reivindicação pela melhoria na qualidade de vida, respeito à diferença de orientação sexual, igualdade de gênero e outros, é que se forma um movimento para que haja efetivamente o avanço social. Os atores sociais que o representam são os sujeitos ativos nesse processo. A partir dos tipos de relacionamento que configuram os vínculos com o projeto de mobilização, Henriques, Braga e Mafra (2007) propõem uma escala de oito níveis que caracterizam os vínculos entre os públicos com a mobilização:

- **Localização espacial:** onde os públicos se localizam real ou virtualmente dentro do universo de atuação do projeto.
- **Informação:** refere-se à quantidade, com maior e menor nível de detalhamento, e as formas pelas quais as informações são transmitidas.
- **Julgamento:** a partir de um nível maior de detalhamento de informações, é possível o estabelecimento de juízos de valor acerca do projeto.
- **Ação:** forma de contribuição por meio de ideias, produtos, serviços e outras, que podem ser pontuais, eventuais ou permanentes.
- **Coesão:** ocorre quando as ações tornam-se interdependentes, suprimindo-se assim as ações meramente fragmentadas ou que não construam uma ligação entre si.
- **Continuidade:** nesse nível, as ações deixam de ser pontuais ou eventuais e geram um processo contínuo de participação.
- **Corresponsabilidade:** trata-se do vínculo ideal em um projeto de mobilização, pois o público se sente responsável pelo projeto, compreendendo a dimensão de suas ações como essenciais ao desenvolvimento do todo.
- **Participação institucional:** refere-se ao vínculo contratual, no entanto, trata-se de uma decisão estratégica e não uma meta para todos os públicos do projeto.

A partir dessa escala, Henriques, Braga e Mafra (2007) desenvolveram um modelo de mapeamento dos públicos em três níveis de vínculos com o projeto de mobilização. Os “beneficiados” (B) são todas as pessoas e instituições dentro do espaço de atuação do projeto. As pessoas ou instituições que não apenas se beneficiam, mas compreendem sua importância, podendo se tornar colaboradores diretos em qualquer tempo, são os “legitimadores” (L). Os “geradores” (G) compõem aqueles que efetivamente organizam ações em nome do projeto.

Henriques, Braga e Mafra (2007) explicam que, ao adotar o critério de força dos vínculos que são construídos no processo de mobilização, o comportamento do público é examinado por meio de dois fatores: o grau de informação e a incorporação de valores. A segmentação clássica de públicos também incorpora esses dois fatores, porém de uma forma distinta. No modelo tradicional, são estabelecidos critérios objetivos para classificá-los e os dados valorativos são obtidos em diagnósticos, enquanto no modelo proposto os dados valorativos são a base para se definir a segmentação. Essa classificação contempla, portanto, o público envolvido diretamente com o movimento, ressaltando assim o nível de participação das pessoas nas ações do movimento.

Pertencer a uma localidade na qual o movimento atua, possuir informações sobre sua atuação e, a partir delas, estabelecer algum juízo de valor determinam que o grau de aproximação com a mobilização encontra-se na qualidade de beneficiado. Nesse sentido, torna-se perceptível a supressão, pelos autores, da classificação tradicional dos públicos. Não se trata de mapeá-los como interno ou externo, pois pertencer à mesma localidade ou apresentar algum nível de informação ou ainda possuir a capacidade de julgamento atinge aqueles que se encontram ou não vinculados ao movimento.

No nível dos legitimadores encontram-se as pessoas ou instituições, com determinado nível de informações para estabelecer juízos de valor sobre o movimento e ainda participam por meio de algumas ações para o movimento, contribuindo, de algum modo, para sua legitimação. Ao julgar importante o movimento, as pessoas nesse

nível podem se tornar colaboradoras diretas em qualquer tempo. Nesse nível não se propõe mensuração dessas ações em critérios de continuidade e proximidade, mas devem ser ações que contribuam direta ou indiretamente aos objetivos do movimento.

Os geradores encontram-se no nível de maior relevância dentro da segmentação de públicos proposta, tendo em vista que se compõem de atores sociais com maior comprometimento com a mobilização. As ações deixam de ser meramente pontuais e se tornam interdependentes, contribuindo para um mesmo fim ou ainda tornam-se permanentes, gerando uma participação constante. Esse nível contempla ainda a participação institucional, que é estratégica, porém, o nível almejado é o da corresponsabilidade, em que as pessoas se sentem parte responsável pelo desenvolvimento e sucesso do movimento. Trata-se de “um processo que depende da geração de um lento e contínuo aprendizado e que potencialmente se traduza numa transformação gradual de hábitos e atitudes, construindo novos significados e incorporando valores” (Henriques; Braga; Mafra, 2007, p.48-49).

Características da comunicação na mobilização social

No âmbito dos movimentos sociais, a comunicação adquire um enfoque específico, diferentemente daquele aplicado no contexto das organizações tradicionais, que enfatiza a relevância do relacionamento com seus públicos, formadores de opinião, o que, consequentemente, reflete na formação da imagem da organização. Os esforços da comunicação nos movimentos sociais recorrem a uma perspectiva peculiar, pois se voltam, primordialmente, para a mobilização dos públicos que os constroem. Ao contrário das práticas adotadas pelas organizações capitalistas, não se substituem os colaboradores, pois esses, nos movimentos sociais, correspondem à essência, ou seja, são os militantes de um movimento a razão de sua existência.

É pertinente ressaltar que a comunicação, como uma coordenação de ações, deve ser condizente com uma proposta ética, por meio

de atributos que se contraponham à comunicação manipulada, autoritária e paternalista. Nesse sentido, Henriques et al. (2007) argumentam que a comunicação, para atingir ao propósito de uma mobilização social, deve ser dialógica, libertadora e educativa, características estas que estão intrinsecamente relacionadas.

Na mobilização social, a comunicação é dialógica porque “não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores” (Henriques, 2007, p.25). À luz dessa concepção, para que haja uma mobilização, a comunicação pressupõe efetivamente a troca de saberes por meio do diálogo, considerando que cada pessoa possa contribuir a partir de suas experiências e de sua corresponsabilidade com a transformação social.

A importância da comunicação dialógica é defendida por Paulo Freire, ao explicar que o homem é essencialmente um ser de relação. Como ser dotado de um pensamento-linguagem, é capaz de pensar sobre si mesmo e sobre o mundo, e é por meio do diálogo que se efetiva a transformação e humanização de todos, contrapondo-se à prática de manipulação das pessoas, pois

ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Essa é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagonica (Freire, 1992, p.43).

Consequentemente, a comunicação torna-se libertadora na medida em que seu propósito não é invadir o outro, reduzindo-o a um sujeito passivo enquanto receptor. A função da comunicação, enquanto ação libertadora, consiste em, juntamente aos interlocutores, problematizar um conhecimento e, então, compreender melhor a realidade e transformá-la. Trata-se de um acordo entre os sujeitos, no sentido de compartilhar ideias sem que haja a prática de manipulação de alguns sobre os outros (Henriques, 2007).

Com um caráter pedagógico ou educativo, a comunicação estabelece as interações entre os indivíduos. Paulo Freire explica que o sentido da comunicação na educação não se refere à transmissão de conhecimento por um educador a um grupo de educandos que têm o papel de apreender as informações e transformá-las em saber. A comunicação educadora, nesse sentido, visa ao compartilhamento e ao aprendizado mútuo entre os interlocutores, pois “na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar *se comunicam* seu conteúdo” (Freire, 1992, p.67).

Para Márcio Simeone Henriques, as estratégias de comunicação dos movimentos sociais se formam a partir de duas vertentes que, embora tenham enfoques peculiares, estão interconectadas: a manutenção das estruturas mobilizadoras horizontais e o processo da visibilidade do movimento e o posicionamento público. Torna-se fundamental, no contexto dos movimentos sociais, a comunicação para a mobilização do público, pois “uma questão central é que as estratégias são requeridas especialmente para dirigir aos públicos apelos que possam convencê-los de que uma causa existe em função de um problema concreto, de que ele deve interessar a todos e é passível de transformação” (Henriques, 2007, p.103).

Esse mesmo autor ressalta a importância das estratégias comunicativas dos movimentos sociais e considera que apenas atuar em redes de solidariedade, seria insuficiente para entender o grau de coesão que atinge entre seus participantes e a continuidade de suas ações. A comunicação interpessoal, que contribui significativamente para a divulgação das propostas do movimento, é compartilhada, de maneira informal, pelas pessoas que, muitas vezes, participam de outros projetos mobilizadores, ou ainda, os próprios movimentos buscam conectar-se com outros com os quais mantenham alguma identidade. No entanto, essas ações, que promovem a coesão dos movimentos, são o resultado de um público efetivamente mobilizado. Assim,

a constituição dos movimentos [...] tem nas estratégias comunicativas que os sujeitos mobilizados adotam um fator essencial para a constru-

ção da coesão necessária, que vai muito além do simples intercâmbio de informações. A formação de interlocução abrange decisões estrategicamente planejadas de como cada um buscará construir um enquadramento para definir a forma pela qual será visto pelos possíveis parceiros, como buscará reconhecimento, apresentará simbolicamente a causa e a sua forma de lutar por ela e, finalmente, como a relacionará a certos valores aí implicados (Henriques, 2007, p.98).

Uma das vertentes fundamentais no planejamento da comunicação é, pois, a busca de visibilidade para o movimento, a fim de possibilitar um debate público acerca do tema em questão. A comunicação mobilizadora é um elemento inerente ao processo de mobilização, ou seja, sua ausência implica, geralmente, ações efêmeras, sem a continuidade no envolvimento com a causa. No entanto, apesar de exigir esforços para a sensibilização de pessoas para as lutas do movimento, apenas a comunicação mobilizadora não é suficiente para promover visibilidade e legitimidade aos propósitos do grupo. A mídia, em virtude de sua abrangência e por sua capacidade de pautar os temas para divulgação, não apenas promove visibilidade, mas também possibilita o debate sobre o problema.

O papel da mídia, conforme explica Henriques (2007), é colocar os atores sociais em condição de se posicionar na cena pública com o objetivo de legitimar uma causa que seja de interesse desse público. Além disso, a mídia é:

um recurso essencial para validar os próprios movimentos como atores importantes na cena política, mostrar força ante os outros atores mais poderosos (como o governo) e desafiar a visão corrente do *establishment* sobre os mais diversos problemas. [...] mostra-se importante como veículo de suporte à mobilização, para consolidar a participação dos membros e apoiadores ativos – definindo para eles próprios em que medida podem ser seriamente levados em conta como agentes capazes de efetivar mudanças (Henriques, 2007, p.99-100).

No entanto, a visibilidade junto aos veículos midiáticos é, segundo esse autor, um recurso escasso, tendo em vista a pluralidade

de vozes que disputam um espaço para se colocarem publicamente. Um ponto a ressaltar que vem ao encontro dessa concepção é que a mídia não deve ser pensada apenas como divulgadora de informações, pois “ela opera com seu próprio sistema de significação e representação”, ou seja, “é preciso entendê-la como uma instituição de autonomia relativa, que privilegia questões a partir de mecanismos próprios” (Mafra, 2006, p.41).

Cicilia Peruzzo aborda a comunicação nos movimentos sociais em dois níveis distintos, porém, complementares, que vêm somar aos conceitos abordados por Márcio Henriques. A autora elucida o conceito de comunicação mobilizadora, compreendida como aquela que ocorre “na relação com o público beneficiário/sujeito das atividades, passa a ser algo construído a partir das demandas do grupo e pressupõe o respeito à dinâmica interna e coletiva da própria entidade ou movimento, bem como do público em questão” (Peruzzo, 2009, p.6). O nível da comunicação institucional envolve a organização e os demais públicos com os quais a organização se relaciona, com o objetivo de criar e manter sua reputação em termos de identidade e ideário ideológico-político.

No entanto, a autora distingue as práticas da comunicação no âmbito das organizações capitalistas e as praticadas nos movimentos sociais e as formas de organização que não visam a lucro. Em sua concepção, no contexto das organizações capitalistas, a comunicação possui fins de manipulação, tendo em vista o interesse das organizações em manipular seu público interno para adaptá-lo aos seus interesses. Nos movimentos sociais, porém, o público que os integra são os sujeitos ativos, cujas necessidades e interesses coadunam na gênese do movimento, portanto o desafio é mobilizá-los constantemente em nome da causa pela qual lutam (Peruzzo, 2009).

Em um projeto de mobilização, a importância da comunicação mobilizadora é ressaltada por Clara Braga, Daniela Couto e Silva e Rennan Mafra, quando explicam que:

Ao se propor a comunicação mobilizadora como uma coordenação de ações, desafia-se seu papel de gerar e manter canais desobstruídos para

a interação entre os indivíduos e o movimento, de maneira organizada e seletiva, envolvendo os diversos públicos por meio da criação, manutenção e fortalecimento de vínculos corresponsáveis (Braga; Couto e Silva; Mafra, 2007, p.84).

A comunicação institucional abordada por Cicilia Peruzzo nos movimentos sociais é compreendida como os próprios canais de comunicação “para a entidade se apresentar à sociedade, externar sua visão sobre acontecimentos, disseminar informações ou apresentar reivindicações e prestar contas à sociedade” (Peruzzo, 2009, p.9). A comunicação mobilizadora e a institucional percorrem âmbitos distintos da comunicação, no entanto, encontram-se interrelacionadas. Nos movimentos sociais, a comunicação institucional é pautada pela criação de canais próprios de comunicação como site na internet, relatórios, documentário, *releases* e outros.

Todas essas características e necessidades apresentadas pela comunicação no âmbito das mobilizações apontam para a necessidade de pensar a comunicação de forma estratégica. Com base em seu caráter dialógico, libertador e pedagógico, a comunicação deve ser mobilizadora, sem impor às pessoas o que fazer, do contrário, passaria a ter um perfil manipulador, contrapondo-se ao processo de mobilização proposto por José Bernardo Toro e Nísia Werneck. A comunicação mobilizadora deve sensibilizar as pessoas sem suprimir seu pensamento crítico.

Margarida Kunsch ressalta o caráter estratégico que compete à área de comunicação, não se restringindo ao âmbito das organizações, mas que deve ser adotado como forma de promover vínculos e mobilização social:

As ONGs, os segmentos civis organizados e os movimentos sociais têm de valer-se de serviços integrados nessa área, pautando-se por uma política que privilegie o estabelecimento de canais efetivos de ligação com os segmentos a eles vinculados e, principalmente, a abertura das fontes com vistas à efetiva difusão e mobilização social. Nesse sentido, a comunicação deve constituir-se num setor estratégico, agregando valores

e facilitando os processos interativos e as mediações da sociedade civil com as organizações, a opinião pública, o Estado e a sociedade em geral (Kunsch, 2005, p.41-42).

Trabalhar a comunicação de forma estratégica, com foco na sensibilização da sociedade e da opinião pública torna-se, então, um constante desafio para os gestores da área. Trata-se de sensibilizar as audiências para os temas de interesse por meio da criação de um imaginário capaz de despertar sentidos que promovam a identificação com as lutas do movimento. Porém o horizonte ético, que promove a comunicação mobilizadora se antepõe ao sentido de manipulação, pois as pessoas são livres e devem ser estimuladas à participação e ao pensamento crítico. Requer-se, portanto, a capacidade de inovar constantemente para que resulte numa postura de proatividade, antecipando-se às necessidades do movimento social e estar atento ao cenário social que o envolve.

2

EVENTOS ENQUANTO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

Relações Públicas na mobilização social

A importância do desenvolvimento de um projeto de mobilização ultrapassa o cumprimento de determinadas funções por parte do público envolvido. Faz-se necessária a definição de estratégias que promovam a visibilidade do movimento e provoquem repercussão nos meios de comunicação. É fundamental o planejamento da comunicação estratégica, considerando-se os públicos, objetivos e o cenário social que envolve o movimento. Nesse sentido, o profissional de relações públicas, gestor de relacionamentos, quando inserido no âmbito dos movimentos sociais, possui competências para planejar, gerir e executar ações que integrem o projeto de mobilização social a fim de obter os objetivos propostos.

Com a necessidade de uma proposta de comunicação mobilizadora no contexto dos movimentos sociais, ressaltamos o papel do profissional de relações públicas como importante mediador desse processo. A partir dos estudos pioneiros de Cicilia Peruzzo, os quais tecem críticas às relações públicas tradicionais que, sob sua análise, se restrin-

giam aos interesses do capital, um novo paradigma surgiu e, assim, novas formas de atuação incorporaram-se às atividades de relações públicas. Essas novas formas foram classificadas pela autora como “Relações Públicas Comunitárias”, “populares” e ainda “na contra-mão”, porém, na contemporaneidade, independentemente da área de atuação, é importante que o profissional de relações públicas, como gestor de relacionamentos, incentive e promova a prática da cidadania.

O planejamento da comunicação nos projetos de mobilização social apresenta um dilema básico, tendo em vista que o excesso de preocupação com o planejamento pode acarretar um risco de engessamento do movimento, o que o torna um processo complexo. Por outro lado, a comunicação é imprescindível e deve ser flexível para não prejudicar a participação democrática dos atores sociais que compõem os movimentos (Henriques et al., 2007). Nesse sentido, é importante salientar o papel de gestor da comunicação, com foco nas lutas da cidadania, do profissional de relações públicas, inserido nesses projetos de mobilização social, pois

é nesse quadro de referências que o profissional de Relações Públicas deve prever sua ação. Os fundamentos de seu trabalho, diretamente dirigidos à construção do relacionamento entre instituições e públicos, podem garantir a livre expressão dos atores e a continuidade de um processo dialógico que deve compor um projeto mobilizador verdadeiramente democrático. Seu objetivo maior será a abertura de um campo de possibilidades, que será tão mais vasto quanto mais se amplie o horizonte ético da mobilização pretendida (Henriques et al., 2007, p.30).

Rennan Mafrá atribui à área de relações públicas o papel de planejar e gerenciar a comunicação estratégica, pois ela surgiu ante a necessidade de um profissional apto a gerenciar o relacionamento entre instituições e públicos. Não se trata de um instrumental a serviço do capital, mas um instrumento instaurador de processos comunicativos com fins de transformação social. Esse autor elucida que:

a atividade de Relações Públicas pode inserir, a partir da formulação de estratégias comunicativas, argumentos na cena pública, estimulando um processo de discussão e debate. É relevante notar que esse processo estratégico vai apontar ou desembocar sempre numa dimensão política, ética e valorativa, revelando as motivações que norteiam todo o processo de envolvimento dos públicos (Mafra, 2006, p.46).

Esse processo proposto por Rennan Mafra vai ao encontro da concepção de comunicação comunitária definida por Regina Escudero César como “uma via de mão dupla, pautada na comunhão entre sujeitos iguais que participam de seu contexto e o transformam dialeticamente” (César, 2007, p.86). Nesse sentido, ganha importância a comunicação face a face, que requer um contexto de copresença e, ainda, deve possuir um caráter dialógico, não hierarquizado. A área de relações públicas, criticada por ter suas raízes no funcionalismo, que acabava por restringi-la aos interesses das organizações capitalistas, encontra inúmeras possibilidades para ampliar o universo de atuação profissional, uma vez que ações de relações públicas tornam-se necessárias ao propósito de transformação social.

A partir do modelo proposto por José Bernardo Toro e Nísia Werneck para a mobilização social, o qual insere atores sociais fundamentais para iniciar o processo de mobilização social, atribuindo-lhes papéis, Antonio Teixeira de Barros atribui às relações públicas importante contribuição. O profissional de relações públicas, compreendido como um mediador político, econômico, cultural ou comunitário, pode atuar como “editor social”, na medida em que possui competências para intermediar as relações entre um “produtor social” e uma comunidade (Barros, 2007).

Segundo Murade (2007), cabe ao relações-públicas ser agente precursor de transformação social, incentivando a inquietação das pessoas para o desejo de modificar a realidade e construir outra, diferente da instituída pelo poder hegemônico. Para José Felício Gousain Murade, “a harmonia social só pode ser concebida pela disposição de conquistar novos direitos ou de efetivar os direitos sociais existentes” (Murade, 2007, p.162).

Em uma retomada das cinco funções básicas das relações públicas, sob a ótica dos movimentos sociais nas lutas da cidadania, observamos novas formas de aplicabilidade dessas funções, com o objetivo de participar efetivamente da transformação social. Portanto,

Trata-se de oferecer às comunidades informações e ferramentas de comunicação (assessoria) que possibilitem a leitura de mundo (pesquisa-diagnóstico da realidade), a articulação em torno de polos e de projetos reivindicativos (planejamento e organização), a ação transformadora da realidade (execução), para, uma vez superada a situação geradora da controvérsia, chegar ao consenso e estimular novas reivindicações – dissenso – , com base na releitura do mundo (avaliação) (Murade, 2007, p.159).

No presente estudo procuramos nos ater à função de execução, segmentada em subáreas, entre as quais está nosso objeto de estudo: os eventos. No âmbito dos movimentos sociais, os eventos constituem importantes espaços na estratégia de comunicação e visibilidade das lutas pelas quais se mobilizam. Entendemos, assim, a necessidade de uma discussão conceitual e da logística que envolve a realização dessas ações, para então compreender a relevância dos eventos como forma de dar voz e visibilidade aos cidadãos nos movimentos sociais.

Eventos nos movimentos sociais

Os eventos, realizados no contexto dos movimentos sociais, são ações que representam a vontade coletiva. Com uma logística peculiar, na qual os atores sociais envolvidos costumam participar de forma ativa nas diversas etapas do processo, essas ações contribuem para dar visibilidade a esses movimentos, conforme expressam suas reivindicações, pressionam o poder público e influenciam a opinião pública. Além disso, essas modalidades de eventos costumam contar com a presença da imprensa, que é informada durante o processo de

planejamento. Sua presença vai ao encontro dos objetivos das mobilizações, pois tem a capacidade de amplificar a expressão dos eventos e do próprio movimento, ao difundi-los para audiências massivas, nacionais ou internacionais, tornando as reivindicações conhecidas e legitimando-as.

As pessoas são chamadas a participar dessas ações e o caráter emocional adquire grande relevância, pois “os atores sociais podem se sensibilizar e se identificar com a beleza e coerência das peças gráficas do projeto, com o ritual das reuniões e eventos que promove, com os valores que defende, com os conhecimentos que dissemina” (Henriques et al., 2007, p.24). Esses elementos de identificação integram a comunicação mobilizadora, tendo em vista que a participação não se restringe ao evento de mobilização, mas se estende a todo o processo de planejamento, desde a participação na construção dos valores simbólicos ao vínculo da corresponsabilidade.

Por outro lado, retomando a concepção de José Bernardo Toro e Nísia Werneck, somente a realização de um evento não é suficiente para considerar a existência de uma mobilização social. Eventuais passeatas de mobilização podem expressar o repúdio de determinado grupo a algum fato específico, no entanto é necessário que haja o envolvimento das pessoas com a causa em um processo contínuo de lutas para que se torne um projeto de mobilização. O evento tem dois sentidos no processo de mobilização:

Enquanto momento de troca e difusão de informações. Enquanto “liturgia”, isto é, como uma verificação pública, através de símbolos, onde manifestamos nossas crenças. Esse é um papel muito relevante, especialmente no início do processo e em certos momentos de seu desenrolar em que é preciso “renovar a nossa fé”, revitalizar nossos sentimentos e disposições (Toro; Werneck, 2007, p.89).

No entanto, vale ressaltar que a crítica dos autores não é voltada ao evento em si, pois se trata de uma estratégia de comunicação que costuma lograr repercussão através da cobertura da mídia. A restrição dos autores é ao evento de mobilização como única forma

de ação, quando as pessoas apenas participam daquele momento, sem o sentimento da corresponsabilidade pelo movimento e, conseqüentemente, sem o prosseguimento das ações de mobilização. Ainda no entendimento desses autores, ações como campanhas, embora sejam transitórias, são importantes como parte do processo de mobilização, pois são formas de incentivo às pessoas. Porém, há uma divergência em virtude do caráter atemporal dos trabalhos de um movimento social, ao passo que as campanhas possuem início, meio e fim.

Com ênfase na necessidade de praticar a comunicação mobilizadora no âmbito dos movimentos sociais, consideramos, neste estudo, os eventos como formas de comunicação para a promoção de visibilidade do movimento, tendo em vista sua repercussão perante a plateia presencial e a audiência mais abrangente, graças à cobertura da mídia. Esses são compreendidos como veículos aproximativos, ou seja, são “aqueles que permitem qualquer aproximação física ou virtual entre os públicos e a instituição” (Ferreira, 2011, p. 94). Neste caso, as instituições são constituídas pelos movimentos sociais e os eventos são as ações visando promover aproximação de seu público de interesse. Os eventos são realizados sob a forma de diversas tipologias, como mencionamos: reuniões, atos públicos, fóruns, passeatas, marchas, assembleias, abaixo-assinados e outros.

Caracterização dos eventos

O conceito de evento é amplo, e não há um consenso entre os autores que o abordam. Diferentes sentidos lhe são atribuídos a partir dos objetivos propostos, todavia as inúmeras concepções convergem para sua relevância na contribuição para a imagem organizacional. Por meio de uma discussão semântica a partir da visão dos estudiosos de eventos, propomos uma reflexão acerca de uma lacuna observada na aceção dessas ações, o que nos leva a propor um novo olhar para a atividade de eventos.

A relações-públicas Margarida Kunsch entende que a literatura disponível¹ é suficiente para dar conta da concepção de eventos e as técnicas para planejamento e execução, contrapondo-se, assim, ao que mencionamos anteriormente. Os eventos são importantes ações de comunicação aproximativa, uma vez que possibilitam a reunião entre o público de interesse de seu organizador em um mesmo momento e espaço, embora contemporaneamente ganhem relevância os espaços virtuais. Por isso, “a importância da realização de um evento está sobretudo no aproveitamento do instante, do ambiente ou da presença de pessoas, pois dessa atitude resulta a impressão final” (Kunsch, 2003, p.386).

Francisco Paulo Melo Neto define o evento sob a ótica dos comunicadores como “qualquer fato que pode gerar sensação e, por isso, ser motivo de notícia (seja esta de cunho interno ou externo)” (Melo Neto, 2001, p.20). A partir dessa visão, o autor destaca a tríade que compõe as características de um evento e enfatiza a importância de cada um desses elementos: evento como fato, como acontecimento que gera sensação e, finalmente, como notícia.

Como fato, o evento é algo que acontece, com data e horário de início e fim, associado a um momento no tempo e a um determinado local. Nesse sentido, o planejamento é fundamental para que atenda às expectativas de seu público, despertando emoções por meio de um componente criativo, responsável pelo clima do evento. Como acontecimento, requer sucesso em sua realização, caso contrário, “de acontecimento a ser lembrado, torna-se uma tragédia a ser esquecida” (Melo Neto, 2001, p.21). O evento quando bem-sucedido vira notícia na mídia, associando seu sucesso aos organizadores e patrocinadores, da mesma forma, um evento malsucedido provoca um prejuízo na imagem de todas as entidades envolvidas em sua realização.

Observa-se que apesar de o autor contemplar alguns requisitos fundamentais para a concepção de um evento, sua abordagem

1 A autora faz referência a Giácomo (1993), Cesca (1997), Haman (1997), Meirelles (1999), Melo Neto (1999), Myamoto (1987), Matias (2001), além de ressaltar a contribuição de outras obras e apostilas produzidas por especialistas da área.

mercadológica o restringe ao sentido de negócio. Sua ênfase encontra-se no papel do patrocinador, cuja marca é identificada ao evento, daí a importância de obter resultados que atribuam uma imagem positiva às instituições que investiram nessa ação. A presença da mídia reflete a relevância do evento, contribuindo para inseri-lo na pauta da agenda do público. No entanto, se uma das etapas que envolvem o planejamento falhar, o resultado compromete as partes envolvidas, não se restringindo ao investimento financeiro, mas em sua imagem ou mesmo reputação.

Cleuza G. Gimenes Cesca reitera o conceito apresentado por Melo Neto, ao enfatizar o evento como fato que desperta atenção, podendo ser notícia e, conseqüentemente, divulgar o organizador, porém se distancia do reducionismo mercadológico. A autora ressalta o profissional de relações públicas como o mais preparado para a função de planejar os eventos no contexto organizacional, pois, diferentemente dos profissionais que realizam eventos com o intuito exclusivamente mercadológico, o relações-públicas entende que o evento não é um ato isolado, envolve um planejamento minucioso e produz um *feedback* que irá refletir na imagem da organização. Assim, ela resume que “para as relações públicas, *evento* é a execução do projeto devidamente planejado de um acontecimento, com o objetivo de manter, elevar ou recuperar o conceito de uma organização em seu público de interesse” (Cesca, 2008, p.20).

Como definido por Margarida Kunsch, diversos autores enfatizam função do evento na comunicação (Fortes; Silva, 2011, Meirelles, 1999; Hamam, 2011, Britto; Fontes, 2002). Waldyr Gutierrez Fortes e Mariângela Benine Ramos Silva explicam que se trata de uma estratégia de comunicação no âmbito organizacional, produzindo inúmeros benefícios para as organizações e para os públicos de interesse. O caráter lucrativo também é ressaltado por esses autores, que, da mesma forma, ressaltam a importância dos eventos, atribuindo-lhes:

- a) melhoria nas relações com os públicos de interesse; b) lançamento de produtos/serviços da empresa voltado a seu mercado-alvo, ampliando

assim sua visibilidade; c) geração de mailing para prospecção de novos clientes; d) aquisição de informações sobre o mercado e concorrentes; e) atualizações técnicas; f) transmissão de informações para os canais de distribuição; g) criação e fortalecimento da imagem/conceito institucional. Por ser dirigido, o evento consegue, em um tempo curto e de uma só vez, atingir boa parte do público de interesse das organizações (Fortes; Silva, 2011, p.35).

Observamos, portanto, que o evento passa a incorporar outros sentidos. Pode ser educativo por possibilitar a atualização técnica de pessoas; o enfoque como “negócio” é ressaltado por reunir um público de interesse, proporcionando ganho na imagem de instituições que o promovem ou associam sua marca ao evento. Trata-se ainda de uma função-meio, pois visa atingir a um objetivo, concepção com a qual concordamos quando aplicada no contexto organizacional, na medida em que um evento é para um fim específico, não se preterindo, porém, sua realização.

Na visão de Janaína Britto e Nena Fontes, o evento não deve ser tratado como um instrumento menor no processo de comunicação, tendo em vista sua função estratégica na promoção dos benefícios às organizações. Como veículo comunicacional, “dirige uma mensagem eficaz a um público predeterminado, produzindo nele os efeitos desejados” (Britto; Fontes, 2002, p.35). Vale ponderar sobre essa concepção a fim de não se reduzir a realização de um evento em estratégia de manipulação de um determinado público. A produção de um *feedback* favorável está vinculada a um processo de planejamento minucioso, considerando essencialmente o público para quem se destina e, ainda, não se reduz o público ao papel de receptor, abstraindo-o de seu senso crítico.

Partindo da premissa de que o evento é uma atividade para promover lucros, direta ou indiretamente, aos envolvidos com sua realização, Roosevelt Hamam define o evento como um produto de extremo valor a ser explorado, por meio do qual as organizações podem se aproximar de seus públicos de interesse sem intermediários. Nesse sentido, o evento torna-se a própria mediação entre públicos

estratégicos. Como produto, distingue-se dos bens intangíveis por não poder ser testado antecipadamente, apenas produz no cliente a perspectiva de satisfazer suas expectativas. Ainda sob a ótica da comunicação dirigida, o autor define o evento como:

Um acontecimento excepcional previamente planejado, que ocorre em determinado tempo e local e gera grande envolvimento e mobilização de um grupo ou comunidade, buscando a integração, a difusão e a sensibilização entre os participantes para os objetivos pretendidos. Estes devem ser colocados de forma clara e explícita, para que o público-alvo receba e assimile os temas abordados e as ações desenvolvidas durante os eventos (Hamam, 2011, p.130).

Gilda Fleury Meirelles aponta dois fatores para o aumento na realização de eventos: a necessidade do ser humano de viver e conviver em grupos e a necessidade do diálogo. Como ação que aglutina pessoas em um mesmo momento, cria emoções, aproxima as pessoas e, conseqüentemente, promove o diálogo, o evento reúne os diversos recursos da comunicação: oral, escrita, auxiliar e aproximativa. Na visão da autora, o evento pode ser definido como:

[...] instrumento institucional e promocional, utilizado na comunicação dirigida, com a finalidade de criar conceito e estabelecer a imagem de organizações, produtos, serviços, ideias e pessoas, por meio de um acontecimento previamente planejado, a ocorrer em um único espaço de tempo com a aproximação entre os participantes, quer seja física, quer seja por meio de recursos da tecnologia (Meirelles, 1999, p.21; 2003, p.25).

Nas diversas abordagens sobre a atividade de eventos, é possível ponderar sobre a sua relevância, pois, por meio de uma reunião de pessoas com interesses afins, de forma planejada, uma mensagem é transmitida, provocando reações nesses públicos. Aos eventos têm sido atribuídos diversos sentidos, com ênfase na concepção de “imagem”, “negócio”, “lucro” e outros. Um evento, quando atinge os objetivos de seu organizador e supera as expectativas de seus participantes, certamente resultará em ganho de imagem à organização promotora.

A presença da mídia contribui para ressaltar o evento como um negócio na medida em que divulga o evento associado à marca de seu organizador ou patrocinador. O lucro pode ser mensurado por meio da alavancagem das vendas. No entanto, há que se tomar um cuidado quando se referir aos públicos envolvidos, não os limitando na condição de “alvo”, mas como sujeitos ativos que interferem diretamente no resultado de um evento.

Em uma releitura das abordagens apresentadas, de forma unânime, os autores entendem que se trata de uma ação de comunicação capaz de gerar um *feedback* favorável a partir das demandas de seus organizadores. No entanto, essas concepções apontam para a existência de algumas lacunas na medida em que contemplam, usualmente, a realização de eventos no âmbito das organizações, sejam esses para fins de imagem, negócio ou vendas.

Cristina Giácomo propõe uma visão peculiar sobre o evento, divergindo do sentido apresentado como “fato” por Melo Neto (2001) e Cesca (2008), mas tratando-o como fenômeno de dimensões políticas no campo da comunicação social, sintetizando, portanto, sua visão conceitual como “acontecimento previamente planejado, a ocorrer num mesmo tempo e lugar, como forma de minimizar esforços de comunicação, visando ao engajamento de pessoas a uma ideia ou ação” (Giácomo, 1993, p.54).

Vale ponderar sobre a interpretação de Cristina Giácomo a partir de suas ressignificações do conceito de evento. O evento é tratado como um acontecimento previamente planejado, suprimindo-se a noção de fato. A concepção de evento como fato, na visão da autora, restringe-se ao resultado, tornando-se um acontecimento que ganha respaldo por meio da visibilidade promovida pela mídia, porém, ignora-se um dos elementos fundamentais de um evento, o planejamento, elemento essencial, que o define como “acontecimento planejado”.

A autora, na década de 1990, já previa a utilização de recursos tecnológicos, os quais viriam a possibilitar a realização de eventos em espaços distintos, preservando, porém, o caráter sinérgico da comunicação (Giácomo, 1993). Outro ponto a ressaltar é o objetivo de

um evento, não se limitando ao encontro de pessoas com objetivos afins, mas ao engajamento do público participante para uma ideia ou ação. Essa visão enfatiza, portanto, o público não apenas como receptor de uma ideia, mas como agente ativo capaz de incorporá-la e multiplicá-la. Trata-se de um público de interesse ou estratégico.

À luz da concepção desses autores, os eventos são ações de grande importância em quaisquer segmentos nos quais sejam realizados. Apesar da multiplicidade de definições existentes acerca dessa atividade, podemos entender que, essencialmente, o evento é uma ação de comunicação, pois existe a partir da necessidade de alcançar um público específico. Requer planejamento minucioso, para se evitar que os acontecimentos saiam ao acaso. Trata-se de ação não rotineira, pois se espera surpreender ao tocar a emoção, é realizado em data e local específicos, com a participação de pessoas com objetivos afins.

No entanto, não há como negar a multiplicidade de eventos que podem ser realizados. A partir dos conceitos abordados por esses autores observamos que, apesar das diversas atribuições de sentido, eles são unânimes na compreensão de eventos como reuniões de pessoas com objetivos em sincronia. Outro ponto a ressaltar é que essas propostas de definição do que vem a ser um evento contemplam ações muito distintas como a inauguração de um espaço físico, coquetel, solenidades, palestras, marchas e outros. Para distinguir essas especificidades, os eventos costumam ser classificados a partir de alguns critérios.

A área de interesse é uma das categorias de segmentação. Embora haja algumas variações entre os autores, essa classificação define os eventos como artísticos, folclóricos, culturais, educativos, cívicos, políticos, governamentais, empresariais, lazer, sociais, desportivos, religiosos e turísticos. Outra forma de classificá-los é por meio da tipologia, que define um evento a partir de suas características e objetivos. As tipologias englobam uma grande diversidade de eventos: palestra, mesa-redonda, torneio, lançamento de pedra fundamental, inauguração, galeria de retratos, congresso, entrevista coletiva, *workshop*, jantar, confraternização, *brunch*, exposição, feira,

campeonato, debate e outros (Britto; Fontes, 2002; Cesca, 2008; Meirelles, 1999, 2003).

Diante dessa diversidade de ações que se enquadram nos conceitos de eventos, entendemos a necessidade de ampliar seus sentidos a partir da noção de estratégia de comunicação. Por isso, torna-se importante a compreensão do que é estratégia. Michael Porter, um dos autores que se dedicam ao estudo das estratégias, explica que “estratégia é adotar posicionamento exclusivo e valioso, envolvendo um conjunto de atividades diferente” (Porter, 2009, p.54). Com base nessa visão, estratégia passou a compreender o sentido de inovar, ou seja, apresentar algo que possa surpreender. Essa concepção não implica suprimir ações e recursos tradicionais, mas aproveitá-los de maneira inédita com o objetivo de captar a atenção das pessoas envolvidas.

Antonia Marisa Canton explica que é por meio de estratégias que são desenvolvidos os programas de ação em um evento para se alcançar os objetivos e desafios propostos. A autora aborda sua aplicação no âmbito das relações públicas:

Estratégias são políticas de ação visando a determinado fim, como melhora da imagem e fortalecimento do reconhecimento público. Nesse sentido, poderão ser utilizadas as ações de relações públicas que transmitam conceito e conteúdo do produto/evento ou da empresa, assim como ações conectadas com outras empresas e entidades públicas e privadas capazes de criar sinergias (Canton, 2002, p.73).

Portanto, a noção de estratégia vai ao encontro de um dos fatores essenciais de um evento: por meio da ação de surpreender, tocar a emoção. Nesse sentido, a partir de sua influência para reunir pessoas, despertar-lhes o sentimento de pertencimento ao grupo e tocar-lhes a emoção por meio de um ambiente criado pelo inusitado, os eventos são formas estratégicas de utilização da comunicação para um público de interesse, a partir de um planejamento minucioso, o que geralmente resulta em repercussão midiática.

A partir dessas noções, observam-se algumas ações praticadas pelos movimentos sociais, como forma de representações que, consequentemente, resultam em visibilidade às suas lutas e reivindicações. As diferentes estratégias adotadas pelos movimentos sociais variam de denúncias a pressões diretas por meio de ações como: passeatas, marchas, mobilizações, concentrações e outros (Gohn, 2007). No caso do movimento homossexual, outras formas de mobilização também têm sido utilizadas. Com caráter dialogal, com a ênfase na troca de informações, o movimento realiza palestras, mesas-redondas, fóruns e outros eventos. Ações sociais também vêm marcando presença no movimento a partir de eventos alusivos às datas comemorativas, as quais promovem a aproximação do movimento junto às comunidades locais.

Retomando os conceitos apresentados anteriormente, essas ações, com objetivo de mobilização, são concebidas como eventos, por se tratar de atividades planejadas, embora sem necessariamente possuírem o caráter profissional presente no contexto organizacional. Nos movimentos sociais, o objetivo é dar visibilidade, perante autoridades e opinião pública, às lutas por direitos existentes e não efetivamente desfrutados, ou seja, a busca pelos direitos da cidadania. Assim, nossa proposta é a ampliação da visão conceitual de eventos: adotando a visão dos autores mencionados, propomos o evento como uma estratégia de comunicação dirigida com fins de promover o avanço social. Dada sua relevância pela concentração de pessoas em um mesmo momento e espaço físico,² os eventos costumam mobilizar pessoas e alcançar visibilidade por meio da cobertura da imprensa.

A literatura pesquisada sobre eventos não costuma contemplar essa atividade como forma de representação dos movimentos sociais, tampouco as tipologias utilizadas especificamente por esses grupos. A importância da realização de eventos é ressaltada principalmente

2 Quando nos referimos ao mesmo espaço físico, trata-se do local onde é realizado o evento. No entanto, não nos restringimos a esse espaço, considerando a ampliação do evento pelos espaços virtuais, promovida pelos recursos das tecnologias.

como forma de criar ou firmar a imagem de quem os promove. Mesmo os eventos para a cidadania, classificados pelas autoras Janaína Britto e Nena Fontes como “beneficentes”,³ não são abordados com frequência pelos autores da área, e sejam encontradas apenas na obra dessas autoras, dentre as obras pesquisadas, as “paradas” na classificação de tipologias.

Eventos como passeatas e marchas não costumam ser mencionados, embora Cristina Giácomo os cite para exemplificar os eventos com objetivos de natureza política.⁴ Britto e Fontes (2002) também abordam as paradas, que vêm se tornando cada vez mais comuns no Brasil, especificamente as paradas realizadas pelos homossexuais. O movimento homossexual brasileiro, em diversas cidades, como veremos, vem ganhando visibilidade pela realização de suas marchas. Em Bauru, o movimento realiza a Parada da Diversidade, um evento voltado para as pessoas que compõem as comunidades vulneráveis da cidade, representado majoritariamente pela comunidade LGBT.

A partir dos conceitos discutidos por Mafra (2006), o evento, por um lado, apresenta um caráter festivo e espetacular, na medida em que é composto por pessoas que celebram junto aos sons dos trios elétricos enquanto uma plateia composta de heterossexuais, simpatizantes e curiosos assistem ao espetáculo de cores e sons. Por outro lado, o evento possui um perfil argumentativo ao expressar os propósitos de um grupo estigmatizado por sua condição homossexual. Trataremos dessas categorias do autor no próximo item.

As dimensões de um evento

As visões apresentadas sob diferentes enfoques permitem uma reflexão sobre a relevância dos eventos enquanto veículo de comunicação. No entanto, observamos na prática de eventos que alguns lei-gos enfocam exclusivamente o caráter festivo como parte intrínseca

3 As autoras explicam que “esses eventos refletem programas e ações sociais que são divulgados e/ou auxiliados em acontecimentos públicos” (Britto; Fontes, 2002, p. 134).

4 Giácomo, 1993, p. 57.

dessas ações, com o objetivo de provocar emoções no público envolvido. No âmbito dos movimentos sociais, como estratégia de comunicação para promover visibilidade, Rennan Mafra, citado anteriormente, propõe três dimensões para caracterizar essas estratégias de comunicação; no presente estudo, optamos por delimitá-las ao universo dos eventos.

A primeira dimensão é definida “espetacular”, sendo o evento compreendido como um espetáculo. Essa dimensão aponta para uma ação com a função de atrair a atenção de determinado público, provocando-lhe um estado de contemplação. O espetáculo, sob a ótica de alguns estudiosos, apresenta uma conotação pejorativa ao apresentar o público como mero espectador de uma ação (Gomes, 2003; Debord, 1997, apud Mafra, 2006). O espetáculo seria, portanto, um fator de alienação diante de uma plateia hipnotizada, abstraída de qualquer senso crítico. Essa visão negativa acerca do espetáculo deve-se em grande parte ao surgimento dos meios de comunicação de massa no século XX, os quais obedecem a uma lógica mercadológica e capitalista. No entanto, essa concepção não permite aos sujeitos marcarem sua autonomia, uma vez que o próprio conceito não permite encontrar aspectos positivos no espetáculo (Mafra, 2006).

No contexto dos movimentos sociais, porém, não se aplica a lógica própria de mercado, conforme argumenta Rennan Mafra. Os movimentos sociais lutam por visibilidade e, dessa forma, o sentido de espetáculo não se refere à alienação, mas constitui uma forma de chamar a atenção da sociedade civil para sua existência na esfera pública, pautando suas reivindicações como de interesse coletivo para, então, mobilizar e estimular os debates públicos. E ainda:

é preciso identificar as características espetaculares de ações e estratégias de comunicação para mobilização social, buscando entendê-las como parte de um processo maior, sem perder de vista seu principal objetivo: convocar vontades e reunir sujeitos para a transformação de uma realidade (Mafra, 2006, p.58).

A partir dessa concepção, o autor propõe dois elementos para a reformulação das implicações negativas do conceito de espetáculo, no âmbito das mobilizações sociais. O primeiro elemento refere-se à instalação de um âmbito extraordinário, em contraposição ao ordinário, no que se refere às ações do cotidiano. Em sua visão, a instalação desse ambiente extraordinário é importante, pois enquanto permite a supressão temporária de regras, possibilita o desenvolvimento de um senso crítico diante do novo ambiente. Assim, a ruptura com a vida ordinária não significa a abstração em sua integralidade das normas sociais, mas, uma vez que o espetáculo impõe como necessidade outro conjunto de normas, observa-se um relaxamento temporário da vigência das regras cotidianas.

Ampliando a noção de espetáculo como um fator extraordinário, admirável, excepcional, Rennan Mafrá justifica a importância do caráter espetacular em mobilizações sociais:

[...] ações de mobilização adquirem um caráter espetacular ao procurar elementos que tentam mostrar suas causas como questões que merecem ser vistas e notadas, e que buscam encher “os olhos” dos sujeitos. Assim, elementos “espetaculares” são utilizados, em última análise, para despertar na sociedade o interesse público pelas tematizações, com a função de capturar a atenção dos sujeitos para essas questões (Mafrá, 2006, p.60).

Outro elemento a que se refere o autor é o caráter dramático do espetáculo, que segmenta as pessoas em duas condições: de um lado os atores, de outro, os espectadores que desfrutam da representação. Com base nos estudos de Wilson Gomes, Rennan Mafrá explica que a teatralização corresponde a dois aspectos: a exibição que resulta em visibilidade e, por outro lado, a contraposição entre atuação e passividade. No entanto, não se espera que o público seja compreendido exclusivamente como espectador e assistente, mas que se sobreponha a esse caráter passivo que muitas vezes lhe é imputado. Deve ser compreendido como “uma audiência que deve se interessar pela causa para que, num segundo momento, possa participar do processo de forma ativa” (Mafrá, 2006, p.63).

Retomando o sentido de espetáculo abordado pelo autor, portanto, como teatralização, o espetáculo visa à contemplação pública da encenação exibida, como forma de promover-lhe visibilidade. Não se trata, porém, de uma ação com fins de alienação, mas é uma forma de capturar a atenção do espectador para então atribuir-lhe outros papéis que não apenas de espectador, mas proporcionar uma participação ativa, por outras dimensões do evento, para inseri-lo no debate público.

O espetáculo, portanto, como primeira dimensão de um evento, tem a função de apreender a atenção do público, que é compreendido nessa instância como audiência. A segunda dimensão é o caráter festivo de um evento, formada não apenas pelo estado de observação e contemplação do público, mas pela sua efetiva participação nesses momentos, geralmente composta por uma esfera espetacular. No entanto, é importante suprimir a visão reducionista de tratar como sinônimos os conceitos de “eventos” e “festas”. Embora os eventos usualmente apresentem um caráter festivo, a festa é uma das múltiplas modalidades de evento.

Ancorado pelos estudos de Émile Durkheim, o autor Rennan Mafra ressalta o papel da festa no fortalecimento de sentimentos coletivos, que tendem a perder forças com o passar do tempo:

A função revigorante da festa representa uma força no sentido contrário ao da dissolução social: uma espécie de “eletricidade” decorre da aproximação dos indivíduos reunidos em um propósito festivo, que pode levá-los, em poucos instantes, a um grau extraordinário de efervescência. Esses vínculos intersubjetivos e coletivos nascem e são gerados na comunhão, na “realiança”, baseados não em interesses racionais, mas em sentimentos e emoções. Nas festas, há uma tendência muito forte dos indivíduos de se reunir mais e experienciar situações de vida diferentes do cotidiano. Tal é a especificidade dessas vivências que o homem torna-se outro (Mafra, 2006, p.66).

A festa se constitui, portanto, em momentos nos quais a vida cotidiana regrada por normas de conduta é substituída por momentos

de efervescência, nos quais são permitidas algumas transgressões que não se admitiria em outros contextos sociais. Além disso, a figura do indivíduo e as diferenças sociais desaparecem por meio dessa energia compartilhada, sobressaindo-se, assim, o coletivo. Amaral (2001) explica que se trata de um intercâmbio de energias através da quebra da monotonia gerada pelo divertimento proporcionado pela festa. A festa, segundo a autora, em princípio não teria nenhuma utilidade, mas torna-se importante ao adquirir a função de promover essa comunhão entre os participantes, proporcionando um reabastecimento de energia para a retomada da vida em sociedade, composta de regras sociais, fundamentais para a convivência social.

Dois elementos são apontados por Mafrá (2006) para caracterizar a dimensão festiva em mobilizações sociais: elementos relacionados à construção de cerimônias e os relacionados à construção de momentos de divertimento. No que tange ao primeiro elemento, as festas, apesar de gerarem ações espontâneas que proporcionam a interatividade e o divertimento das pessoas, mantêm certa dimensão de cerimonial.⁵ Isso significa que os eventos de mobilização compõem alguns fatores litúrgicos incorporados ao cerimonial do evento, que permitem o reconhecimento do ritual e a revitalização dos sentimentos. Os fatores litúrgicos incorporam a dimensão ética a um evento na medida em que evidenciam valores e crenças dos indivíduos particulares e coletivos. E, ainda,

[...] por promoverem a comunhão dos valores do projeto, tendem mais a gerar a *prática da continuidade*, permitindo uma recuperação da causa do projeto. Essa estratégia de aproximação entre os envolvidos por meio da comunhão é muito importante porque permite que as pessoas se sintam legitimadas, respaldadas e predispostas a prosseguir no movimento. A renovação e a evolução dos valores éticos voltadas para a mudança da realidade são fundamentais para que esses valores, comuns a todos,

5 O termo cerimonial deriva-se do vocábulo latino *caerimoniale*, que se refere às cerimônias religiosas. No âmbito dos eventos, o cerimonial pode ser definido como “sequência de acontecimentos que resultam em um evento, sempre cerimonioso, realizado com pompa e circunstância”. Mais informações em Meirelles, 2006.

possam garantir a continuidade da existência e legitimação do projeto diante de seus integrantes e perante a sociedade como um todo (Braga; Silva; Mafra, 2007, p.94).

Esses autores mencionam algumas ações coletivas como passeatas, congressos e outras para exemplificar fatores litúrgicos que, a partir de ritualísticas, congregam pessoas para um objetivo maior. Porém, propomos ampliar a compreensão dos fatores litúrgicos, não os restringindo à realização de eventos próprios de mobilização social, mas entendendo a sequência de atos que compõem cada uma dessas ações. Na Parada da Diversidade de Bauru, por exemplo, o evento por si consiste em um fator litúrgico, ao proporcionar a comunhão dos mesmos valores entre os participantes. No entanto, o cerimonial de um evento vai além da própria ação, pois se compõe de valores simbólicos identificados a partir de um ritual a ser seguido. Assim, o ritual de abertura do evento, a condução do evento pelo mestre de cerimônias, a disposição hierárquica das autoridades no evento, o momento de estender a bandeira com as cores do movimento e outros coadunam com a construção do cerimonial.

Outro elemento que caracteriza a dimensão festiva é a proporção de divertimento, que reflete a participação efetiva do público. Segundo Mafra (2006), para que haja realmente a diversão é necessário que o sujeito se sinta convidado e exista identificação, inicialmente com os anfitriões e com os demais convidados. Enquanto o cerimonial requer o cumprimento de determinadas formalidades, exigindo mais ensaio e representação, a disposição para participar, aliada à espontaneidade da festa, são fatores fundamentais para que se atinja o divertimento.

Ganha respaldo, portanto, a dimensão festiva, na medida em que se sobrepõe ao espetáculo, visto que proporciona a participação efetiva no evento. E, ainda, além de capturar a atenção dos sujeitos, “busca **envolvê-los afetivamente/sentimentalmente**; [...] e tem, baseada em laços mais espontâneos de sociabilidade, a **convivialidade** como **modalidade de participação** nas relações comunicativas instauradas pelas festas” (Mafra, 2006, p.71-72). Essa noção

pode ser observada no contexto da parada realizada anualmente pelo movimento da diversidade de Bauru: a parada, com uma dimensão espetacular, captura a atenção de curiosos, simpatizantes e demais pessoas que se encontram na posição de espectadores. Observamos a participação do público na avenida, em meio aos variados sons comandados por DJs nos trios elétricos. É nesse âmbito participativo que se instaura a dimensão festiva do evento de mobilização.

A dimensão argumentativa, proposta por Rennan Mafra, ultrapassa os conceitos apresentados anteriormente sobre a comunicação nos projetos de mobilização social. A instância argumentativa propõe não apenas a captação da atenção do público enquanto audiência (dimensão espetacular) e a comunhão por meio da convivialidade das pessoas como participantes das festas (dimensão festiva), mas pressupõe a existência de um conjunto de interlocutores, dispostos a compartilhar as responsabilidades pelas mudanças propostas, definindo-se assim a dimensão argumentativa. O argumento, nesse sentido, pressupõe o diálogo, proposto por Paulo Freire, a comunicação mobilizadora defendida por Cicilia Peruzzo e o caráter dialógico, educativo e libertador reiterados por Márcio Henriques, Clara Soares Braga e Rennan Mafra.

Com base nos estudos de Mafra (2006), em um projeto de mobilização social, a dimensão argumentativa pode ser agrupada a partir de três elementos argumentativos:

- a) Constatação e denúncia: por moldes argumentativos relacionados à denúncia da realidade que pretende modificar.
- b) Possibilidade de modificação do quadro denunciado: a argumentação atenta para a possibilidade de se desenvolver ações para se modificar determinada situação.
- c) Proposição de soluções: o objetivo é, por meio de propostas, a transformação social, pois, “nesse caso, projetos de mobilização buscam moldes argumentativos relacionados à busca de soluções e propostas que almejem intervenções na realidade, com o intuito de modificar o quadro denunciado” (Mafra, 2006, p. 78).

Para o autor, é importante que os três elementos estejam presentes no processo argumentativo de um projeto de mobilização. Essa visão torna-se evidente quando ilustrada no contexto do movimento da diversidade de Bauru. As denúncias do movimento sobre atos de homofobia praticados contra homossexuais obtêm visibilidade quando são pautados pelos meios de comunicação. No entanto, o objetivo do movimento, na prática efetiva da cidadania, é promover a igualdade de direitos aos homossexuais, o que se torna perceptível pelo discurso durante a Parada da Diversidade. A proposição de soluções vai além do evento: a criação do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual legitima a necessidade de implementação de políticas públicas ao público LGBT de Bauru, tornando-se um canal direto entre esse público e o poder público.

A relevância da dimensão argumentativa em um projeto de mobilização social é explicada por Rennan Mafra, ao enfatizar o papel do público não apenas como espectador ou participante do movimento, mas como sujeito interlocutor no processo de transformação social:

Diferentemente de capturar a atenção dos sujeitos ou envolvê-los afetivamente, a dimensão argumentativa busca mobilizar uma certa racionalidade acerca da temática proposta, entendendo o público como interlocutor de um debate e dessa maneira, é convocado a se posicionar a respeito da tematização proposta. O diálogo – no sentido deliberativo do termo – representa, assim, a modalidade de participação comunicativa estabelecida com os sujeitos, possibilitada particularmente pelos elementos argumentativos disponibilizados publicamente (Mafra, 2006, p.80).

Para sintetizar as questões do modelo de análise proposto, o autor agrupou as principais características das dimensões da estratégia de comunicação através do Quadro Analítico Comparativo das Dimensões das Estratégias de Comunicação para Mobilização Social, conforme aborda o Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro analítico-comparativo das dimensões das estratégias de comunicação para mobilização social

	Espetacular	Festiva	Argumentativa
Características	Criação de um âmbito extraordinário, encenação e tentativa de visibilidade pública	Reforça os vínculos dos sujeitos, permite um envolvimento "corpóreo"; cerimônia, divertimento e partilhamento de um sentido simbólico coletivo	Elementos para justificar a ação; estímulo ao debate e à interlocução
Principal atributo	Capturar a atenção	Envolver sentimental e afetivamente	Mobilizar racionalidade
Público	Público como audiência	Público como participante	Público como interlocutor
Modalidade de participação comunicativa	Contemplação	Convivialidade	Diálogo

Fonte: Mafra (2007, p.81).

Rita Amaral, em seus estudos sobre as festas religiosas, discute outras dimensões desses eventos. A autora enfoca especificamente a modalidade “festa”, por se tratar de seu objeto de estudo. Recorre-mos aos seus conceitos para ampliá-los aos eventos de mobilização social, especificamente no contexto das paradas realizadas pelos movimentos do público LGBT. A pesquisadora apresenta algumas concepções que vão ao encontro de nossa proposta no presente estudo.

Inicialmente, “a festa não só é um fenômeno social, como constitui, simultaneamente, um fundamento de comunicação, uma das expressões mais completas e ‘perfeitas’ das utopias humanas de igualdade, liberdade e fraternidade” (Amaral, 2001, s.p.). Essa visão nos remete à compreensão, no âmbito das paradas realizadas pelos homossexuais, de um espaço que difunde uma linguagem

própria por meio da simbologia que identifica o movimento, como as cores, o estilo musical, as danças, os adereços, as frases de efeito, entre outros. Grupos distintos, com necessidades específicas, como as lésbicas, os transexuais e os demais segmentos que compõem o movimento LGBT se integram ao evento abstraindo-se temporariamente dessas necessidades e diferenças, para um objetivo maior: o desejo de uma vida com igualdade efetiva entre todos os cidadãos.

O planejamento em eventos

Os impactos provocados por um evento revelam significativamente os esforços de planejamento desenvolvidos pela equipe responsável por sua realização. Para o público de interesse, sejam os participantes de uma dimensão festiva ou espectadores de um elemento espetacular, o evento acontece apenas naquele instante “ao vivo”, sendo reapresentado pelos meios de comunicação durante ou após sua realização. No entanto, para que um evento aconteça, requer-se dos responsáveis pela sua organização um planejamento minucioso que abrange diversas etapas que são concluídas somente após o término do evento.

Embora alguns autores divirjam com relação às etapas e nomenclaturas das etapas do planejamento em eventos, os autores pesquisados são unânimes em ressaltar o planejamento como fator fundamental na organização de um evento (Meirelles, 1999, 2003; Cesca, 2008; Matias, 2007; Martin, 2007; Britto; Fontes, 2002; Fortes; Silva, 2011; Giácomo, 1993). A autora Vanessa Martin sintetiza a relevância do planejamento em eventos a partir de sua visão conceitual: é “a espinha dorsal do evento. É ele que dá o norte, que define o rumo para onde se deve ir, onde obter a sustentação econômica” (Martin, 2007, p.70). Como elemento norteador, entendemos que o planejamento é necessário para evitar que as coisas aconteçam ao acaso e eventuais imprevistos possam ser minimizados.

O planejamento prevê as etapas de um evento. Embora alguns eventos possuam características peculiares, as quais requerem plane-

jamento específico acerca de determinadas necessidades, os fatores que compõem o planejamento são semelhantes independentemente da tipologia utilizada. Inicialmente, vale ressaltar que o momento em que o evento acontece é, geralmente, a única etapa que o participante vivencia. Já para a equipe responsável pelo planejamento e organização, essa etapa é apenas o resultado das ações desenvolvidas durante a fase anterior.

A denominação das etapas que abrangem um evento é contemplada de forma distinta por diversos estudiosos. As etapas podem ser concebidas como pré, trans e pós-evento (Matias, 2007) ou são compreendidas como planejamento, organização e execução (Fortes; Silva, 2011); planejamento, coordenação, organização e implantação (Meirelles, 1999, 2003). Há autoras que ressaltam os fatores essenciais do planejamento à implantação do evento (Cesca, 2008; Britto; Fontes, 2002) e ainda há a ênfase na classificação de fatores estruturais e conjunturais (Giácomo, 1993).

A fase que antecede o evento é decisiva para definir o que se pretende organizar e de que maneira, para que as decisões sejam tomadas. Inicialmente, é necessário definir o que se pretende obter com a realização do evento, ou seja, é preciso estabelecer seus objetivos. Em um projeto de mobilização social, diferentemente dos eventos no âmbito organizacional, o evento pode representar a voz de cidadãos excluídos que almejam visibilidade para a causa pela qual lutam.

O público é um elemento fundamental no planejamento de um evento. Define-se quais são os públicos que direta ou indiretamente irão participar e influenciar nos resultados do evento. Trata-se de “um dos principais itens a serem considerados para o sucesso de um evento” (Fortes; Silva, 2011, p.41). Cristina Giácomo tece importantes considerações sobre a superação do conceito de “público-alvo” no evento, sendo esse distinto do chamado “público de interesse” em um evento:

O **público-alvo** (ou **target**) é aquela **fatia** da população que se tem em mira para induzir ao consumo de bens e serviços. O que se espera dessa fatia é uma resposta de aceitação passiva à proposta de consumo. [...]

isso não pode ser comparado ao que se espera do público que participa dos eventos porque, nesse caso, a aceitação/participação deve ser **ativa** e **interessada**. [...] O sistema de comunicação ganha então dimensão maior porque exige dos receptores respostas contínuas que realimentam o processo do evento (Giácomo, 1993, p.74).

Nos eventos de mobilização social, no capítulo anterior foi abordada uma segmentação de público, a partir da proposta de Henriques, Braga e Mafra (2007), como beneficiados, legitimadores e geradores. Essa classificação, portanto, contempla o público que participa ativamente do movimento social, a partir dos níveis que envolvem essa participação. É necessário que esses participantes incorporem a comunicação dialógica, educativa e libertadora, e que, assim, possa se traduzir no conceito proposto por Cicilia Peruzzo de “comunicação mobilizadora”.

Outro fator essencial ao planejamento de um evento é a definição das estratégias de ação. Em eventos, estratégias “são as ações desenvolvidas e executadas para se alcançar os objetivos propostos e atingir os resultados desejados, com a sensibilização dos diversos públicos no que diz respeito à organização” (Meirelles, 1999, 2003). Retomamos o conceito de estratégia abordado por Michael Porter, no que se refere ao “fazer algo diferente”. É a partir dessa noção que o componente criativo se manifesta nos eventos, com o objetivo de atrair e tocar a emoção do público.

A partir da criatividade incorporada no planejamento de um evento, há algumas estratégias fundamentais que devem ser consideradas e ampliadas, de acordo com a necessidade de tomada de decisão. A primeira estratégia seria a alocação de recursos financeiros, fundamental para o equilíbrio entre as receitas e despesas. Para isso, é necessária a análise e descrição prévia dos custos do projeto do evento para garantir sua realização. Assim, elabora-se o orçamento de despesas, que consiste na soma de todos os itens que compõem os gastos do evento e o orçamento de receitas,⁶ que abrange todos os

6 A alocação de recursos financeiros é fator determinante para o sucesso de um evento

itens de arrecadação do evento (Meirelles, 1999, 2003; Britto; Fontes, 2002).

A análise de variáveis socioambientais é fundamental para a decisão de se realizar um evento. Os aspectos culturais de uma região, bem como os aspectos legais que variam entre diferentes culturas; os aspectos políticos, climáticos, sociais e ambientais interferem nos resultados de um evento. É necessário conhecer os costumes, clima, normas e leis de determinada localidade para se definir se o evento deve ser realizado, se requer ajustes ao contexto ou não deve acontecer. Como alertam Janaína Britto e Nena Fontes, “o respeito e a consideração para com essas variáveis irá implicar não só a própria viabilidade do evento, mas também o resultado positivo de sua realização” (Britto; Fontes, 2002, p.182).

Outra estratégia necessária no planejamento de um evento é a definição do local. Para Britto e Fontes (2002) e Meirelles (1999, 2003), nessa escolha é necessário considerar o tipo de evento e a infraestrutura que o local comporta. No caso de um evento de mobilização, trata-se de um evento aberto, com militantes ocupando determinados espaços, como uma avenida ou rua de uma cidade. Nesse caso, há alguns fatores preponderantes que devem ser considerados, pois não se trata de ações inconsequentes que possam refletir em algum tipo de transtorno aos demais cidadãos. Em espaços públicos, como uma rua ou avenida é necessário o contato prévio com órgãos de trânsito competentes para a interdição do espaço, bem como a segurança da polícia e ainda a locação de banheiros químicos quando convier.

A definição de data e horário também reflete decisões estratégicas, na medida em que devem ser decididas para permitir o maior número de pessoas que contemplem o público de interesse de determinado evento. É necessário certificar-se de que não há outro evento

e varia de acordo com o tipo e necessidades de cada evento. A previsão orçamentária deve incluir o máximo de itens possível de despesas, somando-se a esse total por volta de 20%, considerando os gastos com extras. As receitas, da mesma forma, são variáveis e podem ser provenientes de patrocínios, apoios, inscrições, venda de produtos e outros. Mais informações em: Giacaglia, 2006.

similar em outra localidade a fim de evitar que possa atrair o interesse desse público, bem como evitar datas próximas a feriados. A partir da identificação do público de interesse há que se analisar seu perfil para detectar qual o dia da semana e horário mais adequado para facilitar sua adesão ao evento. Matias (2007) alerta para a consulta a calendários de eventos locais para que o evento não coincida com outro de grande porte na mesma localidade, pois a infraestrutura de hospedagem, alimentação e transporte poderia ficar comprometida.

A programação visual cria uma identidade visual para o evento. Gilda Fleury explica que sua função é “captar a atenção do público-alvo por meio de sua mensagem clara, direta, limpa, bonita e agradável e deve ser analisada do ponto de vista estético: criatividade, originalidade, forma, beleza, harmonia, equilíbrio e memorização” (Meirelles, 2003, p.130). Há inúmeras opções de peças para a utilização em eventos, cabe à organização definir quais se adaptam ao perfil do evento, do público, dos recursos disponíveis. Em eventos de mobilização, Braga, Silva e Mafra (2007) definem esses elementos como fatores de publicização e coletivização, pois identificam o evento em qualquer lugar que se encontre, ou seja, se traduzem, dentre outros, na marca do evento.

É importante ressaltar ainda a divulgação como integrante do grupo das estratégias fundamentais de um evento. É nessa dimensão que o evento pode ampliar sua visibilidade mediante a presença dos meios de comunicação. A divulgação pode ser feita por meio da publicidade. Nesse caso, sugere-se a contratação de uma agência de publicidade para desenvolver uma campanha de acordo com o perfil do evento. Ao contrário da informação jornalística, a publicitária consiste na compra de espaços nos meios de comunicação (Meirelles, 2003).

A divulgação para a imprensa, por sua vez, deve ser feita profissionalmente, por meio de uma assessoria de imprensa. Meirelles (2003) sugere que, no caso de uma determinada organização responsável pela realização de um evento não possua uma assessoria de imprensa própria, deve realizar a contratação de uma assessoria especializada para desenvolver esse trabalho. Além do envio de infor-

mações através de releases, dependendo do porte do evento, sugere-se também uma coletiva de imprensa com a preparação de *press-kit*, que deverá conter entre outros: *press-release*, *briefing*⁷ sobre o evento, programa e regulamento, relação de autoridades, patrocinadores e materiais ilustrativos. A autora ainda alerta para que a divulgação não se restrinja aos veículos de comunicação de grande circulação, podendo se estender aos veículos de bairro e aos de outras localidades.

Sob a ótica de Cristina Giácomo, o planejamento de um evento sustenta-se a partir de fatores estruturais comuns, compreendidos como o conjunto de providências comuns aos eventos, independentemente de suas características, os estruturais específicos já são requisitos peculiares a determinados tipos de eventos. As ações comuns que devem ser planejadas são data, local, tema, identificação e análise dos participantes, recursos financeiros e materiais, estratégias de comunicação, treinamento de pessoal, clima do evento e outros.

O planejamento abrange também os fatores conjunturais, agrupados entre ponderáveis e imponderáveis, na visão da autora. Os fatores ponderáveis correspondem àqueles que podem interferir no resultado de um evento bem planejado, por isso, faz-se uma lista de materiais e providências que possam ser necessários ao evento, evitando-se assim o imprevisto. Os imponderáveis fogem da previsão e domínio da organização do evento, como enchentes, passeatas, falecimento de pessoas ligadas ao evento e outros (Giácomo, 1993).

A autora destaca a importância do clima do evento, discordando de autores que o classificam como fator imponderável. O clima pode ser previsto desde o início da formação das equipes de trabalho e refere-se ao ânimo de todas as pessoas envolvidas no evento. Matias (2007) ressalta que o clima é um aspecto subjetivo, percebido pelo estado emocional dos participantes e conclui que:

7 Trata-se de “um conjunto de informações preliminares, uma coleta de dados discutidos em uma reunião para o desenvolvimento de um evento, sendo muito utilizado em Relações Públicas, na Publicidade e na Administração” (Fortes; Silva, 2011, p. 137). Nesse caso, sugere-se constar um histórico do evento, com o maior número possível de dados disponíveis.

esse “clima” não será determinado por um único aspecto, mas sim pela somatória de todos os fatores que compõem a organização, estimulando a comunicabilidade pela exteriorização de atividades subjetivas, de reações inconscientes de ordem física, intelectual e, principalmente, emocional (Matias, 2007, p.141).

O momento em que o evento acontece é geralmente o único vivenciado pelo participante, definido como “transevento” ou “execução”. Nessa etapa a qualidade do planejamento desenvolvido reflete diretamente nos resultados do evento. O check-list é um documento que deve acompanhar todas as fases de um evento, especialmente durante sua realização, e dele devem constar todas as informações necessárias como a sequência dos acontecimentos, a divisão de responsabilidades das equipes e os contatos de todos os envolvidos.

O término de um evento não representa sua conclusão para os organizadores. Instaure-se, nesse momento, a etapa final de um evento, o “pós-evento”, que consiste nas providências para seu encerramento, que envolvem uma logística para desmontagem do evento, pagamento de fornecedores, cartas de agradecimento, elaboração de relatórios e, principalmente, sua avaliação. Como lembra Marlene Matias, “ocorre a confrontação dos resultados esperados com os obtidos, possibilitando identificar os pontos positivos e negativos do evento” (Matias, 2007, p.150).

Podemos, portanto, compreender a relevância e complexidade do planejamento em eventos. Não se trata de uma necessidade mercadológica, mas do pensar antecipadamente em estratégias fundamentais a fim de obter os resultados almejados em qualquer que seja o contexto. Por isso, também em um evento de movimento social, como é a Parada da Diversidade de Bauru, o planejamento é parte intrínseca do processo de mobilização. As ações devem ser elencadas e compartilhadas de acordo com o envolvimento dos públicos no movimento.

A eficácia de um planejamento pode ser observada no decorrer do evento, por meio da sequência de atividades previstas e como são concretizadas. Outro ponto importante é a percepção do público so-

bre eventuais intercorrências. Paradoxalmente, até mesmo os imprevisíveis devem constar no planejamento de um evento para que haja condições necessárias para a tomada de providências, procurando-se assim minimizar consequências que possam comprometer os objetivos e a imagem de seu organizador, nesse caso, do movimento social.

Os eventos e a mídia: agendamento e representações

Seria muito difícil imaginar, atualmente, uma sociedade manter-se informada sem a mediação dos meios de comunicação. Os meios de comunicação de massa possuem um papel fundamental na disseminação da informação, pois reproduzem o acontecimento e, conseqüentemente, pautam a agenda do público. O relacionamento com a mídia integra uma das etapas do planejamento de um evento, pois, como estratégia de comunicação, requer visibilidade mediática. Nos eventos de movimentos sociais, a presença da imprensa vai além desse objetivo, uma vez que se torna instrumento que pode contribuir para legitimar suas lutas.

Na visão de Hohlfeldt (2010), por meio da mídia, incluímos em nossas discussões alguns temas que, de outra forma, não chegariam ao nosso conhecimento, pois não seriam temas de nossa agenda. Essa concepção nos remete à importância de uma das vertentes dos estudos da pesquisa em comunicação, o agendamento (ou agenda *setting*), definido como “Teoria da Agenda” para McCombs e Shaw e como “hipótese” para outros estudiosos, como Antônio Hohlfeldt. O agendamento teria um papel fundamental na definição da agenda do público, pautando os temas para a discussão, pois “a principal afirmativa da Teoria da Agenda é que os temas enfatizados nas notícias acabam considerados ao longo do tempo como importantes pelo público” (McCombs, 2009, p.22).

Hohlfeldt (2010) explica a relevância do agendamento por meio de seus principais pressupostos: fluxo contínuo de informações, a partir de uma avalanche de informações que recebemos diariamen-

te; influência dos meios de comunicação no receptor a médio e longo prazos, através do efeito de enciclopédia de determinada cobertura noticiosa; e o poder da mídia em influenciar sobre o que pensar. Esse poder dos meios de comunicação, mencionado pelo autor, por um lado reflete sua influência na agenda pública, na medida em que se tornam temas para a discussão do público, porém entende-se que esse poder é limitado: não se pode afirmar que os meios determinam o que pensar sobre o tema abordado.

Nesse sentido, Soares (2009) explica que a imprensa possui um poder simbólico “que advém de sua capacidade de agendar os temas, enquadrá-los, colocando-os publicamente” (p.145). No contexto dos movimentos sociais contemporâneos, suas lutas focam, inicialmente, a busca pela visibilidade, para que seus objetivos tornem-se públicos e, conseqüentemente, adquiram maior participação em seus projetos de mobilização. A mídia contribui, então, não apenas com o ganho de visibilidade pública dos projetos de mobilização, mas seu poder encontra-se também em sua capacidade de expandir o seu novo público.

No entanto, Steve Baker explica que os fatos que a mídia nos apresenta não são a realidade pura, mas a versão de alguém sobre ela. Esse processo, chamado de mediação, procura selecionar o que é importante para o público, de uma forma aparentemente transparente, proporcionando a sensação de experimentarmos a realidade. Porém, essa realidade criada nos remete à noção de representações, conceito amplo, que contempla as mais diversas áreas do conhecimento, muito frequentemente analisada em estudos sobre mídia (Baker, 2007).

A representação é um “vocábulo de origem medieval que indica imagem ou ideia, ou ambas as coisas” (Castro; Castro, s.d.). Assim, a percepção acerca de um fenômeno qualquer ocorre a partir de uma representação mental que exista sobre ele. Soares (2009), em seus estudos sobre representações mediáticas, amplia essa visão e instaura o sentido de reapresentação a partir da semelhança. O autor reitera a concepção de Baker quando explica que “a ideia de representação, necessariamente, parte do reconhecimento do seu caráter produzido. No entanto, as marcas dessa produção podem ser obliteradas

sutilmente, ficando invisíveis [...]” (Soares, 2009, p.19).

Os meios de comunicação, através de sua onipresença, transportam as pessoas para experiências não vivenciadas, construindo representações e, como se apresentam como um “retrato do mundo”, essas representações naturalizam certos vieses, sugerindo, portanto, que esse seja o modo de ser da sociedade representada. E assim, essas representações instauram padrões normais da vida em sociedade, os quais naturalizam estereótipos e imagens pejorativas diversas (Soares, 2009). A representação de algumas minorias nos meios de comunicação ilustra essa concepção, como o homossexual em personagens cômicos e submissos, acrescentando-lhes traços femininos.

No caso do Jornalismo, segundo o autor, diferentemente da Publicidade, é mais difícil admitir representações tendenciosas, como pode estar implícito em um filme de ficção, pois se supõe que haja um compromisso ético e profissional com a realidade. Vale ressaltar, porém, que o jornalismo é um relato particular sobre os acontecimentos. Com base em estudos anteriores, Soares explica que:

Representações não são informações pontuais, tão somente. Por isso, o conceito de enquadramento (*framing*) vem sendo empregado para analisar como informações pontualmente corretas e verificáveis podem ser selecionadas, valorizadas, destacadas, omitidas ou atenuadas, relacionadas a outras, em reportagens complexas, de modo a produzirem representações diferentes de uma mesma situação, dentro do limiar de verossimilhança (Soares, 2009, p.21).

As representações podem ser identificadas com os enquadramentos que tornam algumas ideias mais salientes no texto, outras ficam menos perceptíveis e algumas, ainda, tornam-se invisíveis. Esses aspectos textuais são difíceis de detectar, já que a escolha de palavras ou imagens pode parecer natural, porém, quando comparados com outros textos, torna-se perceptível a retórica implícita por meio da seleção de palavras ou expressões (Entman, 1991 apud Soares, 2009).

Nesse sentido, a Parada da Diversidade de Bauru é a representação do movimento homossexual de Bauru. Por meio da marcha

cívica, os diferentes segmentos LGBTs se unem para percorrer o percurso na avenida Nações Unidas até o parque Vitória Régia, com o objetivo de protestar de maneira peculiar. O evento forma um espetáculo de cores representado pelos trajes extravagantes de *drag queens* e travestis, de adereços coloridos, alusivos ao arco-íris. Nesse clima tranquilo, as pessoas celebram a diversidade, enquanto ressaltam suas lutas por meio de faixas e cartazes e os discursos dos líderes do movimento. Por outro lado, a presença da imprensa constrói novas representações que amplificam a repercussão do evento por meio da cobertura mediática.

3

MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL

A construção da identidade homossexual

A identidade, ao contrário do que se acreditava no passado, é um fenômeno que se constrói, é desconstruído e apresenta-se em constante transformação. Do ponto de vista da identidade individual, cada pessoa possui um nome, uma profissão, pode ter uma crença religiosa e ainda pertencer a determinado grupo social, que a liga às demais por determinada afinidade. Assim, há uma relação entre o que pode se chamar de identidade individual e o conceito de identidade coletiva, a qual pressupõe a constituição de um grupo.

Pensava-se anteriormente que a identidade era resultado de uma transmissão biológica, e ainda influenciada pelo clima ou geografia, portanto, compreendida como uma característica inerente às pessoas, dentro de uma realidade já definida, o que a caracterizaria, então, como imutável. No entanto, essa visão foi substituída pela compreensão de que a “identidade é constituída por processos sociais e, uma vez elaborada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (Tosta; Marra, 2010, p.641).

Essa visão é aceita por Hall (2002), que apresenta também a transformação na concepção de identidade por meio de três cenários sociais distintos. O sujeito do Iluminismo era compreendido como centrado e unificado, dotado de uma identidade não passível de transformações. O sujeito sociológico, porém, era transformado pelas relações sociais. A concepção da identidade, do ponto de vista do sujeito pós-moderno, aponta para a compreensão de que não existe um núcleo interior definido, mas há diferentes identidades em cada pessoa, as quais, muitas vezes, trazem conflitos, pois

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 2002, p.13).

No que tange à questão de distintos tipos de identidade em uma mesma pessoa, Tosta e Marra (2010) entendem que os papéis sociais e os processos de interação social são determinantes para a formação desses fragmentos identitários presentes em cada um. Assim,

identidade, então, passa a ser vista como um problema de história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou de recusa das normas inculcadas. Tal perspectiva contribui para uma visão mais flexível e dinâmica das identidades enquanto processos de construção de sentido que envolve múltiplas possibilidades de identificação: das identidades pessoais, às de gênero, profissional, regional, nacional, mítica, social e cultural (Tosta; Marra, 2010, p.641).

Essa concepção propõe a compreensão da identidade enquanto um conceito multifacetado, formado a partir dos contextos que os indivíduos vivenciam. Uma pessoa identifica-se com determinados grupos sociais a partir de algumas características específicas que a tornam semelhantes às demais que pertencem a um grupo. Essas características lhe proporcionam um sentimento de pertencimento.

Por outro lado, Martino (2010) explica que as relações de identidade se formam a partir do dualismo igual versus diferente, sendo a diferença uma definição que costuma ter uma conotação negativa, ou seja, constrói-se a partir da negação do que é antagônico. Outra definição que se complementa à de Martino é que “trata-se da construção de um *nós* e de um *eles*, dois campos totalmente antagônicos, de modo que se está em um ou no outro: ou você está conosco ou está contra nós” (Garcia, 1995, p.72).

É importante salientar que, como já mencionado anteriormente, resgatando-se a visão de alguns autores, a identidade ou o conjunto de identidades de uma pessoa constrói-se de acordo com os papéis vivenciados e modifica-se conforme as ressignificações atribuídas para esses papéis. Portanto, um grupo social forma-se a partir de diferentes identidades que compõem cada indivíduo, porém com a prevalência de determinada característica, que os demais membros compartilham. Assim,

os discursos de identidade, em geral, também são discursos de diferença, estabelecendo dentro de seus critérios o que é igual e o que é estranho. Essa definição, aparentemente simples, pode ter consequências graves quando levada a extremos, momentos em que a definição da diferença dá lugar à classificação do diferente como negativo (Martino, 2010, p.37).

As diferenças na questão da identidade são explicadas por Manuel Castells a partir de sua concepção do termo, como “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (Castells, 1999, p.22). Assim, a construção da identidade vale-se da história, geografia, biologia, memórias coletivas, fantasias pessoais, aparatos de poder e cunho religioso. Esse conjunto de elementos é processado pelos indivíduos e grupos sociais que reorganizam seus significados de acordo com sua estrutura social e visão de tempo e espaço.

Castells reitera o conceito de identidades múltiplas e o compreende como fator de tensão e contradição na autorrepresentação e na ação social a partir da distinção entre o conceito de identidade e

o conjunto de papéis desempenhado pelos atores sociais. Ele explica que os “papéis [...] são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. [...] Identities, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, sendo por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação” (Gidens, 1999, apud Castells, 1999, p.23). Assim, as identidades representam um significado construído e internalizado enquanto os papéis organizam as funções.

Na questão da identidade sexual, Baker (2010) acredita que é difícil definir e mensurar esse conceito, mas explica que há dois significados em ciências sociais. O primeiro é como as pessoas se veem, enquanto masculino ou feminino, denominado “identidade de gênero”, o qual representa não especificamente o sexo biológico, mas como a pessoa se reconhece. A outra concepção para identidade sexual é aquela que define a sexualidade, referindo-se ao desejo sexual, que se denomina “orientação sexual”.

Esse mesmo autor ressalta que os cientistas sociais argumentam, atualmente, que é possível que os indivíduos adquiram várias identidades sexuais, que podem ser inconsistentes, contraditórias e de transição, as quais nem sempre coincidem com a biologia no nascimento. A orientação sexual costumava ser descrita como uma preferência duradoura, mas tem se considerado que algumas pessoas se reconhecem como heterossexuais, bissexuais ou homossexuais em diferentes ocasiões ou períodos de suas vidas.

Júlio Assis Simões e Regina Facchini compartilham dessa visão e se posicionam sobre a utilização de termos para a expressão do “desejo sexual”:

É difícil afirmar que as pessoas sejam responsáveis pela “escolha” do objeto de seu desejo. Nesse sentido, acreditar que a orientação sexual seja uma “opção” soa inadequado; e embora o termo “opção” tenha se popularizado entre nós para exprimir certo senso de tolerância para com a homossexualidade, tem sido insistentemente rejeitado pelos ativistas e aliados do movimento LGBT por sugerir, entre outras coisas, que a orientação sexual seja algo que se possa adquirir, descartar e trocar

conforme as circunstâncias, como a roupa que se veste em determinada ocasião (Simões; Facchini, 2009, p.33).

No que tange à questão da identidade coletiva, Manuel Castells entende que há três formas e origens para sua formação. A primeira é a identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes, com o objetivo de expandir e conservar seu poder em relação aos atores sociais. A identidade de resistência é construída por pessoas que se encontram em condições desvalorizadas pela lógica da dominação e que criam formas de resistência coletiva. E a terceira, de projeto, é baseada na construção da identidade por meio de um projeto de vida diferente para aqueles que vivenciam uma identidade oprimida.

No entanto, “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação” (Castells, 1999, p.24). Retomando os conceitos abordados por Maria da Glória Gohn, podemos compreender a identidade como um elemento de coesão para a formação de movimentos sociais, pois é por meio dela que um grupo se forma para reivindicar direitos não praticados efetivamente.

Em uma reflexão sobre o conceito de Manuel Castells na formação das identidades na realidade dos movimentos sociais, especificamente do movimento homossexual, pode-se pressupor que se trata de uma identidade de resistência inicial à identidade legitimadora da heteronormatividade. Observa-se seu deslocamento para uma identidade de projetos, mediante a participação em organizações não governamentais, órgãos ligados ao poder público e outras ações pontuais, na busca dos direitos equiparados aos dos heterossexuais.

No que se refere à aplicação do conceito ao movimento social, Gohn (1997) e Castells (1999) abordam a tipologia clássica de Alain Touraine, que o definiu de acordo com três princípios: identidade, adversário e meta social. Em uma adaptação de Castells, “identidade refere-se à autodefinição do movimento, sobre o que ele é, e em nome de quem se pronuncia. Adversário refere-se ao principal

inimigo do movimento [...]. Meta social refere-se à visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja [...]” (Castells, 1999, p.95).

Em uma análise do movimento homossexual, pressupomos uma identidade formada por pessoas que não se enquadram nos moldes heterossexuais tradicionais, independentemente das variações que compõem a concepção de homossexual. Como adversário, pode se entender pessoas e grupos contrários ao movimento, representados por uma atitude, mesmo que inconsciente, homofóbica. Sua meta social seria a conquista do direito à liberdade sexual e, atualmente, a aprovação da lei contra a homofobia.

No que tange à questão homossexual, embora atualmente o movimento tenha alcançado maior visibilidade, a trajetória de lutas é composta por uma história marcada por diversos conflitos. Pode-se considerar que o primeiro desafio é a identificação da pessoa como homossexual e sua decisão de reconhecimento público ou negação, o que, de qualquer forma, resultará em um estilo de vida de batalhas, seja por lidar com o preconceito ou por lidar com uma possível frustração.

Uma retrospectiva do movimento homossexual no Brasil

Desde seu início no Brasil, o movimento homossexual sofreu diversas transformações, inclusive no que se refere à própria nomenclatura. Simões e Facchini (2009) explicam que, até 1992, o movimento era conhecido como “movimento homossexual brasileiro, MHB”. Em 1995, foi aprovada, durante a primeira conferência nacional, a denominação LGBT, representando lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o que para alguns autores é representado ainda como LGBTT.

O movimento homossexual é formado por diversas identidades que se veem como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. No entanto, antes de se identificar com algum desses grupos, pressupõe-se uma etapa, geralmente marcada por dúvidas e insegura-

rança, pela qual a pessoa começa a questionar e se reconhecer em determinada orientação sexual diferente dos padrões tradicionais ou mesmo em identidade de gênero que pode não condizer com o sexo biológico.

No cenário brasileiro, até meados da década de 1970, não havia um movimento homossexual articulado. Nas décadas de 1950 e 1960, os grupos de homossexuais se reuniam em locais específicos, em espaços próprios para a promoção de eventos e discussões. A partir de 1978, com a formação do primeiro grupo politizado do movimento homossexual no Brasil, tem início a trajetória de lutas, marcada muitas vezes por contradições internas, porém transformada a partir das necessidades contextuais, em busca dos direitos de igualdade aos heterossexuais.

A partir dos anos 1950, ou mesmo antes, há registros de esforços de articulação de pessoas com interesse comum na homossexualidade. Simões e Facchini (2009) relatam que nas grandes cidades havia formas de associação destinadas à sociabilidade, diversão e discussão, que reuniam principalmente homens. Esses locais abarcavam eventos peculiares aos interesses desse público, era comum a realização de shows de travestis, desfiles de fantasias e concursos de miss. Eram distribuídos jornais, produzidos artesanalmente, destinados a esse segmento.

Por outro lado, segundo Simões e Facchini (2009), muitos jovens homossexuais eram atraídos pelas grandes cidades, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. Esse deslocamento possibilitava um afastamento do controle familiar, bem como possibilitava novos espaços de sociabilidade. Esse período, no entanto, caracterizou-se também por forte perseguição policial. A homossexualidade não era punida no Código Penal Brasileiro, no entanto, as leis contra a vadiagem, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público tornavam-se argumentos para a constante repressão policial contra homossexuais, liderada pelo delegado Raimundo Padilha, com o objetivo de “limpar” a cidade.

É importante resgatar o paradoxo vivenciado no contexto sociopolítico do Brasil, no final da década de 1970, quando se formou o

primeiro movimento homossexual. Por um lado, sob o regime da ditadura, registrou-se o período de maior violência no que se refere às perseguições, torturas e assassinatos, cometidos pelos órgãos de repressão política. Porém, esse período foi marcado também por contestações culturais e grande efervescência artística, com o surgimento de jornais alternativos, como o Pasquim (1969); também a androginia e a moda unissex, que se tornavam novos valores da época (Simões; Facchini, 2009).

O surgimento do movimento homossexual foi marcado por influência do jornal *Lampião*, lançado em abril de 1978. O jornal tinha como proposta “sair do gueto” e se tornar um veículo pluralista, aberto às vozes minoritárias. O *Lampião*, “no início, serviu realmente como porta-voz de vários grupos estigmatizados [...] foi o primeiro a tratar questões sexuais com enfoque político” (Daniel, 1983, p.96). Essa afirmação é corroborada na medida em que:

O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. Mas não fazia isso de modo a concentrar-se exclusivamente nos homossexuais e, sim, apresentando-os como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito a voz (Simões; Facchini, 2009, p.85-86).

Com a expressiva influência do *Lampião*, em sua segunda edição, em maio de 1978, surgiu o primeiro grupo homossexual organizado no Brasil, o “Somos de Afirmação Sexual”, mais conhecido como “Somos”, em São Paulo, que visava construir uma identidade como grupo, a partir da homossexualidade. Em plena ditadura militar, com intensas atividades de grupos de esquerda e o surgimento de novos movimentos feministas e de negros, o grupo se apresentava com espírito contestatório, “produzindo um discurso voltado para uma transformação mais ampla, compreendendo a homossexualidade como estratégia para a transformação cultural, capaz de corroer uma estrutura social a partir das margens” (Macrae, apud Simões; Facchini, 2009, p.61).

Daniel (1983) relata, com base em depoimentos da época, que não havia nenhum plano organizado sobre o funcionamento do grupo, no entanto o objetivo era realizar os encontros em outros espaços, que não fossem os guetos. A partir desses encontros, não houve a preocupação com a divulgação externa do movimento; iniciou-se o processo de conscientização sobre a importância dessa experiência por meio de reflexões. Outro ponto importante foi a preocupação com a formação de uma identidade enquanto grupo, a partir da vivência homossexual. O autor aborda as dificuldades relatadas por um dos fundadores do grupo:

A coisa não foi fácil. Tivemos uma existência quase clandestina e muito conturbada. Imaginem um bando de pessoas frequentemente com problemas básicos de aceitação pessoal, tentando encontrar o ponto comum para iniciar um diálogo sobre si mesmas. Tudo bastante dilacerado, de um lado. Muita dúvida porque tudo era novo. E uma extrema oscilação de gente entrando e saindo. Muitos vinham para espiar. Se decepçionavam. De fato, não tínhamos nenhuma fórmula para mudar o mundo. Eles iam embora. Pelos motivos mais diversos. Só não diziam que era por medo, insegurança – coisa que todo mundo lá dentro sentia (Daniel, 1983, p.98).

Simões e Facchini (2009) explicam que o grupo vivenciou um progressivo crescimento em 1979, com a incorporação de novos membros. No início, o “Somos” era composto quase exclusivamente por homens, situação que começou a se modificar com a presença de mulheres que passaram a frequentar o movimento. Os membros do grupo mantinham sua indumentária, postura e gestos, característicos ao padrão vigente da época, não integravam a conduta os trejeitos acentuados. As palavras “bicha” e “lésbica” representavam uma senha de pertencimento ao movimento, a qual visava eliminar o conteúdo pejorativo.

Sobre a identidade do movimento homossexual, vale ressaltar que:

[...] o movimento homossexual sustentou-se no tripé identidade, sexualidade e cidadania e buscou a identidade homossexual, o direito ao livre

exercício das escolhas sexuais individuais e a autonomia do movimento homossexual: um legítimo exercício de cidadania, para o qual foram atraídos homens e mulheres que, rotineiramente, iniciaram as atividades no interior de seus grupos, com discussões destinadas à necessidade de exercitar a autoestima, reconhecer direitos legítimos a qualquer pessoa e até mesmo recuperar o sentido de palavras como “bicha” e “lésbica”, dando naturalidade à expressão “homossexual” (Zanatta, 1996/1997, p.194).

Outros grupos de militância se formaram a partir da constituição do “Somos”, dentre os quais dois deles decidiram homenagear o grupo precursor do movimento homossexual e foram batizados com o mesmo nome, um em Sorocaba e outro no Rio de Janeiro. Porém, em 1980, as mulheres deixaram o grupo, por entenderem que suas reivindicações eram específicas e por divergirem das que compunham as lutas dos homens. Fundaram o “Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF)”, com o argumento de que não se tratava de uma rivalidade entre os homossexuais homens e mulheres, porém as especificidades de suas necessidades foram necessárias para a formação de um grupo com uma identidade que as representasse.

Outro foco de tensão era a questão das alianças políticas com os partidos de esquerda. Uma cisão aconteceu ainda em 1980, em virtude de uma proposta de participação do grupo “Somos” em apoio aos trabalhadores em greve no ABC paulista. Diante da incapacidade de uma decisão consensual, o grupo se dividiu, enquanto uma parte apoiou a greve, o outro promoveu um piquenique no parque do Ibirapuera. O “Somos” se extinguiu em 1983, com dificuldades financeiras e dificuldade em obter novos membros.

Na década de 1980, o movimento passou por um período de retração, que foi visto por alguns autores como crise ou mesmo decadência. Houve uma redução quantitativa no número de entidades, mudança geográfica dos grupos e da postura política. Entre os fatores estava o advento da epidemia da Aids (Simões; Facchini, 2009). A doença, associada à homossexualidade e apelidada de “peste gay”

ou “câncer gay”, foi um dos motivos de desarticulação, mas não suficiente para a extinção do movimento.

Ferrari (2004) explica que após a eclosão da Aids, o movimento adquiriu uma preocupação com a questão da educação mais formal, promovendo, então, diversos cursos sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, bem como criou e participou de diversos projetos de assistência às pessoas infectadas com o vírus da Aids. Atualmente, diversos grupos ainda atuam em escolas, por meio de palestras e debates que tratam a questão das diferenças, homossexualidade e prevenção dessas doenças.

Compartilham desse relato, Simões e Facchini (2009), quando explicam que nesse período houve uma aproximação entre os ativistas homossexuais e as autoridades médicas. A partir desse cenário, antigos militantes do grupo Somos e de outros grupos de São Paulo criaram a primeira ONG-Aids brasileira, o Grupo de Apoio à Prevenção a Aids (GAPA).

A relevância dos eventos na história do movimento

Em uma retrospectiva do movimento brasileiro, é importante ressaltar a relevância dos eventos como estratégia de visibilidade e aporte para conquista de direitos. Ainda na época em que os homossexuais viviam isolados em espaços específicos para esse público, avessos à visibilidade, os grupos formados por homossexuais já utilizavam a prática de eventos em seus espaços para encontros. Após a formação do movimento homossexual, as práticas de eventos tornaram-se formas de expressão do movimento, caracterizadas como manifestações, ações para discussão e tomadas de decisão e, finalmente, o que consolidou a visibilidade do movimento, as “paradas”.

Nas décadas de 1950 e 1960, os grupos de homossexuais costumavam se sociabilizar em espaços específicos e, desde aquela época, os eventos compunham as estratégias de socialização dos grupos, pois

além da circulação pelos espaços públicos, a sociabilidade que se dava em ambientes domésticos, em reuniões e festas, possibilitando a integração a grupos e turmas de amigos que constituíam redes de socialização e de apoio formadas ao redor de interesses compartilhados de diversas ordens – o gosto por moda ou desenho, a preferência comum por determinada artista –, assim como por afinidades regionais ou de classe (Simões; Facchini, 2009, p.66).

Nessa época, diversas publicações específicas para o público homossexual eram produzidas, ainda que de forma artesanal. A realização de um evento teve expressiva influência na criação de um desses jornais, intitulado “Snob”. O jornal surgiu, por iniciativa de Agildo Guimarães, como protesto contra o resultado de um concurso de “Miss Traje Típico”, realizado no Rio de Janeiro, em 1963. Era comum a realização de eventos que parodiavam desfiles de moda e concursos de beleza, como relatou James Green (apud Simões; Facchini, 2009).

O primeiro evento que proporcionou visibilidade ao movimento foi uma semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, realizada na Universidade de São Paulo, em 1979 (Simões; Facchini, 2009). Esse evento reuniu minorias, entre as quais o grupo “Somos”, que não apenas registrou sua presença, mas fez seu primeiro pronunciamento em público. Dois grupos se formaram a partir dos debates e a cobertura pela grande mídia foi importante para a divulgação do movimento homossexual no Brasil.

Em dezembro de 1979, patrocinado pelo jornal *Lampião*, realizou-se o I Encontro Nacional do Povo Gay, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. O encontro contou com a participação de alguns grupos já estruturados, reunindo cerca de 60 pessoas. As reivindicações do evento pautaram-se pela necessidade de inclusão na Constituição Federal do respeito à opção sexual e uma campanha pela retirada da homossexualidade da lista das doenças mentais. Foi decidida a realização de um congresso de âmbito nacional para o ano seguinte, em São Paulo. A avaliação do evento foi expressa pelo jornal: “Diante do arsenal de ideias e de projetos plau-

síveis e inventivos apresentados na ABI, cresceu a certeza de que o movimento já está maduro e capaz de criar uma perspectiva de ação social para os homossexuais organizados” (Lampião da esquina, 1980, p.7, apud Zanatta, 1996, p.199).

As mulheres também registraram presença em eventos, por meio da organização e dos debates no II Congresso da Mulher Paulista em março de 1980 e no III Congresso, em fevereiro e março de 1981. Nesse caso, porém, em virtude das polêmicas quanto às temáticas sobre violência contra a mulher, feminismo e sexualidade, houve um saldo negativo, pois, sob o ponto de vista de algumas ativistas ligadas a um grupo político de oposição ao regime militar, esses temas não deveriam ser discutidos, uma vez que o evento não era voltado especificamente para essas questões. Houve um prejuízo da imagem das mulheres do movimento homossexual, pois os grupos de esquerda entendiam que os problemas de violência e exploração não eram exclusivos das mulheres, mas de toda a sociedade. As mulheres homossexuais foram acusadas de apresentar propostas pouco interessantes (Simões; Facchini, 2009 e Zanatta, 1996).

O I Encontro Brasileiro de Homossexuais (I EBHO) foi realizado no período de 4 a 6 de abril de 1980, no Teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP. A programação contou com duas atividades principais: I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (I EGHO) e no dia 6 foi realizado um debate aberto ao público. O I EGHO foi restrito a convidados e reuniu aproximadamente 200 pessoas. Essa medida tratou-se de uma precaução a fim de evitar possíveis conflitos como os que haviam acontecido no Congresso da Mulher. No terceiro dia, o debate converteu-se em um ato público no Teatro Ruth Escobar, com a presença de mais de 1.000 pessoas.

A primeira manifestação de rua do movimento homossexual foi o “Ato público contra a repressão policial arbitrária contra homossexuais”, em 13 de junho de 1980, como relatam Simões e Facchini (2009) e Zanatta (1996). Tratou-se de um manifesto contra a “operação limpeza”, promovida pelo delegado José Wilson Richetti, que perseguia e intimidava os homossexuais em locais frequentados

por esse público, dando-lhes voz de prisão. A passeata contou com aproximadamente 1.000 manifestantes, entre os quais havia representantes do movimento das feministas, estudantes e negros. Após o depoimento de diversos detidos, o delegado Richetti e o Secretário de Segurança foram convocados a depor na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual (Lampião da esquina, 1980, p.18, apud Zanatta, 1996).

Com a eclosão da Aids na década de 1980, associada ao relacionamento homossexual, o movimento recuou, muitos grupos se extinguíram, outros se reestruturaram a partir do novo cenário que se desenhava. Apesar desse recuo, os eventos ainda se espalharam por outras regiões, porém sem o impacto das edições anteriores. Realizou-se o 1º Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste, em Pernambuco, em abril de 1981; 1º Encontro Paulista de Grupos Homossexuais, em 1982; 2º Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, em Salvador, no ano de 1984; a 3ª edição foi realizada em 1989, no Rio de Janeiro, o 4º Encontro aconteceu em Sergipe, em 1990, e diversos outros.

Nessa década ocorreu uma das importantes conquistas do movimento homossexual no Brasil. Sob a liderança do Grupo Gay da Bahia (GGB), foi realizada uma campanha para a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). A exclusão da homossexualidade do Código aconteceu em 1985, feita pelo Conselho Federal de Medicina. “Foi uma campanha marcante por ter mirado uma das raras instâncias em que se discriminava oficialmente a homossexualidade no Brasil e, dessa forma, ter questionado a associação entre homossexualidade e doença que voltava com força em decorrência da Aids” (Simões; Facchini, 2009, p.121).

Houve uma aproximação entre ativistas homossexuais e as autoridades médicas nesse período. Em 1985 surgiu a primeira organização não governamental brasileira destinada às questões relacionadas à Aids, intitulada “Grupo de Apoio e Prevenção à Aids” (GAPA). O movimento adquiriu, então, um caráter mais educativo, na medida em que “os movimentos gays reafirmaram a importância

da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas, dando origem a diferentes cursos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis [...] assim como trabalhos e projetos de assistência a pessoas infectadas pelo HIV” (Ferrari, 2004, p.107). O autor ainda ressalta que o objetivo do movimento era promover novas formas de conhecimento para além de seus integrantes e além da homossexualidade, a partir da transformação de sujeitos pelo conhecimento de si e do mundo.

Retomando o momento em que culminou a epidemia da Aids, com a visível redução dos grupos, o movimento se reestruturou e, ao contrário do perfil vivenciado na década anterior, formou-se uma nova geração de militantes, resultado do novo cenário de redemocratização no Brasil e em virtude da Aids.

Essa nova geração de ativistas tinha pouco ou nenhum envolvimento em posições ideológicas de esquerda ou anarquistas e se mostrava muito menos refratária à ação no campo institucional. Essas características, já presentes no período anterior, embora menos influentes, tornam-se predominantes na nova configuração do movimento, mais voltada a estabelecer organizações de caráter mais formal e mais focada em assegurar o direito à diferença (Simões; Facchini, 2009, p.117).

Na década de 1990, os eventos voltaram a ser mais frequentes com a formação de redes de grupos e associações. Sob essa perspectiva, é realizado o 1º Encontro Nacional de ONGs, em Belo Horizonte, em 1989; e, no mesmo ano, realizou-se a 2ª edição, em Porto Alegre. Em 1993, aconteceu o Encontro Nacional de Travestis e Liberados, no Rio de Janeiro, que se tornou o primeiro de uma série de encontros de travestis que trabalham na prevenção da Aids. Em 1996, realizou-se o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas.

Sob a ótica organizacional, os grupos passaram a se adaptar ao modelo das ONGs, com estrutura formal de organização interna, profissionalização de seus membros, elaboração de projetos para financiamentos, número controlado de membros efetivos etc. Essa transformação resultou em novas formas de relacionamento com o Estado, por

meio de programas governamentais de combate a DST e Aids, além do fomento de projetos para a realização de seus encontros anuais.

Houve uma transformação no que se refere à inclusão de grupos dentro do movimento, bem como aumento do número de grupos participantes, entre as décadas de 1980 e 1990. Grupos de travestis que trabalhavam no combate à Aids já haviam realizado diversas edições do “Encontro de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à Aids” (ENTLAIDS), até serem incorporados ao Encontro Brasileiro realizado pelo movimento.

O movimento, do início do século XXI até os dias atuais, construiu uma nova identidade caracterizada por:

presença marcante na mídia; ampla participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da Aids; vinculação a redes e associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas; ação junto a parlamentares com proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal; atuação junto a agências estatais ligadas a prevenção de DST e Aids e promoção de direitos humanos; formulação de diversas respostas diante da exclusão das organizações religiosas; criação de redes de grupos ou associações em âmbito nacional e local; e organização de eventos de rua, como as grandes manifestações realizadas por ocasião do dia do Orgulho LGBT (Simões; Facchini, 2009, p.138).

As novas formas de manifestação do movimento homossexual ganharam notoriedade e já se tornaram tradição em diversos países e têm se tornado parte do calendário de eventos em algumas cidades brasileiras. Por sua relevância, a parada do orgulho LGBT é uma ação que integra a identidade do movimento. Em 2012, São Paulo realizou a 16ª Parada do Orgulho Gay, considerada a maior do mundo.

A parada do Orgulho LGBT

De forma peculiar, o movimento homossexual no Brasil tornou tradicional a realização das paradas que acontecem anualmente e o

número de cidades que organiza o evento vem aumentando. As paradas são representações da identidade do movimento, as quais se caracterizam por uma passeata ao som de música eletrônica, carros alegóricos com faixas e um visual colorido. No entanto, trata-se de uma forma de manifestação não apenas contra o preconceito e discriminação vivenciado por esse público, mas pela ausência de leis específicas que lhe garantam os mesmos direitos dos demais cidadãos.

A primeira parada do orgulho gay no Brasil foi realizada no Rio de Janeiro em 1995, tendo como objetivo denunciar a discriminação contra os homossexuais, além de estimular práticas sexuais seguras tendo em vista a disseminação da Aids (Jesus; Galinkin, 2007).

Em São Paulo, a primeira edição ocorreu em 28 de junho de 1997 e reuniu cerca de 2 mil pessoas. Buttermann (2012) explica que a data foi escolhida para lembrar *Stonewall Riots*,¹ que ocorreu na mesma data, em 1969. O evento foi chamado de “Parada do Orgulho GLT”, que contemplava as categorias gays, lésbicas e travestis, com o *slogan* “Somos muitos, estamos em todas as profissões”. O autor critica a preocupação dos organizadores com a visibilidade, enquanto algumas categorias tornam-se excluídas enquanto identidades de gênero, como é o caso do travesti, visto como categoria profissional, os bissexuais e os sexualmente orientados para homens e mulheres.

Sob o tema “Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos”, a segunda edição do evento em São Paulo foi realizada em 1998 com aumento de mais de 300% de participantes, com aproximadamente sete mil pessoas. Simões e Facchini (2009) relatam que a parada, nas duas primeiras edições, era composta de pessoas que caminhavam ao som de canções de música popular brasileira, reproduzido por caixas de som de uma perua Kombi emprestada do Sindicato das Costureiras de São Paulo.

1 Esse episódio registra a emergência do movimento homossexual nos Estados Unidos. Tratou-se de um protesto realizado em Nova Iorque, em 28 de junho de 1969, numa tentativa da polícia interditar o bar Stonewall Inn, na movimentada rua Christopher Street, região frequentada por homossexuais. Travou-se uma batalha de pedras e garrafas com os policiais, a qual consagrou a data como “Dia do Orgulho Gay e Lésbico” (Simões; Facchini, 2009).

Com a criação da Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT), em 1999, o evento contou com a participação de 35 mil pessoas e com a presença de três trios elétricos de casas noturnas voltadas ao público homossexual. Com o *slogan* “Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2000”, essa edição legitimou a parada como o maior protesto público pelos direitos civis gays na história do Brasil, além de conceder visibilidade política e social aos cidadãos bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis no Brasil (Butterman, 2012).

Em 2011, segundo os organizadores do evento, a parada contou com a presença de um público de 4 a 4,5 milhões de pessoas. Para Butterman (2012), essa edição foi, paradoxalmente, a mais pacífica e a mais polêmica. O evento registrou a presença de representantes religiosos favoráveis ao movimento, e de *skinheads* e *punks*, que se manifestavam com cartazes contra a homofobia. Por outro lado, o movimento utilizou a imagem de santos católicos homoerotizados em campanhas para o uso de preservativos. Desde 2004, a parada de São Paulo é considerada a maior do mundo e é uma das maiores mobilizações populares do Brasil (Jesus; Galinkin, 2007).

As paradas podem se caracterizar como “movimentação em desfile, animada por personagens variados, fantasiados ou não, um fundo musical, preferencialmente o estilo Techno, assumindo uma carnavalização [...]” (Jesus; Galinkin, 2007, p.287). Por outro lado, os autores explicam que há um discurso voltado para a pluralidade humana que a compõe, geralmente marginalizada ou excluída.

Faz-se necessário ressaltar, portanto, que apesar do caráter festivo, a parada possui objetivos que ultrapassam a diversão, pois se trata de uma manifestação formada por diversos grupos que compartilham da mesma luta pelos direitos de cidadania, enfatizando o combate à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e pelo fim da homofobia. Luiz Mott explica que, para que a parada cumpra sua missão, deve se ater aos objetivos propostos:

Promover a visibilidade massiva de GLT a fim de mostrar à sociedade global o poder de arregimentação desse segmento populacional enquanto cidadãos e massa potencial de eleitores e consumidores; reforçar

a autoestima individual dos participantes enquanto homossexuais que devem ter seus direitos de cidadania plenamente respeitados; funcionar como ritual de iniciação para que novos homossexuais se assumam, estimulando aos enrustidos “sair da gaveta”; mostrar à sociedade global a existência da diversidade sexual da comunidade homossexual e estimular o respeito à livre orientação sexual, papel de gênero e estilo de vida; selar a solidariedade do movimento homossexual organizado e da comunidade homossexual com outras minorias sociais, entidades de classe e representantes de diferentes setores do poder, fazendo das paradas vitrine e espaço de visibilidade para futuros candidatos GLS a cargos políticos previamente apoiados pelos grupos locais do movimento homossexual e comprometidos com suas bandeiras de luta; arregimentar novos militantes para se associarem aos diversos grupos do movimento homossexual organizado; denunciar à população em geral e à mídia as diferentes manifestações de homofobia que pesam sobre a comunidade homossexual, transmitindo aos participantes da parada informações sobre autodefesa contra discriminações e como enfrentar e se proteger da violência anti-homossexual; transmitir informações e reforçar junto aos participantes da parada a necessidade da prevenção da Aids e DST (Mott, 2004, s.p.).

Retomando os conceitos de Manzini-Covre (1991), que argumenta que os direitos de grupos minoritários só passam a ser respeitados a partir da prática da reivindicação, é possível observar que a parada, por meio dos objetivos propostos, é um evento de mobilização, uma forma peculiar de atrair não apenas o seu público específico, mas despertar a atenção dos demais cidadãos. Seu caráter festivo, ao som de música eletrônica e visual colorido, ocupando os principais espaços públicos das cidades, atrai a mídia, que tem importante contribuição para lhe conferir visibilidade.

A parada também possui caráter educativo, à medida que incentiva as práticas de prevenção à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, bem como busca promover o respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, e explicita o repúdio a qualquer manifestação homofóbica. Como objetivo do evento verifica-se ainda o incentivo àqueles que ainda não assumiram publicamente sua

orientação sexual para que, por meio da presença do movimento, sintam-se encorajados para viverem livremente sua identidade sexual e contribuam para transformar ideologias dominantes, garantindo, então, seus direitos como cidadãos.

Essa visão é respaldada por Jesus e Galinkin (2007) quando argumentam sobre o caráter reivindicatório das paradas ao compreendê-las como:

paraselas reivindicatórias por direitos iguais, questionando a ordem vigente na medida em que esta exclui as pessoas com sexualidades não hegemônicas, entretanto, reforçam a ordem, visto que buscam nela se integrar. Objetivam, dessa forma, a normatização de sua participação social. Enquanto paraselas, têm um caráter político reivindicatório; como desfiles “carnavalescos”, dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre os LGBT e em relação à população em geral (Jesus; Galinkin, 2007, p.287).

Encontra-se presente também nas paradas, como elemento que integra a identidade do movimento homossexual, a bandeira do arco-íris. Foi criada para a Parada Gay da Liberdade de São Francisco, em 1978, e hoje é reconhecida como o principal símbolo do orgulho LGBT, representando a diversidade humana. A bandeira possui seis barras e cada uma das cores tem um significado: o vermelho representa a luz; o laranja, a cura; o amarelo, o sol; o verde, a calma; o azul, a arte e o lilás, o espírito.

Apesar das divergências existentes entre os grupos que compõem o movimento e suas reivindicações específicas, o evento se sobrepõe a essas questões e, com um espetáculo de cores, os grupos se unem para lutar pelo direito à liberdade sexual e contra qualquer manifestação de homofobia. Em uma trajetória que se iniciou em meados da década de 1990, a parada do orgulho LGBT se tornou uma tradição em locais como Rio de Janeiro, São Paulo e vem registrando sua história também nas cidades do interior, como Bauru.

Ações do movimento homossexual em Bauru

A ideia de realizar a parada em Bauru surgiu, segundo Rick Ferreira, presidente interino da Associação Bauru pela Diversidade (ABD), com o objetivo de transformar Bauru em uma cidade *gay friendly* (ou “amigável aos gays”). No entanto, os organizadores ponderaram sobre os riscos de realizar um evento exclusivo ao público LGBT e entenderam que um trabalho em conjunto com os Conselhos Municipais, que apresentavam necessidades e dificuldades semelhantes a esse público, agregaria mais força ao evento e, conseqüentemente, a possibilidade de aceitação da comunidade bauruense seria maior.

A ABD foi criada em junho de 2008 para coordenar a realização do evento. No dia 7 de setembro de 2008, foi realizada a primeira Parada da Diversidade de Bauru, englobando o público LGBT, mulheres, idosos, negros, crianças e adolescentes e deficientes. Com o tema “Homofobia é crime. Por um Estado laico de fato”, cerca de 15 mil pessoas participaram do evento, que percorreu a avenida Nações Unidas, uma das principais da cidade, até o parque Vitória Régia, um dos cartões postais de Bauru.

Com o objetivo de mobilizar a comunidade LGBT para a primeira edição da parada, foram utilizadas diversas estratégias de comunicação “em especial a internet e a telefonia celular. Foram acionadas as redes sociais como principal instrumento de RP,² além de utilizar um *mailing list*, abrangendo contatos num raio de 200 quilômetros de Bauru, para mobilizar a região centro-oeste” (Ferreira, 2010, p.106-107). Atualmente, as tecnologias digitais são amplamente utilizadas, como diversos *sites* e *blogs* que divulgam e fazem a cobertura durante a parada, além de a parada constar na programação de eventos no *site* da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

A segunda edição do evento também foi realizada no primeiro domingo de setembro de 2009, encerrando a programação da “Se-

2 Relações Públicas.

mana da diversidade”. Com o apoio recebido pela Secretaria da Saúde, Desenvolvimento Econômico e do Bem-Estar Social, a semana contou com três blocos de atividades. Em parceria com o Jornal Bom Dia e o Conselho Municipal de Turismo, a ABD promoveu o Circuito da Diversidade Gastronômica, premiando os melhores restaurantes de Bauru, seguindo os critérios estabelecidos. As questões políticas foram discutidas por meio da realização do Fórum Social da Diversidade, que recebeu aproximadamente 600 pessoas durante os três dias de realização. A marcha cívica, por sua vez, contou, segundo os organizadores, com 15 mil pessoas, que percorreram a avenida Nações Unidas, sob muita chuva. O evento foi encerrado com o show de Monique Evans no parque Vitória Régia.

Em 2010, a terceira parada foi realizada no dia 29 de agosto, último domingo do mês de agosto, reunindo um público de aproximadamente 30 mil pessoas, segundo Ferreira (2010). Com o apoio da Secretaria do Bem-Estar Social, a semana da diversidade contou com atividades descentralizadas e simultâneas, sob o tema “Eu amo a vida – Diga não à violência”. O carro abre-alas contou com idosos e crianças que portavam faixas e cartazes de protesto contra o descaso com esse segmento.

Nesse ano, os líderes da ABD aguardavam a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do projeto de lei que instituiria a Semana de Combate ao Preconceito e à Intolerância. Em meio a embates políticos, a semana foi regulamentada pela lei municipal 5.972 de 27 de setembro de 2010, denominando a ação como “Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação”. A semana consta de uma programação diversificada e aberta ao público, com debates, palestras, espetáculos, e na edição de 2011 contou com uma mostra fotográfica. A parada encerra a semana, no último domingo do mês de agosto.

Em 11 de dezembro de 2010 foi publicada no Diário Oficial de Bauru a criação do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, vinculado à Secretaria do Bem-Estar Social. Como funções, deve assessorar e acompanhar a implantação de políticas públicas voltadas ao interesse do público GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), bem como colaborar na defesa dos direitos dessas

pessoas por meios legais necessários. Trata-se de uma importante conquista do movimento da diversidade.

Sob a organização da ABD, com apoio da Prefeitura de Bauru, o evento chegou a sua quarta edição em 2011, com o tema “A educação é a solução: todos contra o bullying”. A concentração teve início às 13 horas, na praça da Paz; a abertura oficial ocorreu às 16 horas, após a execução do hino nacional, com discurso dos organizadores. O prefeito de Bauru esteve presente, como tinha feito antes, em todas as edições do evento. Ao som de música eletrônica, quatro carros alegóricos percorreram a Nações Unidas e o encerramento ocorreu com o show da cantora Preta Gil.

Atualmente, a ABD não organiza apenas eventos voltados ao público que compõe a diversidade. A Associação articula-se também por meio de diversos projetos voltados à população carente de Bauru, como a entrega de presentes de Natal às crianças moradoras de bairros da periferia da cidade, campanha de Páscoa, dia das crianças e outros. Essas ações contribuem para a legitimidade do movimento junto à comunidade na qual atua e, consequentemente, lhe promovem visibilidade, possibilitando a construção de uma imagem favorável junto a essas comunidades.

Além disso, outros tipos de eventos realizados pelo movimento começaram a ganhar visibilidade na mídia. O carnaval de Bauru passou a contar, há alguns anos, com a presença de duas rainhas, sendo uma delas intitulada “Rainha da Diversidade”, eleita por um concurso promovido pela ABD. Eventos com propósito de manifestação e protesto também pautaram a agenda da Associação em 2012. No início do ano, realizou-se um “Beijaço”, como expressão de repúdio a um ato de homofobia praticado em um supermercado da cidade. Em maio, foi realizada a primeira marcha municipal contra a homofobia, tendo em vista outros casos que se caracterizaram como homofóbicos.

O evento é uma estratégia eficaz de visibilidade do movimento, pois atinge não apenas o público específico que tem vindo de diversas localidades para prestigiar, mas conta com a presença de heterossexuais que apoiam a luta da diversidade, além da presença

da imprensa e representantes do poder público. Embora não constitua oficialmente no movimento o profissional de relações públicas, é possível observar diversas ações da área, como o relacionamento com as comunidades periféricas por meio de eventos, as parcerias com entidades, visibilidade mediática, divulgação do trabalho no site da ABD³, assim como a utilização de redes sociais e outros, que vem proporcionando resultados positivos ao movimento.

Assim, a identidade do movimento da diversidade de Bauru se constrói na medida em que se sobrepõe às divergências dos diferentes grupos que o integram, e tornando o movimento homogêneo com o seu objetivo maior, o direito à liberdade sexual. Sua identidade torna-se mais perceptível durante a parada da diversidade, quando uma minoria, que vivencia discriminações e preconceitos, ocupa uma das principais avenidas da cidade e então, em meio ao desfile de cores e faixas de protestos, torna-se expressiva, e pode se manifestar perante uma plateia de espectadores. É, portanto, uma identidade em construção, de pessoas que individualmente sofrem o preconceito, mas que, coletivamente, adquirem força pela mobilização.

3 Site da ABD: www.abd.org.br.

4

METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia do estudo de caso

Com o objetivo de identificar como a Parada da Diversidade de Bauru representa as lutas do movimento homossexual nessa cidade, assim como para procurar responder às questões que nortearam esse estudo, desenvolvemos um estudo de caso, entendendo que se trata da metodologia que mais se presta ao objetivo proposto. Com base nos estudos de Antonio Carlos Gil, o estudo de caso não deve ser compreendido como um método ou técnica de pesquisa, mas como “um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como a observação, a entrevista e a análise de documentos” (Gil, 2009, p.6).

O estudo de caso, por um lado, apresenta maior flexibilidade, pois permite ao pesquisador maior liberdade para definir os procedimentos na coleta de dados, por outro lado, porém, não deixa de ser rigoroso. Requer muitas habilidades do pesquisador na utilização das técnicas selecionadas e competência para a análise e interpretação dos dados, já que não produz dados estatísticos usuais em experimentos e levantamentos. O autor complementa que:

[...] os estudos de caso envolvem as etapas de formulação e delimitação do problema, da seleção da amostra, da determinação dos procedimentos para coleta e análise de dados, bem como dos modelos para sua interpretação. O que implica descartar qualquer definição que apresente estudo de caso apenas como um método ou técnica de coleta de dados (Gil, 2009, p.5).

A definição de estudo de caso é apontada pelo autor a partir das características identificadas nessa modalidade de pesquisa. Trata-se de um estudo em profundidade, na medida em que se refere a um ou poucos objetos e permite a utilização de instrumentos que conferem maior profundidade aos dados. Preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado, pois a unidade-caso é estudada de forma holística, considerando a relação entre as partes que compõem o todo. A investigação é realizada em torno de um fenômeno contemporâneo, ou seja, investiga-se um fenômeno no momento em que ocorre; e, ainda, não se separa o fenômeno de seu contexto.

Para Robert Yin, o estudo de caso consiste em “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (Yin, 2010, p.39). Esse autor enfatiza que a definição do tipo de questão de pesquisa é fundamental para definir o método¹ de pesquisa que deverá ser utilizado. As questões “como” e “por quê” tendem a ser indicadas aos estudos de caso.

Embora exista uma tendência para classificar hierarquicamente as diferentes modalidades de pesquisa, não se trata de estabelecer uma escala de importância entre elas; a escolha de um determinado tipo de pesquisa deve se ater a algumas condições que envolvem a pesquisa (Yin, 2010; Gil, 2009). Retomando o conceito proposto por Robert Yin, as condições indicadas para a realização de um estudo de caso inicialmente, tipos de questões de pesquisa, mas também

1 Yin classifica o estudo de caso como um método de pesquisa, como o faz com o experimento, levantamento, pesquisa histórica e outros.

a ausência de controle do pesquisador sobre os fenômenos comportamentais, sendo pertinente quando se trata de enfocar eventos contemporâneos.

No entanto, Gil (2009) explica que alguns delineamentos de pesquisa ganham evidência com relação a outros. No caso dos experimentos, os fenômenos costumam ser reproduzidos em condições controladas; os levantamentos, por sua vez, permitem a quantificação dos fenômenos, o que permite comprová-los mediante testes estatísticos. Os estudos de caso, até meados da década de 70, eram pouco utilizados, mas, atualmente, vêm sendo cada vez mais valorizados. O estudo de caso apresenta interface com as outras modalidades de pesquisa, pois, para a coleta de dados, utilizam-se a observação, a interrogação e a documentação.

Os estudos de caso podem ser utilizados para diversos propósitos de pesquisa. São importantes para apresentar uma visão mais clara a respeito de um fenômeno pouco conhecido; são adequados para se formularem hipóteses de pesquisa, além de descrever grupos, organizações e outros, e ainda, explicar fatos e fenômenos sob o enfoque sistêmico. O nosso objeto de investigação, pela sua natureza, nos parece, portanto, perfeitamente adequado à utilização do estudo de caso.

Também é importante destacar que o pesquisador que utiliza o estudo de caso deve apresentar algumas habilidades, já que nesse delineamento são exigidas muito mais competências do pesquisador do que em outros. O pesquisador participa ativamente de todo o processo da pesquisa e, geralmente, não conta com o apoio de auxiliares de pesquisa, pois, ao utilizar técnicas não estruturadas e roteiros não rígidos, deve estar atento às necessidades de tomada de decisão e mudança de estratégias.

Gil (2009), com base em alguns autores, sintetiza as habilidades necessárias para um pesquisador de estudo de caso. São elas: sensibilidade aos fatores que podem influenciar o fenômeno pesquisado, estar preparado para os resultados que possam contrariar seus pressupostos iniciais, habilidade para entrevistar e observar, empatia, capacidade de síntese, perseverança e paciência por se tratar de um delineamento que demanda mais tempo que os demais, flexibilidade

e adaptabilidade para lidar com as diferenças de status sociais e níveis de informação, abertura teórica e ideológica para não se ater a pressupostos teóricos rígidos em excesso, experiência em pesquisa e habilidade para redigir.

Por se tratar de um delineamento de pesquisa em profundidade, outra característica que lhe é atribuída é a utilização de múltiplas fontes de evidência, por meio de diferentes técnicas de coleta de dados. Como forma de garantir maior confiabilidade aos resultados, é importante que os dados obtidos sejam contrastados; para isso, utilizamos uma estratégia chamada “triangulação”.

A triangulação “consiste basicamente em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras, com vistas a corroborar os resultados da pesquisa. A triangulação está na essência dos estudos de caso” (Gil, 2009, p.114). A utilização de múltiplas fontes de evidência reflete o propósito do estudo de caso: trata-se, por meio de diferentes técnicas e métodos, de analisar com mais acuidade o fenômeno pesquisado.

Robert K. Yin explica que a vantagem da utilização de fontes múltiplas de evidência é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, por meio da triangulação, que visa corroborar os resultados (Yin, 2010). Nesse estudo, como se trata de um evento realizado em um momento único, utilizamos os seguintes métodos para a coleta de dados: observação sistemática presencial, análise de matérias jornalísticas impressas e entrevista com os organizadores. Para isso, foram estabelecidas categorias de análise para que os resultados obtidos possam ser contrastados, proporcionando uma convergência de evidências para responder ao problema de pesquisa proposto.

Corpus de análise

Esse estudo tem como corpus de análise a 5ª Parada da Diversidade de Bauru, realizada no dia 26 de agosto de 2012. O evento encerrou a programação de diversas atividades que compuseram a “2ª Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação”, iniciada no

dia 19 de agosto, no parque Vitória Régia, a partir do meio dia, com a realização do “Piquenique da Diversidade”. Dezenas de pessoas, entre militantes e simpatizantes ao movimento, estenderam toalhas e compartilharam alimentos e, ao som de música eletrônica e pelo visual que compunha as cores da diversidade, o parque foi palco de um ato que teve como objetivo clamar pelo fim da discriminação e preconceito à comunidade LGBT, ou seja, pela igualdade de direitos da cidadania.

O tema da edição de 2012 “A empregabilidade gera cidadania”, contempla diretamente os objetivos do movimento, uma vez que ressalta a importância da inclusão do público LGBT ao mercado de trabalho. A partir de noções de cidadania já discutidas anteriormente, como “posse de direitos”, o evento chama a atenção para a necessidade de empregabilidade para esse público, muitas vezes excluído do trabalho, em virtude da orientação homossexual, como é o caso de muitos travestis. Essas pessoas, muitas vezes, recorrem à informalidade e à prostituição para sobreviver, o que as transforma em vítimas potenciais de crimes de homofobia.

O evento, previsto em lei municipal, encerra o calendário de eventos do mês de agosto em Bauru, quando se comemora o aniversário da cidade. A organização conta com o apoio do poder público, no entanto, a ABD, por meio de seus associados, voluntariamente operacionaliza a logística do evento. São realizadas reuniões periódicas da Associação com seus membros e o grupo se mobiliza também através de redes sociais, pelo telefone celular, por meio de mensagens trocadas entre o grupo. A divulgação das atividades é realizada, além dessas redes sociais, por meio do site da ABD.

Nesse sentido, é possível classificar, com base nos estudos de Henriques, Braga e Mafra (2007), os atores sociais envolvidos com o processo de mobilização. Esses autores suprimem a tradicional segmentação de públicos, divididos em interno, misto e externo, e os definem a partir do relacionamento e comprometimento com o movimento social. Retomando ainda os trabalhos de Toro e Werneck (2007), os participantes da mobilização também podem ser classificados de acordo com os papéis desempenhados.

No que tange à Parada da Diversidade, o grupo “beneficiado” seria o público LGBT. O vínculo desse grupo com a mobilização não requer, necessariamente, a participação efetiva com os objetivos do movimento, mas condiz com os benefícios advindos de suas lutas. Sendo o propósito do movimento lutar pelos direitos dos homossexuais, todos que formam o grupo LGBT na cidade compõem os beneficiados. Os legitimadores, por sua vez, são formados pelo público que já tem algum juízo de valor sobre o movimento e pode se tornar colaborador a qualquer momento, como pessoas que se identificam como LGBTs e instituições que conhecem o trabalho realizado e, eventualmente apoiam o movimento. Os geradores são formados pela própria ABD e as entidades que contribuem para legitimar o movimento homossexual na cidade, como os ganhadores do troféu “Eu faço a diferença”.

O movimento da diversidade pode ser classificado dentro da corrente culturalista-identitária. Nessa corrente, segundo Gohn (1997, 2008, 2009), a cultura é a base dos movimentos sociais e a identidade é o elemento que os constrói, numa abordagem da coletividade. É em nome dessa identidade que suas lutas são direcionadas. O movimento é formado pelas identidades LGBTs, no entanto, não se restringe a esses grupos, pois todos são convidados a participar.

A abertura oficial da 2ª Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação foi no dia 20 de agosto, às 19 horas, no espaço de uma nova casa noturna LGBT na rua Virgílio Malta, com a tradicional entrega do troféu “Eu faço a diferença”. O prêmio é uma forma de reconhecimento a pessoas físicas e entidades que, direta ou indiretamente participam do combate ao preconceito e à discriminação ao público LGBT na cidade de Bauru. Dentre as entidades e pessoas físicas, foram contempladas 15 categorias.

Durante toda a semana do evento, houve atividades. Na terça-feira, 21, a comissão organizadora do evento se dividiu em pontos estratégicos da cidade, principalmente em semáforos, para divulgar a Semana e convidar as pessoas para participar da Parada. Nessa ação, denominada “Pit Stop”, foram distribuídos volantes para a divulgação do evento, preservativos, folhetos com orientações para

a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e sacolinhas de lixo personalizadas para carro.

A quarta-feira foi composta pela mesa-redonda “As implicações dos diversos tipos de violência com a empregabilidade”, tendo como finalidade “promover reflexões sobre as causas e consequências dos diversos tipos de violência, relacionando-as com a empregabilidade” (ABD, 2012, s.p.). O evento contou com a participação de representantes de diversas entidades que lidam diretamente com o público que representa a diversidade, como Movimento da Condição Feminina de Bauru, representante da Defensoria Pública de Bauru, delegada de Polícia de Defesa da Mulher, representante da ABD e outros.

No dia seguinte, foi realizada uma atividade denominada “ações de cidadania”. A atividade aconteceu na praça Rui Barbosa, no centro de Bauru, com apoio de algumas instituições e voluntários, incluindo membros da ABD. Foram prestados diversos serviços gratuitos ao público como corte de cabelo, beleza e estética, foto 3x4, maquiagem, preparação de currículos, carteira de trabalho, divulgação de cursos profissionalizantes, zoonose e outras. No sábado, membros da ABD se revezaram para uma ação no centro da cidade. Foi montado um espaço para a divulgação da Parada, comercialização de camisetas do evento e distribuição de preservativos acompanhados de folhetos com orientações sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

O encerramento da Semana foi realizado, de acordo com a lei 5.972 de 27 de setembro de 2010, no último domingo do mês de agosto, com a quinta edição da Parada da Diversidade de Bauru. O evento, como nas edições anteriores, recebeu público diverso, vindo de diversas localidades, autoridades, vendedores ambulantes e curiosos. O tom político também foi observado no evento; alguns candidatos para o cargo de vereador fizeram uso do espaço para campanhas eleitorais.

A concentração estava prevista para as 13 horas, em frente à praça da Paz, local em que se inicia a parada. Segundo Rick Ferreira,² o

2 Rick Ferreira é Presidente interino da ABD. Essas informações foram concedidas à autora através de uma entrevista gravada, em celular, em 21/8/12.

objetivo da concentração é reforçar o objetivo da parada, não apenas enquanto diversão, mas como um ato cívico, como expressão de luta contra o preconceito e a discriminação contra as comunidades vulneráveis, incluindo-se homossexuais (LGBT), mulheres, negros, deficientes físicos e mentais, crianças, idosos e outras categorias conhecidas como “minorias”. Apesar da inclusão dessas categorias, o evento foi majoritariamente composto pela comunidade LGBT, assim como toda a comunicação visual do evento foi direcionada a esse público.

O início oficial da Parada, como tinha acontecido nos anos anteriores, ocorreu às 16 horas com o discurso de abertura feito pelos representantes da ABD e do poder público, seguindo-se a execução do Hino Nacional. Esses discursos são importantes para resgatar os objetivos do evento, os quais não se restringem à realização de uma festa regada a muita diversão; trata-se de enfatizar a luta do público LGBT por dignidade e pelo respeito a todos enquanto cidadãos. Embora integrem as dimensões de um evento o espetáculo e a festa, é por meio da argumentação que o evento legitima seus objetivos, reivindicações e a própria existência do movimento na cidade.

Em seguida, os trios elétricos desceram, acompanhados pela multidão de participantes, pela avenida Nações Unidas, uma das principais da cidade, por cerca de dois quilômetros, até o parque Vitória Régia, local em que foi realizado o show de encerramento da Semana. O percurso, que leva aproximadamente duas horas, foi realizado ao som de música eletrônica sob o comando de DJs nos trios elétricos que, juntamente com dançarinos que apresentaram *performances* coreografadas, animaram o público presente, que promoveu uma diversidade de cores com adereços alusivos ao arco-íris, símbolo do movimento. Em 2012, o evento foi encerrado com a apresentação do grupo musical Teatro Mágico.

Coleta de dados

A partir dos objetivos propostos, observamos a necessidade de analisar as dimensões do evento por meio de olhares diferentes para,

em seguida, identificar os principais atributos observados e se eles apresentam convergências, contraposições ou ausência de qualquer relação entre si. Retomando o problema de pesquisa “como a Parada da Diversidade de Bauru representa as lutas do movimento homossexual nessa cidade”, pretendemos compreendê-lo com base nos resultados obtidos.

Para isso, foram estabelecidas três categorias a partir das dimensões de um evento propostas por Rennan Mafra, definidas como “espetacular”, “festiva” e “argumentativa”. Inserimos ainda uma quarta que, sob a ótica das relações públicas, reflete a imagem do evento: a “organização” que remete à eficácia do planejamento. Propõe-se identificar, por meio de cada um dos métodos utilizados para a coleta de dados, quais são as dimensões que se sobressaem, permitindo, então, inferências sobre as representações que o evento constrói. Resumidamente, as dimensões constituem:

- Espectáculo: instaura um âmbito extraordinário, com o objetivo de capturar a atenção do público, instaurando um estado de contemplação nas pessoas, compreendidas como audiência;
- Festa: potencializa os vínculos entre os públicos, definidos como participantes, ao promover o envolvimento sentimental e afetivo através do divertimento e da cerimônia;
- Argumentação: produz elementos para justificar uma ação, e estimula o diálogo, tendo o público como interlocutor.
- Organização: remete à etapa inicial do planejamento de um evento, no qual são elencadas as ações necessárias para sua realização e a preparação para eventuais intercorrências, a fim de evitar qualquer mácula à imagem do evento. Embora a etapa do pré-evento seja o momento de se estruturar o planejamento, o recorte desse trabalho tem como foco os resultados observados durante o evento.

Diante da definição das categorias expostas, foram aplicados três métodos distintos para a coleta de dados. Como o corpus de aná-

lise é a Parada da Diversidade, é importante ressaltar uma de suas características básicas enquanto evento: sua realização ocorre em um momento único. Por isso, para responder ao problema e questões de pesquisa desse estudo, entendemos a importância de uma observação presencial do evento para captar detalhes que possam se enquadrar nos critérios já estabelecidos para análise, por meio da realização de uma observação sistemática presencial.

Retomando os conceitos apresentados pela Teoria da Agenda e enquadramento, e considerando a relevância dos veículos noticiosos para pautar os temas para a agenda do público, bem como para promover visibilidade às lutas do movimento da diversidade de Bau-ru, julgamos fundamental, para os objetivos do presente trabalho, compreender quais são as representações midiáticas construídas por meio da cobertura jornalística do evento.

O terceiro método utilizado foi a entrevista com três representantes da ABD, que participaram efetivamente da organização do evento. Os entrevistados estão diretamente envolvidos com a área de comunicação do movimento e estão ligados ao movimento desde o início, em 2008.

Cada um dos métodos apresenta, inicialmente, a descrição dos dados e, em seguida, a análise interpretativa. Os dados e as conclusões obtidas com cada um dos três métodos foram utilizados para se chegar às respostas das questões de pesquisa e retomar o problema de pesquisa a fim de identificarmos se a visão e os propósitos dos organizadores estão condizentes com o que foi apresentado no evento e com as representações midiáticas construídas pelas matérias dos jornais impressos. Assim, foi realizada uma triangulação dos métodos conforme sugerem os pesquisadores de estudo de caso, Gil (2009) e Yin (2010), a fim de promover a convergência de evidências e, então, apresentar as conclusões dessa pesquisa. Vamos, agora, especificar um pouco mais os métodos da triangulação e como foram utilizados.

Observação sistemática presencial

A observação é um dos recursos mais importantes para a obtenção de dados na investigação científica, conforme aponta Antonio Carlos Gil. Em outros delineamentos de pesquisa, ela pode ser o único procedimento para a coleta de dados, já nos estudos de caso, a observação está sempre acompanhada de outras técnicas e métodos e sua importância está na aproximação do pesquisador com os fatos, que são percebidos sem intermediação. Antonio Carlos Gil explica que “é mediante a observação que o pesquisador entra em contato direto com o fenômeno que está sendo estudado” (Gil, 2009, p.71). Há diversas modalidades de observação e o pesquisador deve optar por aquela que atenda aos objetivos propostos.

Para esse estudo foi utilizada a observação sistemática presencial. Nessa modalidade, o pesquisador estabelece o que deverá ser observado. Por isso, é necessário estabelecer os critérios que deverão nortear a observação, por meio de um plano de observação que deverá contemplar ainda as formas de registrar a observação e a organização das informações, conforme explica Gil (2009).

Por se tratar de um evento de grande porte, a observação foi realizada com o apoio de seis colaboradores voluntários, orientados pela pesquisadora. Com base nos estudos de Marconi e Lakatos (2010), as ocorrências puderam ser observadas por vários ângulos a fim de evitar que acontecimentos relevantes pudessem ficar despercebidos. Outro ponto importante da observação em equipe é a oportunidade de confrontar os dados coletados.

Os colaboradores receberam material de apoio para a pesquisa contendo prancheta, papel sulfite, caneta e as orientações impressas com questões que deveriam auxiliar nos aspectos a serem observados para se enquadrarem nas categorias de análise. Cada um utilizou também câmera fotográfica ou aparelho celular pessoal para registros de imagens que pudessem ilustrar situações observadas. Os colaboradores foram alocados em pontos distintos e acompanharam todo o trajeto da Parada, desde o início da concentração até o parque Vitória Régia, onde foi realizado o show de encerramento do evento.

A descrição da observação consta nesse trabalho a partir das considerações da pesquisadora. Os dados obtidos com os colaboradores foram utilizados para comparar e identificar aspectos relevantes por meio das categorias de análise, com o objetivo de elucidar as dimensões do evento e fatores ligados ao planejamento. Algumas das imagens registradas estão inseridas no trabalho e têm como objetivo ilustrar alguns pontos observados, não se tratando de objeto de análise.

Análise das matérias jornalísticas impressas

Com base nas categorias de análise propostas, foi analisada a cobertura jornalística dos dois jornais impressos de Bauru, o Jornal da Cidade (JC) e o Bom Dia. Retomando o conceito de enquadramento como “uma abordagem que salienta o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita, entranhada em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (Soares, 2006, p.450), a proposta, nesse trabalho, é identificar os vieses implícitos na produção textual.

A repercussão que um determinado tema pode atingir pela mídia influencia a agenda dos leitores. Pretendemos, por meio do discurso mediático, identificar os principais aspectos salientados na cobertura da Parada da Diversidade de Bauru, por meio do enquadramento. Foram analisados os dois jornais impressos de Bauru, na cobertura do evento, no dia 27 de agosto de 2012 e os dados obtidos foram comparados para identificar se há relação entre eles. Os dados foram exibidos em quadros distribuídos nas categorias propostas: espetáculo, festa, argumento e organização. Além disso, foram identificadas as principais expressões e termos utilizados pelos jornais para se referir à Parada. Essa análise é importante para se compreender como esses meios de comunicação criam representações sobre o evento e, conseqüentemente, são disseminadas ao público.

Entrevistas

Foram realizadas entrevistas com três militantes da ABD, diretamente ligados à organização da Parada da Diversidade: um dos idealizadores do movimento da diversidade, o assessor de imprensa, responsável pelo relacionamento com os meios de comunicação e a pessoa responsável pela logística do evento, que coordenou o processo de organização da Parada. O objetivo dessa coleta de dados é buscar compreender a percepção do próprio movimento sobre a Parada da Diversidade e compará-la com os resultados dos outros dois métodos, buscando-se, portanto, contribuir para responder às questões propostas.

Entendemos que está evidente para esses idealizadores a proposta da marcha, como uma oportunidade para se expressar publicamente à sociedade, assim como um momento de “relaxamento” de algumas normas sociais, como as manifestações públicas de afeto, as fantasias e a dança em um espaço público. No entanto, pretendemos identificar se a forma como é planejado e realizado contribui para ressaltar a argumentação do evento, ou seja, que se trata de uma forma de protesto para reivindicar os direitos desse público e não apenas um momento de diversão.

Foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas. Duarte (2011) explica que as questões, nesse tipo de entrevista, têm origem no problema de pesquisa e são apresentadas da forma mais aberta possível. Há um roteiro predeterminado com poucas questões, no entanto, explora o máximo de cada questão antes de prosseguir para a próxima.

5

ESTUDO DE CASO: A 5ª PARADA DA DIVERSIDADE DE BAURU

Análise descritiva e interpretação dos dados

A análise descritiva e interpretativa dos dados colhidos por meio da observação sistemática, matérias jornalísticas impressas e entrevistas serão apresentadas nos textos seguintes. Inicialmente, realizamos a análise descritiva dos dados obtidos, enquadrando-os nas quatro categorias propostas para análise: espetáculo, festa, argumentação e organização. Após a descrição de cada uma das técnicas de coleta de dados, apresentamos uma análise interpretativa, por meio de algumas discussões.

Sobre a descrição, é importante mencionar que ela “faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase da interpretação e, por isso, combina igualmente em suas operações técnicas e métodos de análise” (Lopes, 2010, p.149). A autora explica também que a análise descritiva compõe a primeira etapa da análise dos dados na pesquisa. A análise interpretativa, sob a ótica dessa mesma autora, “visa à explicação do fenômeno mediante operações lógicas de

síntese e de amplificação levando a análise a um nível superior de abstração e de generalização” (Lopes, 2010, p.152).

Nesse sentido, as análises descritiva e interpretativa visam contribuir para a compreensão das questões que nortearam essa pesquisa, assim como para responder e compreender o problema de pesquisa proposto: “como a Parada da Diversidade de Bauru representa as lutas do movimento homossexual dessa cidade”. Os três métodos para a coleta de dados foram importantes para que, ao final, pudéssemos, por meio de uma triangulação de métodos, identificar se os dados obtidos convergem entre si ou não, e apresentar os resultados dessa pesquisa.

Observação sistemática presencial

A observação sistemática presencial permitiu a captura de detalhes que poderiam ficar despercebidos sem a utilização dessa técnica. O período de observação foi das 11 horas, quando a equipe da ABD aguardava a chegada dos materiais para a preparação dos trios, até por volta das 23 horas, hora do término do show do grupo musical “O Teatro Mágico”. Com o apoio de observadores em pontos estratégicos, como nos trios elétricos, foi possível obter maior amplitude do evento e observar maior número de detalhes condizentes com o objetivo dessa pesquisa. Algumas fotos ilustram alguns dos pontos relevantes observados.

A montagem do evento começou no período da manhã, em frente à praça da Paz, local previsto para a concentração do público e abertura oficial da Parada, com a presença de alguns membros da ABD. Por volta das 11 horas o trânsito se encontrava parcialmente interditado e os fiscais de trânsito auxiliavam os motoristas no local. Os três trios elétricos estavam posicionados na avenida, enquanto o pessoal da ABD aguardava a chegada do material para a montagem. O primeiro trio, de onde foi conduzido o cerimonial do evento, era representado pela ABD, em seguida havia o da Prefeitura Municipal e o terceiro representou uma casa noturna local, voltada ao público LGBT.

Diversas faixas de tecido foram afixadas no trio da ABD, reiterando as lutas do movimento. No caminhão da prefeitura foram colocadas algumas faixas em apoio ao combate ao preconceito. No entanto, no trio elétrico da casa noturna, as faixas tinham como função predominantemente a divulgação desse espaço. Os trios foram decorados ainda com arcos de balões com as cores do arco-íris, símbolo do movimento.

Desde o período da manhã, pudemos observar a chegada de dezenas de vendedores de bebidas alcoólicas, evidenciando a ausência de fiscalização e controle sobre essa atividade. Foram comercializados diversos tipos de bebida, como água, cerveja, uísque, vodka, batidas coloridas e outras que não pudemos identificar. Vendedores de adesivos alusivos ao símbolo LGBT e de camisetas da ABD também ocuparam espaços para comercialização de produtos.

Às 13 horas estava previsto o início da concentração, em frente à praça da Paz, no entanto não se observou nenhuma ação específica. Enquanto os trios elétricos eram preparados com faixa e balões coloridos ao som de música eletrônica, algumas pessoas circulavam ao redor dos trios, outras dançavam passos coreografados. Apesar de ter havido comercialização de bebida alcoólica, sem restrições, o evento foi conduzido sob um clima tranquilo. Ainda durante o período previsto para a concentração, a avenida foi tomada por pessoas vindas de diversas localidades, como observados os ônibus de excursões e as camisetas que identificavam a origem de alguns desses participantes.

Por volta das 16 horas, teve início a abertura oficial do evento. O cerimonial foi conduzido por Rubya Bittencourt, *drag queen* intitulada a madrinha da diversidade em Bauru, que estava no trio elétrico da ABD. De maneira bem-humorada, Rubya iniciou o discurso agradecendo a presença e identificando a origem dos participantes, bem como orientou às pessoas quanto ao comportamento durante o evento. Das diversas localidades da região que compareceram à Parada, foi registrada a presença de representantes de Jaú, Iacanga, Pederneras, Avaré, Marília, Lençóis Paulista, Barra Bonita, Lins, Piratininga, Araçatuba, Agudos, Ourinhos, Ibitinga, São Manuel,

Santa Cruz do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Igarapu do Tietê e outras.

O objetivo da passeata foi ressaltado por Rick Ferreira, presidente interino da ABD, que enfatizou a importância das lutas do movimento pelo direito à dignidade e igualdade entre os cidadãos. Também reiterou a relevância do evento a Secretária do Bem-Estar Social, Darlene Martin Tendolo, que mencionou que, atualmente, a Parada da Diversidade de Bauru é a segunda maior do estado de São Paulo.

O primeiro casal homossexual que obteve o direito de realizar o casamento civil em Bauru foi convidado a integrar o trio e, simbolicamente, oficializou a união, por meio da entrega dos documentos, que deverão compor o acervo do Museu Histórico de Bauru. Após o Hino Nacional, Rubya declarou a abertura do evento e teve o início da passeata, ao som de música eletrônica. Pela primeira vez, uma bandeira de vinte metros, símbolo do movimento, foi estendida sobre o público.

Durante o percurso, a multidão acompanhava a descida atrás dos trios enquanto uma plateia de espectadores assistia ao redor da movimentação. A cada hora, o som era interrompido para se ouvir as “palavras de ordem”, que visavam enfatizar a importância da marcha. Embora não se tenha observado que as palavras tivessem captado a atenção do público, trata-se de um momento de grande importância, sob a ótica da argumentação na mobilização. Esses slogans ressaltam os objetivos do movimento e as razões que o levaram a se mobilizar.

Por volta das 18 horas, os trios chegaram ao parque Vitória Régia, encerrando a marcha. Os participantes começaram a se posicionar diante do palco, juntando-se ao público que chegava para assistir o show de encerramento com o grupo “O Teatro Mágico”, previsto para iniciar às 20 horas. Enquanto as pessoas aguardavam, outras atrações ocupavam o palco, como “Beyoncé cover”, “Empreguetes” e outras.

Para conduzir o cerimonial do show de encerramento, subiram ao palco Rubya Bittencourt e o presidente interino da ABD, Rick

Ferreira. Rick reiterou a necessidade da mobilização e as lutas pela vida digna para comunidades vulneráveis e a importância da empregabilidade para a comunidade LGBT. Como parte intrínseca do cerimonial de encerramento do evento, o presidente da ABD beijou os pés de Rubya, precursora do movimento homossexual em Bauru. Em seguida, teve início o show do grupo “O Teatro Mágico”, que terminou por volta das 23 horas.

Segundo a Polícia Militar, havia cerca de 40 mil pessoas no evento. Os espaços laterais da avenida foram tomados por pessoas que assistiam à Parada, entre elas havia homossexuais, casais de heterossexuais, crianças, bebês e idosos. Na avenida, ao redor dos trios, o público festejava ao som da música eletrônica. Além de faixas de tecido afixadas nos trios, alguns participantes também levavam faixas e à cartazes durante a marcha, expressando o repúdio ao preconceito e discriminação. Um grupo da igreja evangélica “Igreja Inclusiva Monte da Adoração”, liderada por um dos integrantes da ABD, estava presente e se manifestou contra a homofobia, portando faixas durante a marcha.

Espetáculo

O caráter de **espetáculo** da Parada tornou-se evidente, com base nos conceitos de Mafra (2006), uma vez que se instaurou um ambiente extraordinário integrado a um caráter dramático. O público, como espectador, observava o novo cenário construído. Não se trata, como argumenta o autor, de uma situação de alienação, em virtude de um estado restrito de contemplação diante do espetáculo exibido. O sentido espetacular de um evento de mobilização visa captar a atenção do público para a causa pela qual o movimento luta, convidando-o então a participar. Todos são convidados a conhecer e criar vínculos junto ao grupo. Na Parada da Diversidade, diversos fatores elucidaram a dimensão espetacular.

Criação de um ambiente extraordinário – esse fator pôde ser identificado por meio das seguintes constatações:

1. Desfile dos trios elétricos: antecedendo a descida dos trios, criou-se um clima de expectativa no público. A música eletrônica,

durante a concentração, animou grande parte do público, principalmente aqueles que estavam próximos ao trio de uma casa noturna voltada ao público LGBT. Nesse local, os dançarinos, uniformizados com cores vibrantes, faziam coreografias, incentivando o público a dançar. A passagem dos trios tornou-se um “espetáculo de cores”, formado pela decoração alusiva ao arco-íris, com arcos de balões, bandeira LGBT, balões afixados por todo o veículo. A mestre de cerimônias, a *drag queen* Rubya Bittencourt, foi fundamental para a espetacularização do evento: ao conduzir o evento, do alto do trio elétrico, exibindo seu traje colorido com brilho e maquiagem extravagante, característica de *drag queens*, expressou os objetivos do movimento para o público que a observava. Na avenida, os participantes acompanhavam os carros, alguns com passos coreografados, outros com manifestações mais íntimas com seus parceiros, como abraços e beijos, situação que, em outro contexto, não integraria o cenário de um espetáculo.

A Figura 1 ilustra a construção de um ambiente extraordinário da Parada. Diariamente, esse cenário colorido, com milhares de pessoas ocupando a avenida, não compõe a rotina desse espaço, no qual circulam milhares de carros. Em vez do som produzido pela música eletrônica durante o desfile dos trios elétricos na avenida, ouve-se diariamente o ruído provocado pelos motores e buzinas dos veículos, assim como as cores do arco-íris são substituídas pelo monóxido de carbono emitido pelos automóveis. O público que circulava livremente na avenida durante o evento, no cotidiano, se restringe aos pedestres que apenas atravessam de um lado para o outro.



Figura 1 – Trio da ABD

Foto: Elaine Moares

2. Simbologia: a incorporação de personagens, a composição de indumentárias extravagantes e adereços coloridos, as coreografias realizadas e a simbologia explícita remetem à instauração de um ambiente extraordinário. O símbolo do movimento LGBT é o arco-íris, sendo a bandeira seu símbolo de maior representatividade. O evento, por si, já formava um espetáculo de cores em que diversas pessoas usavam pulseiras, chapéus, guarda-sóis, camisetas, gravatas, lenços e outros ornamentos, todos alusivos à simbologia do movimento. Foi possível observar um espetáculo de cores que se misturavam por toda a avenida.

A simbologia do movimento LGBT não se restringiu às cores do arco-íris. Personagens construídos por *drag queens* compuseram a mistura de cores do evento, com trajes e visual produzido para formar o espetáculo na avenida. As cores do arco-íris eram representadas por meio de diferentes tipos de acessórios utilizados por participantes no evento. Observa-se a chegada de ambulantes, ainda no período da manhã, para comercializar esses adereços que coadunavam com a dimensão espetacular do evento.

Dramaturgia: o caráter dramático integra o caráter espetacular de uma mobilização, conforme aponta Mafra (2006). No entanto, o autor explica que, embora as ações de mobilização possuam um caráter dramático explícito, pela própria teatralização, as características da encenação encontram-se também em outras ações. As situações que propiciaram a dramaturgia foram:

1. Elenco: a mestre de cerimônias, a *drag queen* Rubya Bittencourt, protagonizava o espetáculo, enquanto conduzia o evento durante todo o percurso. De maneira bem-humorada, interagia com o público, por vezes, por meio de anedotas, outras vezes, reiterando os objetivos do movimento, bem como orientações sobre comportamento durante o evento. Assim, acontecia o espetáculo, tendo como cenário a avenida Nações Unidas, repleta de personagens. Sobre os trios estavam os personagens principais, os quais puderam ser identificados: representantes da ABD, o prefeito, a vice-prefeita, representantes de secretarias, alguns candidatos a vereador, dançarinos e imprensa. O público, no chão, formava o grupo de figurantes. A estrutura narrativa, como explica Rennan Mafra, configurou-se na programação: o período de concentração, os discursos, a descida até o Parque Vitória Régia, os momentos de paradas dos trios, a abertura do show e a apresentação musical de encerramento.

Foi observado o público como audiência na dimensão espetacular, conforme aborda Mafra (2006). Por meio da criação de um cenário extraordinário e encenação, buscou-se a visibilidade pública, no propósito de capturar a atenção das pessoas, provocando-lhes um estado de contemplação. Assim, o público, como espectador, aguardava a passagem da marcha na avenida. O sentido de espetáculo, na Parada da Diversidade, vai ao encontro da concepção de Rennan Mafra, ao explicar que não se trata de provocar a alienação do público, mas uma estratégia para capturar sua atenção através da criação do extraordinário para apresentar-se às pessoas. O espetáculo seria, portanto, o primeiro contato com o público.

Outro elemento que configurou a dimensão espetacular da Parada foi a *drag queen* Rubya Bittencourt (Figura 2), que atuou como uma das protagonistas do evento. Vestida com as cores que simbo-

lizavam o movimento, conduziu o público pela avenida, à frente do principal trio do evento, interagindo e saudando os espectadores, que figuravam o elenco de uma encenação.



Figura 2 – Uma das protagonistas do espetáculo, Rubya Bittencourt

Foto: Elaine Moraes

O show de encerramento do evento explicitou o caráter espetacular da Parada, com a presença de milhares de pessoas, como espectadores da atração. Como nas edições anteriores, o evento encerrou-se com a realização de um show para o público presente. Em 2012, a apresentação foi do grupo musical “O Teatro Mágico”. O Parque ficou repleto de pessoas, muitas das quais não assistiram à Parada, mas vieram para prestigiar a atração de encerramento.

2. Focos de atenção: durante a Parada, as *drag queens* e travestis com trajes típicos vivenciaram uma inversão de papéis, com ênfase na figura do travesti. Ao contrário de uma realidade estigmatizada de muitos travestis, que sobrevivem com subempregos, incluindo-se a prostituição, na avenida tornaram-se destaques no evento. Em-

bora não tenham integrado necessariamente a equipe organizadora do evento ou mesmo sem terem obtido credenciais para acesso aos trios elétricos, esse grupo atraiu a atenção das pessoas pelo visual produzido. Observamos que diversas pessoas tiravam fotografias com eles, atribuindo-lhes o papel de atrações.

As cores que compunham o figurino de alguns travestis e *drag queens*, formando um visual lúdico, capturavam a atenção das crianças e adultos. Esses personagens foram importantes elementos para a configuração do espetáculo, pois os trajes, os adereços e a maquiagem evidente construía um cenário extraordinário, uma vez que a avenida Nações Unidas não configura, no cotidiano, um espaço público para o desfile desses personagens, no papel de focos de atenção.

Festa

A dimensão **festiva** da mobilização, segundo Mafra (2006), instaura-se a partir de dois elementos: a cerimônia e o divertimento. O caráter festivo apresenta relevante contribuição à mobilização, uma vez que se caracteriza pela participação dos indivíduos. Na Parada da Diversidade, a dimensão festiva é construída desde o período que antecede a abertura do evento. Em seguida, são explanados os fatores que demonstram essa dimensão durante o evento.

1. Construção da cerimônia: esse aspecto foi evidenciado durante o cerimonial de abertura do evento. Embora a Parada apresente características de informalidade, legitimadas até mesmo pelo perfil do discurso da mestre de cerimônias, Rubya Bittencourt, o evento construiu fatores litúrgicos próprios. A abertura do evento ocorreu sobre o trio da ABD, o principal do evento, com a saudação inicial de Rubya e a identificação da origem dos participantes. Os discursos dos líderes da ABD sobre a importância e os objetivos da Parada, assim como a presença de representantes do Poder Público tornaram-se elementos intrínsecos do cerimonial do evento, demonstrando assim, o respaldo que o movimento adquiriu na cidade. Na Figura 3, registramos a presença do prefeito ao lado direito de Rubya, o presidente interino da ABD, a vice-prefeita, Estela Almagro, e a secretária do Bem-Estar Social, Darlene Tendolo.



Figura 3 – A construção da cerimônia

Foto: Suelem Rosa

Nesta edição da Parada, constou no cerimonial de abertura do evento, a participação do primeiro casal homossexual que obteve o direito de se casar em Bauru, elucidando a conquista dos homossexuais. O Hino Nacional, que de acordo com a lei 5.700 de 1º de setembro de 1971, pode ser utilizado em qualquer manifestação cívica, foi tocado como nas edições anteriores e cantado por parte do público. Outro elemento, já tradicional nas paradas de São Paulo, foi introduzido na Parada de Bauru: uma bandeira do movimento LGBT, com mais de 20 metros, foi estendida sobre o público por alguns instantes. Essa ação, por um lado, reproduz a tradição das grandes paradas, no entanto, evidencia o orgulho desse público com a identidade LGBT, ao pôr em evidência seu símbolo de maior expressividade.

2. Divertimento: com base nos estudos de Mafra (2006), para instaurar divertimento é necessário haver disposição do público para participar. Trata-se, portanto, da comunhão entre as pessoas, na qual atributos sociais como hierarquia, nível sociocultural e algumas normas sociais tendem a sofrer um relaxamento temporário, sendo substituídas por momentos de efervescência. Na Parada, a

dimensão festiva caracterizou-se pela participação das pessoas desde os momentos que antecederam a abertura do evento. A música eletrônica, comandada por um DJ no trio da ABD, estimulou a multidão a dançar na avenida, assim como os dançarinos, que exibiam seus corpos, sob o trio que divulgava as casas noturnas, com passos coreografados.

O evento, enquanto festa, transcorreu em clima tranquilo. Durante a Parada, a multidão participou seguindo os trios elétricos na avenida. Os diferentes grupos que compõem a diversidade, representados na Parada, como gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, com estilos peculiares, pareciam se sobrepor às diferenças que definem cada um, em razão de uma efervescência coletiva. A avenida foi tomada por milhares de pessoas, conforme mostra a Figura 4, formando um visual composto por diferentes estilos.



Figura 4: A multidão à frente do principal trio elétrico

Foto: Elaine Moraes

Outro ponto que vale ser ressaltado foram as frequentes manifestações públicas de afeto entre casais, observadas no evento, como os que andaram de mãos dadas, a troca de abraços, beijos e carícias, ações que causariam estranhamento em outros contextos sociais. A festa foi identificada também pelas pessoas que celebravam, dançavam, consumiam bebidas ou simplesmente seguiam o percurso ao redor dos trios elétricos. Essas ações de demonstração pública de afeto costumam causar estranhamento no público não homossexual, mas pareciam se naturalizar, quando praticadas em um cenário construído por esse público.

Argumentação

A dimensão **argumentativa** pressupõe a existência de interlocutores, ou seja, de pessoas dispostas a compartilhar responsabilidades pelas mudanças propostas (Mafra, 2006). Os elementos que a compõem são: constatação e denúncia, possibilidade de modificação da situação denunciada e proposição de soluções. Esta pode ser compreendida como a dimensão mais importante, pois se refere ao plano de ações para modificar determinada realidade. As observações sobre essa dimensão serão explanadas a seguir.

1. Constatação e denúncia: esses fatores foram evidenciados por meio de ações distintas. O discurso de abertura do evento foi uma oportunidade de expressão da liderança e autoridades presentes, como Rick Ferreira, representando a ABD, e Darlene Tendolo, secretária do Bem-Estar Social. Foi enfatizada a importância das lutas do movimento da diversidade pelo respeito aos homossexuais enquanto cidadãos. Os discursos também lembraram os casos de agressão a homossexuais em Bauru, incluindo-se o primeiro caso de homicídio na cidade, em 2012, de um travesti.

Também ressaltaram a constatação e denúncia algumas faixas afixadas nos trios elétricos, principalmente no da ABD, que conduziu a descida ao parque Vitória Régia. A Figura 5 explicita a realidade vivenciada pelos homossexuais quando reivindicam o fim do racismo, do machismo e da homofobia, elementos que têm ainda dominado a cultura brasileira. O movimento, formado pela identidade

homossexual, ainda se sente estigmatizado em razão do preconceito e discriminação, no entanto, compreende que os homossexuais possuem os homossexuais os mesmos direitos que os demais cidadãos e, então, os reivindicam (Figura 6).

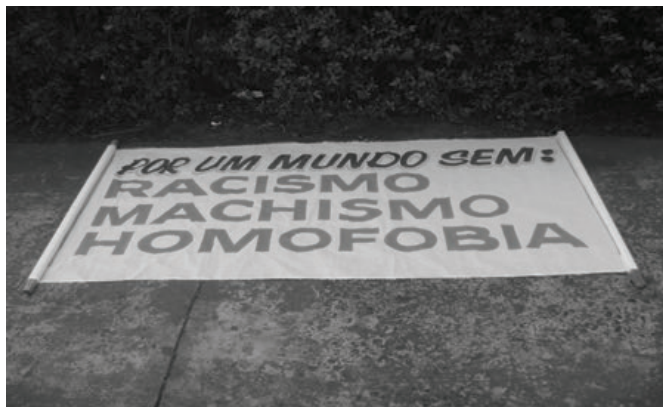


Figura 5 – Reivindicações do movimento

Foto: Elaine Moraes



Figura 6 - Por direitos iguais

Foto: Elaine Moraes

Participantes da marcha também portavam cartazes, demonstrando a importância do evento para expressar o repúdio à homofobia.

Alguns participantes aproveitaram a oportunidade de visibilidade do evento para denunciar o preconceito e discriminação vivenciados através de cartazes. As frases ironizavam pessoas homofóbicas, que pejorativamente atribuem aos homossexuais o termo “viado”. Expressões como “Sou gay, vai encará?”, “Homofobia é coisa de viado” e “Homofobia: morte intelectual”, denunciaram que a homofobia ainda se sobrepõe aos direitos de dignidade dos cidadãos homossexuais.

O apoio de uma igreja, liderada por um dos militantes da ABD, foi registrado por meio da presença de alguns membros que portavam faixas na Parada, com os dizeres “A bíblia não condena a homossexualidade” e “Chega! Homofobia religiosa resulta em preconceito”. O próprio movimento também se expressou, utilizando-se de fundamentação bíblica, para legitimar suas ações.

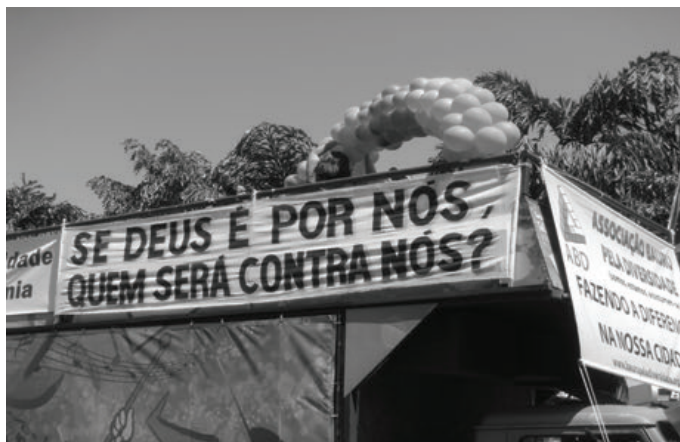


Figura 7 – Faixa da ABD com fundamentação bíblica

Foto: Elaine Moraes

2. Possibilidade de modificação da situação denunciada: a mobilização pode ser considerada, por si, uma possibilidade de modificação dessa realidade, já que possui respaldo do poder público através da instauração da semana de combate ao preconceito e à discriminação, assim como a presença de autoridades públicas da cidade na Parada. Um trio elétrico da Prefeitura Municipal contribuiu para

legitimar as lutas do movimento na cidade. A proposta do evento é comunicar as lutas do movimento à sociedade, no entanto, faz-se necessário que os próprios participantes estejam conscientes dessas lutas para que a Parada não fique restrita a um espetáculo e uma festa.

Em Bauru, um fato que evidenciou a possibilidade de transformação foi a realização do primeiro casamento homossexual em 2012. O casal participou da abertura da Parada para a entrega dos documentos para o acervo do museu municipal e, ainda, registrou, por meio de um breve discurso, a importância da mobilização e dos direitos adquiridos pelos homossexuais.

O tema do evento, “A empregabilidade gera cidadania”, é um importante argumento para a transformação de determinada realidade. A empregabilidade dos homossexuais contribui para sua inserção social e, conseqüentemente, para o combate ao preconceito e à discriminação, que, muitas vezes, resultam em ações de homofobia. O tema foi abordado nos discursos, assim como em algumas faixas afixadas no trio elétrico.

O evento contou, ainda, com a presença de entidades parceiras ou simpatizantes às causas do movimento. Uma equipe do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) estava alocada em uma tenda durante o evento e percorreu a avenida abordando os participantes para distribuir preservativos e folhetos informativos sobre doenças sexualmente transmissíveis. Essa ação remete à década de 1980, quando o movimento adotou uma postura mais educativa, época em que a epidemia da Aids foi associada à homossexualidade, resultando, assim, na percepção dos líderes dos movimentos de que era necessário mobilizar os homossexuais para a prevenção.

Também participou do evento a Escola Missões Urbanas (EMU).¹ Membros dessa entidade participaram durante a marcha em pontos estratégicos para abordar participantes com cartazes que continham mensagens de acolhida ao público. Dizeres como “Abraço grátis” desencadearam inúmeros abraços entre os participantes e os membros da EMU. O grupo, que trabalha com a evangelização de

1 Disponível em: <http://www.missoesurbanasbauru.com/emu#!_emu/sobre-a-emu>.

pessoas consideradas excluídas da sociedade, portava também mensagens como “Jesus te ama”, demonstrando, assim, que, sob a ótica do cristianismo, os homossexuais não deveriam se sentir excluídos.

Além dos discursos e das faixas expostas, as “palavras de ordem” consistiram em uma importante estratégia para comunicar os objetivos do movimento, demonstrando, assim, a possibilidade de se modificar a realidade vivenciada por muitos homossexuais. A cada hora, a música era interrompida nos trios e substituída pelas palavras que enfatizavam as reivindicações do movimento, que não se restringiu às causas dos homossexuais, mas aos demais grupos que compõem as minorias, como as mulheres, crianças, os idosos e negros. Apesar da relevância dessas frases, a maioria dos participantes não expressou nenhuma reação nesses momentos, muitos mantinham os passos coreografados das músicas.

Obteve relevância na Parada, também, a campanha eleitoral do candidato a vereador Markinho da Diversidade, na época. O evento foi um espaço para sua campanha, indiretamente. Enquanto o candidato acompanhava a marcha entre a multidão, dezenas de pessoas seguiam o percurso portando bandeiras de sua campanha (Figura 8). O tom eleitoral estendeu-se ao discurso de abertura do evento e ao show de encerramento, quando foi mencionada a importância de votar em candidatos que pudessem efetivamente lutar pelos direitos dos homossexuais. Dentre as diversas faixas expostas nos trios elétricos, uma delas enfatizava o caráter político do evento, exibindo a frase “Preconceito mata: Diga não aos políticos preconceituosos”.



Figura 8 – Bandeiras de campanha eleitoral

Foto: Suelem Rosa

A presença da imprensa é um fator crucial e vale ressaltar. Observamos, na Parada, profissionais de diversos meios de comunicação que receberam credenciais para a cobertura do evento sobre o trio elétrico da ABD, assim como entrevistaram as pessoas envolvidas com a organização do evento.

3. **Proposição de soluções:** não foi observada, diretamente, proposição para a solução dos problemas enfrentados pelos homossexuais. O discurso que enfatizou a necessidade de lutar não explicou exatamente o que o movimento propõe para combater o preconceito e a discriminação. Porém, no próprio evento não haveria condições para isso, haja vista o número de participantes no evento, assim como as localidades distintas que representavam. Para propor uma ação é necessário discutir e planejar, no entanto, o tema desta edição da Parada consiste em uma possibilidade de transformação de uma situação e, ainda, trata-se de uma importante proposta para combater a homofobia. Nos discursos, nas faixas e nos meios de comunicação, foi evidenciada a importância da empregabilidade do público homossexual como forma de inclusão social.

Organização

A última categoria de análise, a **organização** do evento, foi construída a partir dos resultados do planejamento executado pela equipe organizadora. Por questões metodológicas, a análise do planejamento ateu-se aos aspectos observados durante a Parada, mantendo o modelo de observação sistemática proposto para esta pesquisa. O planejamento da 5ª Parada da Diversidade de Bauru foi desenvolvido sob a liderança da ABD e obteve o apoio de entidades parceiras como Prefeitura Municipal, Secretaria do Bem-Estar Social, Polícia Militar, Emdurb e outras. Voluntários da ABD compartilharam funções e executaram o planejamento. Como o evento ocorre em um momento único, qualquer falha pode ser percebida pelo público, comprometendo os objetivos do evento e, consequentemente, do movimento. Os principais fatores observados foram:

1. Montagem da estrutura: observamos que desde o início da manhã uma equipe da ABD, que cuidou da logística do evento, já estava no local, aguardando a chegada das faixas para serem afixadas. Assim que os materiais foram entregues, essas pessoas iniciaram o trabalho (Figura 9). O grupo permaneceu até o final do evento, não se restringindo à montagem dos trios, mas estavam no local para tomar as providências necessárias para a operacionalização do evento.

2. Segurança: de acordo com a Polícia Militar, no final do evento, não havia sido registrada nenhuma ocorrência. A Polícia Militar, por sua vez, esteve presente desde o período da manhã e, no decorrer do evento, o policiamento foi intensificado, com a presença de policiais em pontos distintos nos arredores da marcha. Por volta das 17 horas, o helicóptero da Polícia Militar sobrevoou o local, após o anúncio do início de um tumulto, que logo foi disperso. Foi observado também que uma garrafa de cerveja foi arremessada sobre uma viatura policial.

A Parada contou também com segurança privada, a qual se restringiu ao isolamento e acesso aos trios elétricos. Foram distribuídas pulseiras intransferíveis, que conferiam a participação em um ou mais trios. Por meio de um cordão de isolamento, os seguranças controlavam a distância dos participantes com relação aos trios, para se evi-

tar, assim, a subida de pessoas sem credenciais. A entrega de credenciais considerou a capacidade de peso que suportava os caminhões.



Figura 9 – Montagem da estrutura

Foto: Elaine Moraes

3. Trânsito: no período da manhã, o trânsito já estava parcialmente interditado e, conforme o horário da Parada se aproximava, outros acessos eram bloqueados até a interdição total dos espaços ocupados para a concentração, marcha e maior circulação de público. Os pontos fechados foram informados pelo Jornal da Cidade, no dia anterior. Os agentes de fiscalização de trânsito (GOT) realizaram um trabalho eficaz no local no sentido de sinalizar e orientar condutores. Também foi registrado o apoio a um motorista nas proximidades do evento, que teve problemas com o carro e, imediatamente, a equipe do GOT se dirigiu ao local e prestou auxílio. Ao final do evento, as vias de acesso foram liberadas pelos agentes.

4. Banheiros químicos: para um evento desse porte, em local público em que não haja sanitários disponíveis, é necessária a locação de banheiros químicos. Na Parada, observamos que eles foram

disponibilizados em dois pontos distintos: no espaço da Companhia de Habitação Popular de Bauru (Cohab), local próximo ao início da marcha; e no Parque Vitória Régia, local de encerramento do evento, por volta das 23 horas. Observamos que, após o início da marcha, havia filas e, aos arredores da avenida, registramos diversas pessoas utilizando publicamente paredes, postes e muros como banheiros. Essa situação nos induz a concluir que a distribuição de banheiros tenha sido inadequada para a quantidade de pessoas presente, embora essa situação não possa justificar ações como essas, pelo público. Os banheiros foram dispostos no local onde se iniciava a Parada e onde terminava. Assim, apenas um dos locais era utilizado por vez.

5. Limpeza: a praça da Paz, local onde teve início a Parada, foi também um espaço para a comercialização de alimentos, assim como havia vários vendedores ambulantes seguindo o percurso do evento, entre os participantes. Alguns candidatos a vereador compareceram e aproveitaram o espaço para divulgar suas campanhas. Diante disso, observamos que diversas pessoas jogavam o lixo no chão, contribuindo para sujar calçadas, ruas e a própria avenida, com sobras de alimentos, garrafas, latas, panfletos e outros. No entanto, uma equipe de limpeza da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb) foi designada para a limpeza do local e iniciou o trabalho desde momentos que antecederam o início do evento. O grupo estava em pontos distintos para recolher o lixo ainda entre o público e imediatamente após a passagem da marcha.

6. Estrutura geral do evento: diversos fatores refletiram o planejamento do evento. Além dos aspectos já abordados, um elemento fundamental para um evento como a Parada é a presença de um apoio médico. Observamos a presença do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), assim como outras ambulâncias que estavam preparadas para o atendimento emergencial. O Departamento de Água e Esgoto (DAE) disponibilizou água para a equipe da organização e as torneiras do parque Vitória Régia estavam disponíveis. Alguns detalhes importantes para a representação da identidade do movimento foram preparados e finalizados para o início do evento: a decoração com as cores do arco-íris, a sonorização para os

discursos e para a condução da cerimônia, a música eletrônica, os DJs e os dançarinos.

7. Comércio de bebidas alcoólicas: ainda no período da manhã, quando apenas a equipe da organização estava no local, observamos a chegada dos primeiros vendedores ambulantes de bebidas alcoólicas no evento. Quando estava próximo ao início da Parada, havia dezenas desses comerciantes circulando pela avenida e, durante a marcha, seguiram o percurso em meio à multidão. Não houve nenhuma fiscalização nesse sentido, assim, bebidas alcoólicas foram vendidas livremente durante o evento, na maioria dos casos, acomodadas em locais improvisados como caixas de isopor e carrinhos de supermercado. Foram observadas diversas bebidas como água, cerveja, uísque, vodka, cachaça, batidas coloridas e outras. Diversas pessoas apresentaram sinais de embriaguez durante a Parada.

8. Comunicação: dos aspectos observados que denotaram a eficácia do planejamento do evento, entendemos que a comunicação é um fator de relevância durante o processo de organização da Parada. A comunicação é planejada, inicialmente, com o intuito de mobilizar as pessoas para participar da Parada. Desde a primeira edição, segundo os líderes da ABD, foi utilizado um cadastro de clientes da casa noturna, da qual são proprietários, para divulgar o evento. Os organizadores utilizaram telefone celular, e-mail, *sites* e *blogs* destinados ao público LGBT, redes sociais e outros. Na quinta edição, os organizadores mantiveram as tecnologias digitais para divulgar o evento, assim como os meios de comunicação tradicionais: *outdoors*, *releases* para a imprensa, divulgação para entidades parceiras e panfletagem. A cada ano, o número de participantes tem aumentado.

A presença da imprensa no evento também ressalta a visibilidade que o movimento adquiriu, considerando-se a presença de diversos jornalistas para a cobertura da Parada. Durante o evento, a Cohab foi adaptada para uma sala de imprensa, pois os jornalistas utilizaram esse espaço para realizar entrevistas. Também foram entregues aos jornalistas credenciais para acesso ao trio elétrico da ABD.

Síntese interpretativa da observação sistemática

Com base na observação sistemática durante o evento, aplicando-se as categorias propostas para análise, algumas interpretações foram realizadas, a fim de contribuir para responder ao problema de pesquisa proposto, assim como as questões de pesquisa.

O espetáculo em mobilizações, como explica Mafrá (2006), ao proporcionar um estado de contemplação em uma plateia, não denota, necessariamente, a condição de alienação nesse público. Os espectadores da Parada da Diversidade são formados por simpatizantes ou curiosos, que aguardam uma exibição que os surpreenda. Desse modo, o espetáculo, na Parada, vai ao encontro da concepção desse autor, na medida em que, por meio de um cenário extraordinário, promove um estado de contemplação e de prazer, a fim de captar a atenção desses espectadores para conhecer o movimento e, consequentemente, sensibilizá-los para suas lutas.

O público homossexual que, historicamente, tem vivenciado o preconceito e discriminação em virtude de sua orientação sexual, ao protagonizar um espetáculo, tem a oportunidade de apresentar sua identidade aos espectadores. O visual colorido das *drag queens*, a decoração alusiva ao arco-íris e a exibição de coreografias dos dançarinos captam a atenção do público que assiste à Parada. É a partir desse panorama que o movimento poderia enfatizar na argumentação, a fim de evitar que o evento não ficasse restrito à beleza das cores e personagens, mas que pudessem evidenciar que a realização da Parada é uma forma de comunicar que essas pessoas também são cidadãs e lutam pelo direito à dignidade e pelo combate à homofobia.

Com base no modelo de mobilização proposto por Toro e Werneck (2007), no qual se faz necessário despertar nas pessoas a necessidade e o desejo de participar, o movimento da diversidade de Bauru, pautado pela identidade majoritariamente homossexual, convida a todos para participar e integrar o movimento. Portanto, mesmo aqueles que não compartilham da orientação homossexual, mas que simpatizam com a causa ou, ainda, que sofrem algum tipo de exclusão social, são chamados a integrar o grupo. Nesse sentido,

o espetáculo teria essa função, de criar um imaginário e sensibilizar as pessoas, conforme sugerem esses autores.

Os adereços alusivos ao arco-íris, a decoração dos trios elétricos e a presença de *drag queens* e travestis com trajes e maquiagens extravagantes remeteram a esse sentido espetacular. A observação de diversas pessoas que se aproximavam e solicitavam fotografar com esses personagens que se confundiam, nesse contexto, com celebridades, demonstrou essa inversão de papéis. Enquanto no cotidiano esses mesmos trajes podem resultar em estigmatização desse público, durante a Parada esse cenário contribuiu para construir o extraordinário.

No que tange ainda à dimensão espetacular, vale ressaltar a realização de um show ao final da Parada. Mais do que a presença de uma atração para concluir as atividades da semana, a realização de um show constitui também uma estratégia para atrair outros tipos de público, que não necessariamente tenham algum vínculo ou, ainda, simpatia ao movimento. Isso pôde ser evidenciado com a multidão, composta de militantes, casais de heterossexuais e crianças, que prestigiou o grupo “O Teatro Mágico”, conhecido por suas performances lúdicas e teatrais.

A realização do show foi, portanto, uma ação com o propósito de atrair outras pessoas, as quais respeitam o movimento, caso contrário, não compareceriam a um evento organizado por um grupo LGBT. A presença de crianças acompanhadas de adultos reforça essa nossa constatação, pois, ao inseri-las nesse contexto, torna-se evidente a possibilidade de transformação de paradigmas de nossa sociedade e, conseqüentemente, promover um avanço social no combate ao preconceito e à discriminação.

A decoração do palco, alusiva ao movimento da diversidade, para a apresentação do show de encerramento da Parada e da Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, constituiu uma forma de legitimar a supremacia LGBT nesse contexto, ainda que momentânea, já que o movimento demonstra sua capacidade de organização e influência ao receber apoio do poder público e atrair diversas pessoas de orientação heterossexual a esse evento idealiza-

do por homossexuais. As cores do movimento, destacadas no palco, mais que uma decoração, tornaram-se estratégia para comunicar a força do movimento na cidade, e ainda para reforçar, durante todo o tempo, quem são os idealizadores do evento.

Nesse sentido, constatamos que o espetáculo cumpriu seu papel no sentido de construir um cenário espetacular ao público espectador, assim como demonstrou a força do movimento em Bauru por meio do respaldo obtido pelo poder público atual. Embora esse cenário esteja construído em um evento, com data para início e término, essa situação seria inimaginável há alguns anos em Bauru, mas, com a realização das paradas, o movimento vem atraindo mais simpatizantes às causas pelas quais lutam.

No que se refere à dimensão festiva, aplicando os conceitos abordados por Mafera (2006), a festa, visualmente, atingiu a comunhão entre os participantes. Durante o percurso, observamos o divertimento, as danças, que resultaram em momentos de efervescência coletiva e, ainda, a suspensão temporária de determinadas normas sociais. Andar de mãos dadas é um ato que pode ser despercebido pelas pessoas se ocorrer entre heterossexuais, assim como beijos e abraços costumam ser aceitos se não se tratar de homossexuais em espaços públicos. No entanto, durante a Parada da Diversidade, idealizada pelo movimento homossexual, essas ações foram naturalizadas, uma vez que essa minoria tornou-se o público majoritário nesse contexto.

A Parada, sob a ótica festiva, nos levou a constatar que, embora essas pessoas vivenciem uma realidade de exclusão em muitos contextos e que seja necessário reivindicar transformações sociais, o evento lhes proporciona uma supremacia momentânea. Nesse dia, gays, lésbicas, travestis, transexuais e *drag queens* abandonam os espaços homossexuais e veem a Parada como um espaço para festejar em público, protagonizando encenações para uma plateia que os assiste, em um local privilegiado da cidade.

Ainda no cenário festivo, a presença dos dançarinos pôde ser analisada sob óticas distintas. Sua função, ao exhibir coreografias sobre o trio elétrico, ao som da música eletrônica, era incentivar o pú-

blico a dançar, propiciando então a comunhão entre os participantes e o divertimento, compreendidos como fatores intrínsecos à dimensão festiva (Mafra, 2006). No que se refere à vestimenta, quase todos vestiam bermuda colorida e estavam sem camisa. Nesse sentido, esse cenário pode ter sido interpretado pelo público presente como o elenco que compunha o espetáculo e a festa. No entanto, é possível que, para pessoas contrárias ao movimento, esse ato tenha representado a noção de apelo sexual, proporcionando assim resultado inverso ao pretendido. Isso nos remete aos conceitos de Lister (2003), que enfatiza a importância da cidadania sexual como direito que, apesar de abordar questões íntimas, deve ser tratada publicamente, no entanto não se trata de praticá-la publicamente.

Com relação à dimensão argumentativa, a Parada é uma marcha cívica e seu papel é comunicar à sociedade que todos são cidadãos e têm direito à dignidade. Mais que espetáculo e festa, trata-se de uma estratégia para visibilidade às suas lutas pelo combate à homofobia e pela prática efetiva dos mesmos direitos que os demais cidadãos. No entanto, em nossa observação, tornou-se mais visível o envolvimento dos participantes com o espetáculo e a festa, que visualmente promoveram maior impacto, em detrimento das razões que levaram à realização do evento. Muitos dos participantes vieram de outras localidades, em excursões, sem, portanto, possuir vínculo com o movimento, restringindo-se assim em público beneficiado, conforme apontam Henriques, Braga e Mafra (2007).

Não haveria sentido em realizar uma mobilização de tal porte, como é a Parada da Diversidade, se não houvesse a intenção de se pensar em ações para promover um avanço social. Se o objetivo da Parada se restringisse à promoção de visibilidade às lutas do movimento, o evento poderia se restringir a um espetáculo e a uma festa. Diante do exposto nos discursos, nas faixas e nas palavras de ordem, o papel do movimento é ir além: combater o preconceito e a discriminação contra o público homossexual.

Discursar acerca dessa realidade e sobre a necessidade de transformação, como lutar pelo respeito aos homossexuais e pelo combate à homofobia podem ser consideradas ações concretas para a

transformação dessa realidade de estigmatização dessas pessoas, pois se trata de procurar despertar nesse público a importância e a necessidade de participação nas ações permanentes do movimento. Como Toro e Werneck (2007) explicam, é necessário um comprometimento com as ações, o qual possa despertar a noção de responsabilidade com o movimento. Não se trata de reivindicar por um dia, durante a Parada, com a repercussão da visibilidade midiática, mas trata-se de uma ação que deve sensibilizar pessoas para efetivamente participarem nas lutas do movimento.

Outro fator que obteve relevância no evento foi o discurso eleitoral do candidato Markinho, que apresentou dois sentidos distintos. Inicialmente, ao observar o número de bandeiras de campanhas e a distribuição de santinhos do candidato, assim como a ênfase nos discursos de abertura para não votar em candidatos homofóbicos, nos pareceu que houve um desvio dos propósitos do evento. A Parada, sob essa ótica, nesta edição, pareceu tornar-se palco para uma campanha eleitoral, competindo com a argumentação que deveria enfatizar as lutas do movimento.

Por outro lado, a presença de um representante do movimento homossexual na Câmara de Vereadores de Bauru seria importante para as lutas do grupo, principalmente pelo trabalho que vem realizando como militante. Dessa forma, o discurso eleitoral se constituiu em uma possibilidade de modificação da situação de exclusão desse público. A campanha, nesse sentido, não configurou desvio dos objetivos do evento, uma vez que os discursos procuraram sensibilizar o público para eleger um representante para trabalhar, principalmente, nas causas dos homossexuais. Vale ressaltar também os propósitos das paradas, como “vitrine e espaço de visibilidade para futuros candidatos GLS a cargos políticos previamente apoiados pelos grupos locais do movimento homossexual e comprometidos com suas bandeiras de luta”, conforme explica Mott (2004, s.p.).

Sob a ótica argumentativa, ainda, as “palavras de ordem” são importantes para ressaltar os objetivos do movimento. Porém, observamos que houve um subaproveitamento de seus propósitos. A concentração, prevista para acontecer às 13 horas, não apresentou

nenhum diferencial, como estava previsto, exceto pela música eletrônica e o clima festivo que se instaurava no local. A concentração seria uma importante oportunidade para mobilizar os participantes, considerando-se que muitas pessoas presentes não possuíam vínculo com o movimento, assim como não eram da cidade de Bauru, permitindo-nos inferir que a identidade era o único fator que uniu essas pessoas. Nesse momento, as palavras de ordem poderiam ter sido explanadas para que, durante a mobilização, as propostas do evento pudessem ser compreendidas e enfatizadas por todos.

As palavras de ordem fizeram menção a outros grupos da diversidade, como mulheres e negros. É de grande importância um trabalho com esses grupos, se considerarmos que o movimento da diversidade engloba outras minorias. No entanto, o evento tem ficado restrito ao público homossexual, que assumiu sua organização junto ao Conselho da Diversidade Sexual. Os homossexuais formam majoritariamente o público que comparece e participa do evento, levando-nos a concluir que os demais grupos são mencionados simbolicamente, quando se refere à nomenclatura “Parada da Diversidade”.

A presença da imprensa reflete a importância que o movimento adquiriu. Retomando os conceitos abordados por Hohlfeldt (2010), os meios de comunicação, em virtude de seu poder de disseminar informações, podem influenciar o público nas discussões de alguns temas que, de outra forma, poderiam não chegar ao seu conhecimento. E, ainda, com base na visão de Toro e Werneck (2007), segundo a qual os movimentos sociais buscam visibilidade, compreendemos que a presença da mídia contribui para a legitimidade, disseminação e difusão de suas lutas na sociedade.

Esse cenário pôde ser entendido como um fator que elucida a possibilidade de modificação de uma situação denunciada, uma vez que os meios de comunicação amplificam as ações do movimento, como a Parada da Diversidade. Não se trata, porém, de entender os meios de comunicação como elementos suficientemente influentes para determinar a formação de opiniões acerca da mobilização. Os meios são fundamentais para disseminar a existência do grupo, o

evento, as lutas pelas quais se estabelece o movimento, construindo, assim, a agenda do público e, conseqüentemente, promovem visibilidade do movimento homossexual da cidade.

Outro fator importante para análise foram as demonstrações públicas de afeto, já enquadradas como características da dimensão festiva da Parada. Os beijos, abraços, carícias e mãos dadas, que foram observados no evento, são culturalmente aceitos entre casais heterossexuais e ainda têm sido repudiados no contexto homossexual. Porém, esses atos podem ainda se sobrepor à festa, refletindo, portanto, a dimensão argumentativa do evento. Esses gestos expressam o que essas pessoas desejam: liberdade equiparada à dos heterossexuais para conviver publicamente com seus parceiros.

A última categoria proposta para análise do evento, a organização, nos pareceu visualmente eficaz, já que não observamos nenhum imprevisto. Alguns dos líderes do movimento, como empresários de casas noturnas na cidade, possuem ampla experiência na organização de festas. Ressaltamos alguns pontos: a vivência desses líderes na organização de festas contribui para que haja um planejamento eficaz do evento; o respaldo do poder público ao movimento resulta no apoio de outros órgãos municipais, como secretarias, a Emdurb, o DAE e outros; o caráter festivo, inerente às paradas gays, resultou, portanto, em uma festa ao ar livre com música eletrônica e a participação massiva do público.

Faz-se necessário, porém, algumas ponderações. A crítica ao livre comércio de bebidas alcoólicas durante o evento não se trata de uma discussão de ordem moral, mas uma questão de saúde pública. As pessoas não podem, realmente, ser impedidas de consumir bebidas alcoólicas, haja vista os restaurantes próximos ao evento, com autorização para a venda desses produtos. No entanto, a ausência de controle dessas bebidas poderia implicar consequências negativas ao público e ao evento, uma vez que não se averiguou sua procedência, manuseio e composição.

A Parada encerra as atividades da Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, que está prevista na lei municipal 5.972 de 27/9/10, a qual prevê sua realização pelo Poder Executivo Muni-

cipal, através da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, em parceria com outros órgãos governamentais e não governamentais. Por isso, a fiscalização desse comércio de bebidas, realizada por meio de órgãos municipais, poderia diminuir o risco de eventuais transtornos no evento, que poderiam comprometer os objetivos propostos e, consequentemente, sua imagem.

Esses pontos abordados sobre a organização do evento são fundamentais durante o planejamento e costumam ser percebidos, geralmente, apenas se houver alguma intercorrência visível ao público. Como o evento acontece em um momento único, como lembra Meirelles (1999, 2003), qualquer falha pode comprometer os resultados. A Parada transcorreu em um clima de festa, sem imprevistos aparentes, mas é importante a ABD fazer uma avaliação no pós-evento para que problemas pontuais possam ser sanados nas próximas edições.

Um evento com esse propósito, que requer a soma de esforços para ser concretizado e que tem reunido um número expressivo de participantes, deve enfatizar seus propósitos junto ao público participante, como no momento previsto para a concentração, que reúne homossexuais sem vínculo com o movimento. É preciso inicialmente mobilizar os próprios homossexuais, para que compreendam que, apesar do caráter festivo do evento, trata-se de uma mobilização para reivindicar direitos. Como explicam Toro e Werneck (2007), é necessário despertar o desejo de participar de forma corresponsável. Embora o evento tenha apresentado um espetáculo e proporcionado diversão, seria importante que o movimento obtivesse êxito na argumentação junto ao público, despertando-lhes o comprometimento com as lutas permanentes no combate ao preconceito e à discriminação.

A organização da Parada demonstrou que houve um planejamento eficaz a partir dos pontos observados, mesmo sem o caráter profissional dos voluntários que executaram a logística do evento. Como o movimento espera obter o apoio de pessoas não homossexuais para suas lutas, considerando que ainda há resistência de muitas pessoas com relação aos homossexuais, a Parada é uma forma do movimento se apresentar ao público. Por isso, para atingir o que se propõe, é importante que, durante o planejamento, estratégias sejam

definidas para que o público não participante não tenha uma visão do movimento restrita à diversão de uma festa e à beleza de um espetáculo, mas aos argumentos que leva esse público a se mobilizar para buscar um avanço social.

Por meio da observação, procuramos identificar os aspectos salientados a partir das dimensões de um evento de mobilização, para que então fossem identificadas as representações que a Parada da Diversidade de Bauru constrói sobre o movimento. Os resultados demonstram o respaldo do movimento pelo Poder Público que participa ativamente do processo, tendo em vista o apoio recebido pelos órgãos municipais. No entanto, o comprometimento com as lutas do movimento da diversidade não é praticado por muitos dos participantes, que não têm vínculo com a ABD ou que são de outras localidades.

É importante que o reconhecimento do movimento da diversidade de Bauru não se restrinja à qualidade da organização de festas e espetáculos. Essas duas dimensões devem captar a atenção do público para as causas reivindicadas. Antecedendo essa etapa, é fundamental que os próprios organizadores potencializem as estratégias para enfatizar a argumentação na Parada, como a ênfase durante a concentração para as palavras de ordem e os objetivos do evento.

Retomando a visão de Toro e Werneck (2007), que ressaltam a visibilidade como um elemento essencial às mobilizações, no âmbito da Parada da Diversidade de Bauru, o espetáculo e a festa atingiram esse objetivo. Essas dimensões contribuem para a legitimidade do movimento na cidade, pois reúne milhares de pessoas que celebram a diversidade sexual, assim como reúne simpatizantes do movimento e curiosos. Por meio da cobertura jornalística, essa visibilidade é amplificada, contribuindo para pautar a agenda do público e também há um “reforço” da legitimidade, por causa do status conferido pelos meios aos acontecimentos.

Por outro lado, o reconhecimento se sobrepõe à visibilidade almejada pelo movimento, por isso, é essencial que um evento de mobilização atinja a dimensão argumentativa. Tratando-se da Parada da Diversidade, a visibilidade vem sendo atingida desde a primeira edição, pelas dimensões espetacular e festiva. Contudo, para que a

Parada contribua para o reconhecimento das lutas do movimento, a argumentação deveria ser mais enfatizada durante todo o evento.

Em nossa análise, tornou-se evidente que, visualmente, a participação na Parada ganhou ênfase na diversão e na exibição de um cenário extraordinário. Esse impacto pode ser o resultado do tempo de exibição das ações enquadradas em cada uma das categorias. O espetáculo e a festa foram elementos evidentes durante toda a Parada, ou seja, as cores, a música, o público na avenida permaneceram aos olhos dos observadores todo o tempo que aconteceu o evento. As faixas que mencionavam as lutas do movimento não obtiveram relevância, já que estavam afixadas nos trios, disputando espaço com a decoração. Os discursos e as entrevistas para a imprensa aconteceram em um determinado momento, enquanto o público aguardava o início da Parada. As palavras de ordem, sem uma argumentação sobre sua função durante a concentração, em nossa compreensão, não foram suficientes para sensibilizar os participantes.

É importante retomar a abordagem de Jesus e Galinkin (2007) no que se refere às suas concepções sobre as paradas. Esses autores explicam que se trata de passeatas reivindicatórias por direitos iguais, caracterizadas por movimentação em desfile, e por seu modo festivo de se apresentar. Compreendemos, a partir dessa definição, que o movimento homossexual possui características peculiares que o distinguem de diversos outros grupos. O evento, chamado de “parada do orgulho gay”, em diversas localidades, remete ao orgulho de ser e de assumir publicamente a homossexualidade, por isso apresenta o caráter festivo, ao proporcionar o divertimento, e espetáculo, com a exibição das cores que ressaltam sua identidade.

Mas é fundamental que o sentido da realização da Parada seja explicitado e compreendido pelos participantes e pelos espectadores, para que o evento não se torne apenas uma “festa gay”. Não se pode precisar a compreensão do público acerca da dimensão argumentativa; visualmente, pareceu-nos que o espetáculo e a festa estiveram sobrepostos à argumentação, uma vez que as cores e a diversão foram notados imediatamente durante a observação. A comercialização de bebidas alcoólicas durante a marcha e a orientação

da mestre de cerimônias, a *drag queen* Rubya, para que as pessoas se comportassem e que não deveriam se despir durante o evento, demonstraram o sentido de uma festa, aplicando os conceitos de Mafra (2006) e Amaral (2001).

Os discursos dos líderes e autoridades, as faixas e as palavras de ordem evidenciaram a realidade desse público e a importância de suas lutas, assim como as entrevistas concedidas à imprensa presente foram importantes para amplificar os propósitos do movimento. A argumentação, porém, poderia ter sido ressaltada ainda, durante a concentração, por meio de uma sensibilização aos participantes, através da prática da comunicação mobilizadora (Peruzzo, 2009). Seria importante motivá-los a participar efetivamente das lutas do movimento, compreendendo o seu papel enquanto público sujeito e beneficiário.

É fundamental, antes de se buscar mobilizar uma sociedade, que os próprios homossexuais estejam mobilizados e compreendam os propósitos do grupo. É importante a compreensão de que uma festa realizada anualmente pode configurar o sentido de que se trata de um público integrado ao movimento, haja vista o número crescente de participantes da Parada. No entanto, a Parada da Diversidade, compreendida enquanto festa, seria insuficiente para promover algum avanço social. As pessoas devem estar dispostas a reivindicar e se envolver efetivamente para a promoção dos direitos da cidadania. E, por fim, é necessário que o impacto visual provocado pelas dimensões espetacular e festiva seja amplificado aos argumentos do movimento, tornando-os nítidos durante a Parada.

Análise das matérias jornalísticas impressas

A análise das matérias jornalísticas impressas teve como objetivo identificar como o maior evento de mobilização social, a Parada da Diversidade de Bauru, é representado pelos dois jornais impressos da cidade, o Jornal da Cidade (JC) e o Jornal Bom Dia, que constam nos Anexos A e B. Com base nas categorias estabelecidas

para análise e – espetáculo, festa, argumentação e organização os resultados foram examinados para averiguar quais as representações midiáticas elaboradas pelas matérias jornalísticas impressas.

Foram observadas na cobertura jornalística expressões, frases ou palavras identificadas com cada uma dessas categorias, que revelem quais as representações midiáticas instauradas a partir da construção textual. As matérias analisadas se restringem ao dia 27 de agosto, data subsequente à realização do evento, no espaço destinado à cobertura da Parada.

Jornal da Cidade

Observamos, no Jornal da Cidade, três espaços distintos para tratar da Parada da Diversidade: a Capa, a coluna Entrelinhas, na página 2, e a matéria informativa no caderno “Geral”, na página 7.

Com ênfase no tema do evento e o recorde de público, o título da capa “Diversidade defende emprego e a Parada bate novo recorde”, anunciava os aspectos que seriam salientados nessa edição. A imagem de capa destacou a multidão que compareceu ao local, com o número de participantes divergindo entre a Polícia Militar, que estimou 40 mil, e a organização, que mencionou cerca de 60 mil pessoas, de acordo com o texto. A figura, que mostra a caminhada entre os trios elétricos, elucida o caráter festivo, uma vez que as pessoas participam juntas, no mesmo sentido, parecendo abstrair, portanto, as diferenças entre elas.

Coluna “Entrelinhas”

Dos três assuntos abordados, o primeiro tratou das campanhas políticas promovidas durante o evento, chamado de “festa” pelo JC. Em seguida, a coluna tratou do empréstimo da sede da Cohab, que manteve as portas abertas no domingo, servindo como um espaço de apoio ao evento. Houve menção à instalação de banheiros públicos no estacionamento, assim como a entrada e saída de pessoas desse local climatizado, durante todo o dia, como os organizadores do evento, alguns políticos e os dançarinos do trio elétrico. O terceiro assunto

abordou a ausência de Elson Reis, secretário da Cultura, que era esperado para participar da abertura da Parada e não compareceu.

O Quadro 4 apresenta as expressões e frases nos textos da coluna Entrelinhas, de acordo com as categorias propostas para análise. Os destaques do jornal a determinados fatores são importantes para analisarmos as representações construídas sobre a Parada da Diversidade.

Quadro 2 – Dimensões e Expressões relativas à Parada da Diversidade na coluna “Entrelinhas”

DIMENSÕES	EXPRESSÕES
Espetáculo	“Acolhia belos gogo boys”
	“Passou por lá a vice-prefeita Estela Almagro, vestida com as cores da diversidade”
Festa	“Outros candidatos como Batata (PT) e Telma Gobbi (PMDB) acompanharam a festa”
Argumentação	(Não foi identificada nenhuma expressão nessa dimensão)
Organização	“As primeiras bandeiras dessa campanha eleitoral finalmente apareceram ontem, durante a Parada da Diversidade. Estampavam o nome do candidato a vereador Markinhos Souza (PMDB), da ABD”
	“Ele, inclusive, cantou o Hino Nacional em meio aos participantes”
	“Não subiu no carro de som”
	“A Cohab tornou-se ontem ‘QG’ da diversidade. Enquanto a população se reunia em torno dos caminhões de som, organizadores entravam e saíam da companhia que, com ar-condicionado ligado, acolhia belos gogo boys”

	"A Cohab ainda teve outra serventia. Cerca de dez banheiros públicos foram instalados no espaço destinado ao estacionamento de veículos"
	"Quem foi esperado para abrir a Parada da Diversidade, mas não deu o ar da graça, foi o secretário municipal de Cultura, Elson Reis"

Fonte: Entrelinhas, 2012.

Espetáculo

O caráter espetacular foi observado pela menção às cores da diversidade e aos "belos *gogo boys*". Esses fatores demonstraram o cenário extraordinário construído na avenida Nações Unidas, remetendo ao traje da vice-prefeita, com as cores do movimento homossexual. Outro fator que demonstrou a dimensão espetacular da Parada foram os dançarinos, chamados pelo jornal "*gogo boys*", que integravam o elenco que compunha o evento, e que tiveram acesso livre ao DAE, espaço utilizado pelos organizadores do evento, de acordo com o texto.

Festa

A dimensão festiva da Parada não obteve relevância nos textos analisados. A menção feita à festa restringiu-se à presença de alguns candidatos ao cargo de vereador, que acompanharam a festa, do alto do carro de som. O termo utilizado para se referir ao evento é outro fator que evidencia o caráter festivo do evento. A Parada foi chamada de "festa".

Organização

A ênfase na referida coluna pôde ser observada nos aspectos que se referem à organização do evento, ou seja, que foram praticados a partir do planejamento desenvolvido pelos organizadores do evento. Foram mencionados: a campanha eleitoral de Markinho Souza, sua permanência junto ao público durante o evento, a utilização da

Cohab pelos líderes do movimento, a utilização do estacionamento da Cohab para alocar os banheiros químicos que foram utilizados pelo público e, ainda, como acontecimento imprevisto, a ausência do Secretário Municipal de Cultura, que era aguardado para abrir a Parada, conforme apontou o jornal.

O Quadro 5 elenca expressões e os termos utilizados no texto para referência à Parada da Diversidade. A utilização dessas expressões é importante para a definição do acontecimento.

Quadro 3 – Expressões para definir a Parada da Diversidade na coluna “Entrelinhas”

EXPRESSÕES	VOZES/FREQÜÊNCIA
“Parada da Diversidade”	Redação (2)
“Festa”	Redação (1)
“Parada”	Redação (1)
“Evento”	Redação (1)

Fonte: Entrelinhas, 2012.

Na maioria das vezes, a Parada da Diversidade foi mencionada pelo próprio nome, além de “Parada” e “evento”, totalizando quatro vezes. Um termo utilizado para referência ao evento foi “festa”, definindo, assim, a Parada para o colunista. Não houve nos textos dessa coluna nenhuma expressão ou sinônimo que remetesse à dimensão argumentativa do evento, que pudesse, portanto, demonstrar os propósitos do movimento por meio da Parada.

Caderno “Geral”

O Caderno “Geral” trouxe na página 7 a cobertura jornalística da 5ª Parada da Diversidade de Bauru. Sob o título “Diversidade tem recorde de público”, a cobertura chama a atenção para o número de participantes do evento. No primeiro parágrafo, a reportagem aponta para as cores na avenida, o público recorde, o tema do evento, quem são essas pessoas presentes e por que compareceram à Parada.

Vale ressaltar que as razões que levaram às pessoas ao evento, segundo o Jornal, resumem-se a “celebrar a riqueza das várias formas de ser e pensar da sociedade” (JC, p.7).

A cobertura descreveu a sequência de ações e atrações que transcorreram durante o evento: a música eletrônica, o cerimonial de abertura que inaugurou a bandeira, símbolo do movimento, as demonstrações de afeto, a caminhada até o Parque Vitória Régia e o show de encerramento com participação de diversas atrações que antecederam o grupo musical “O Teatro Mágico”, que finalizou o calendário oficial do aniversário de Bauru. O recorde de participantes foi novamente evidenciado com a menção da origem dos participantes, vindos de mais de dez cidades da região e de outros Estados, como Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.

Os objetivos do evento puderam ser observados, inicialmente, nas palavras do presidente interino da ABD, Rick Ferreira. Em entrevista ao JC, Rick explicou que, quando o movimento começou, Bauru era uma cidade conservadora, mas, atualmente, realiza o segundo maior evento do Estado, além de ser a única cidade a realizar uma semana de combate ao preconceito e à discriminação. Ele afirmou, ainda, que as pessoas participam por estarem sensíveis à causa.

Outro fator que destacou os objetivos do evento foi a entrevista com Rubya Bittencourt, mestre de cerimônias e intitulada “madrinha da diversidade”. O jornal publicou um breve resgate da trajetória de Rubya, como proprietária da primeira casa noturna destinada ao público gay em Bauru. Ela explicou que comemorou o sucesso do evento e lembrou que esse público está inserido em diversas esferas sociais. O texto ainda abordou a argumentação do evento com o depoimento de outra *drag queen*, que ressaltou a importância da aproximação dos homossexuais com a sociedade.

Questionadas pelo Jornal, algumas espectadoras explicaram as razões que as levaram à Parada, dentre as quais estavam a curiosidade e o respeito à diversidade. Uma mãe que levou a filha pequena disse que seu propósito era ensinar a filha a respeitar as diferenças entre as pessoas. As *drag queens* foram fotografadas com essa criança, que, em virtude do visual colorido, pensou que se tratava de bailarinas.

Nas imagens contidas na reportagem, a ênfase se restringiu à multidão e ao visual colorido, tendo sido mencionada uma família com uma criança de colo. As cores alusivas ao arco-íris obtiveram destaque com a menção ao seu símbolo de maior expressão: a bandeira. Trazida como uma novidade à Parada, a bandeira de 20 metros aberta sobre o público também foi registrada pelo Jornal, assim como uma *drag queen* foi fotografada do alto do trio elétrico da ABD.

Embora na capa e no primeiro parágrafo da matéria o JC aponte para o tema do evento, essa discussão não foi encontrada na cobertura do Jornal. O tema “A empregabilidade gera cidadania” esteve restrito a esses espaços, apesar de ser um dos argumentos do movimento ao alertar sobre a importância de oferecer oportunidades de trabalho aos homossexuais, como forma de inserção social e promoção da cidadania.

O Quadro 4 apresenta os elementos textuais observados na matéria jornalística sobre a Parada da Diversidade, pelo JC, identificados pelas categorias de análise propostas para este estudo. Essas categorias contribuem para identificar os vieses implícitos na cobertura do evento pelo Jornal a partir das dimensões espetacular, festiva, argumentativa e de organização. Essa análise refere-se à reportagem da página 7.

Quadro 4 – Dimensões e Expressões relativas à Parada da Diversidade no caderno “Geral”

DIMENSÕES	EXPRESSÕES
Espetáculo	“Cores do arco-íris”
	“Acompanhou empolgada toda a movimentação de pessoas”
	“Ficou maravilhada”
	“Cores e brilhos das roupas que as drag queens vestiam”
	“Fez questão de tirar foto ao lado de algumas delas”
	“Roupa imponente e colorida”

	"Performances mais animadas"
	"Atrações programadas para a noite"
	"Imitaram coreografias e dublaram músicas"
	"Show com a cover oficial da cantora Beyoncé"
	"Teatro Mágico – conhecido pelas letras poéticas e apresentações performáticas – subiu ao palco"
Festa	"Crianças, idosos, casais hetero e homoafetivos, grupos de amigos e famílias inteiras se reuniram para celebrar a riqueza das várias formas de ser e pensar da sociedade"
	"Embalada pela música eletrônica que ecoava dos trios elétricos"
	"Execução do Hino Nacional e abertura da bandeira símbolo do movimento LGBT"
	"Passos de dança, demonstrações de afeto e uma leve caminhada"
	"Levou a filha Pietra, de 2 anos, para brincar"
	"Produzida para a festa"
	"Animou o público"
Argumentação	"Regida pelo tema: Empregabilidade gera cidadania"
	"Mostrar que não somos monstros ou pessoas anormais"
	"Esta aproximação com a sociedade é uma forma importante de combater o preconceito e lutar por igualdade"

	"Demonstra o quanto esse público ocupa, hoje, espaço em várias esferas sociais"
	"Ainda temos por que lutar e continuaremos lutando"
Organização	Não foi identificada nenhuma expressão nessa dimensão.

Fonte: Moraes, 2012.

Espetáculo

O caráter espetacular pôde ser observado por meio de expressões, palavras e frases utilizadas para a construção textual que remeteram ao sentido de um cenário diferente composto por personagens que se apresentaram à plateia presente. Como se vê no Quadro 6, as expressões utilizadas que caracterizam a dimensão espetacular, no que se refere à construção de um contexto extraordinário, foram: "cores do arco-íris; cores e brilhos das roupas que as *drag queens* vestiam; roupa imponente e colorida; performances mais animadas; atrações programadas para a noite; imitaram coreografias e dublaram músicas; show com a cover oficial da cantora Beyoncé; O Teatro Mágico – conhecido pelas letras poéticas e apresentações performáticas – subiu ao palco". O sentido de apresentações, coreografias e palco, mencionados na matéria, também evidenciam essa dimensão espetacular, uma vez que se pressupõe a exibição artística para um público espectador.

A manifestação do público, como audiência para o espetáculo, também foi reportada pela matéria do JC: "acompanhou empolgada toda a movimentação de pessoas; ficou maravilhada; fez questão de tirar foto ao lado de algumas delas". Vale ponderar sobre as expressões utilizadas para representar o comportamento do público durante o evento. Nesse sentido, a dimensão espetacular foi percebida nos elementos textuais que se referem, sobretudo, às cores presentes nas roupas das *drag queens*, à bandeira do arco-íris, símbolo do movimento, às performances, ao sentido de celebridade atribuído às *drag*

queens, com suas cores que atraíram a atenção de crianças que quiseram ser fotografadas ao seu lado. Também foram mencionadas as apresentações que antecederam o show de encerramento e o próprio grupo O Teatro Mágico, que se caracteriza por apresentações lúdicas.

Festa

O Quadro 4 permite constatar que a dimensão festiva também obteve relevância na cobertura jornalística. Como Mafrá (2006) explica, a festa é um momento em que a vida regrada do cotidiano é substituída por momentos de efervescência, que propiciam a comunhão entre o público, por meio da participação. Identificamos na matéria alguns elementos textuais que sugerem a interpretação do evento como uma festa: “Crianças, idosos, casais hetero e homoafetivos, grupos de amigos e famílias inteiras se reuniram para celebrar a riqueza das várias formas de ser e pensar da sociedade; embalada pela música eletrônica que ecoava dos trios elétricos; passos de dança, demonstrações de afeto e uma leve caminhada; levou a filha Pietra, de 2 anos, para brincar; produzida para a festa; animou o público”.

A construção da cerimônia é outro elemento que determina a dimensão festiva de uma mobilização. Dois fatores foram descritos pelo JC, que elucidam a realização da cerimônia: a execução do Hino Nacional e a abertura da bandeira LGBT, de aproximadamente 20 metros.

Argumentação

Na matéria jornalística analisada, a argumentação do evento não foi muito elaborada. O depoimento das pessoas sobre a Parada trazido pelo JC não ressaltava as razões que levam as pessoas à mobilização. Entretanto, cinco elementos textuais foram identificados na categoria argumentação. Um depoimento destacou a importância de “mostrar que não somos monstros ou pessoas anormais”. Outros dois enfatizaram a aproximação da sociedade.

A dimensão argumentativa foi observada ainda, conforme mostra o Quadro 6, através dos depoimentos que mencionaram: “esta aproximação com a sociedade é uma forma importante de combater

o preconceito e lutar por igualdade; demonstra o quanto esse público ocupa, hoje, espaço em várias esferas sociais; ainda temos por que lutar; e continuaremos lutando”. Embora a prática efetiva de proposição de soluções esteja vinculada ao compromisso com o movimento e suas ações, em uma participação corresponsável, o JC abordou o tema desta edição do evento, “a empregabilidade gera cidadania”.

É importante ressaltar também as expressões ou termos utilizados para se referir à Parada da Diversidade de Bauru e a frequência com que apareceram na matéria do JC. Assim, identificamos o sentido atribuído ao evento pelo Jornal e, ainda, pelas pessoas entrevistadas, conforme pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Expressões para definir a Parada da Diversidade no caderno “Geral”

EXPRESSÕES	VOZES/FREQÜÊNCIA
“Diversidade”	Redação (1)
“5ª Parada da Diversidade”	Redação (2)
“Marcha”	Redação (4)
“Festa”	Redação (2) Rick Ferreira (1)
“Parada”	Redação (4) Rick Ferreira (1)
“Movimentação de pessoas”	Redação (1)
“Esse tipo de coisa”	Aposentada (1)
“Ato contra o preconceito”	Redação (1)
“Parada bauruense”	Redação (1)
“Evento”	Redação (1)

Fonte: Moraes, 2012.

Apesar de a cobertura jornalística ter focado principalmente a sequência de ações ocorridas durante o evento, o número recorde de participantes, e não ter apresentado discussão sobre os temas que remetem aos propósitos do movimento, as denominações utilizadas para definir menção à Parada nos chamou a atenção. Por nove vezes,

foram utilizadas variações do próprio nome do evento: “Diversidade; 5ª Parada da Diversidade; Parada; e Parada bauruense”, sendo uma delas expressa por um dos organizadores. O termo “marcha” foi mencionado pelo Jornal por quatro vezes, sendo o vocábulo que mais se repetiu na matéria. “Ato contra o preconceito” foi encontrado uma vez. Uma espectadora utilizou a expressão “esse tipo de coisa” para se referir ao evento, que só conhecia pela televisão.

A expressão “festa” também foi usada pelo jornal, mas para enfatizar o sentido de diversão, ao referir-se à criança que se produziu para brincar e à *drag queen*, que esbanjou energia. Rick Ferreira se referiu à festa para lembrar que esse não é o único sentido da Parada.

Jornal Bom Dia

O Jornal Bom Dia também publicou na capa uma imagem da Parada da Diversidade e trouxe a cobertura do evento na coluna “Destaque”, nas páginas 2 e 3. Intitulada “Parada Gay faz edição mais política”, a matéria traz um enfoque mais crítico no que se refere à dimensão argumentativa do evento. Por outro lado, o jornal, por meio das expressões utilizadas, evidencia sua interpretação sobre o sentido do evento. Na coluna “Nossa opinião”, o texto enfatiza os objetivos do movimento e, por meio de uma breve retomada histórica do grupo em Bauru, promove uma reflexão acerca de suas lutas. A coluna “Camila” destaca personagens que integraram o público na avenida.

Coluna “Destaque”

A matéria do Bom Dia, na coluna “Destaque”, abordou as quatro categorias propostas para esse trabalho, tendo evidenciado, em nossa concepção, a dimensão argumentativa do evento por meio de expressões, frases e termos utilizados e pelo sentido produzido pela abordagem dos textos. A organização também obteve destaque na cobertura jornalística na medida em que enfatizou a campanha eleitoral de candidatos que utilizaram o evento para a promoção das candidaturas, como Markinho Souza, um dos fundadores do mo-

vimento. No entanto, outras dimensões foram identificadas nessa cobertura, conforme consta no Quadro 6:

Quadro 6 – Dimensões e Expressões relativas à Parada da Diversidade na coluna “Destaque”

DIMENSÕES	EXPRESSÕES
Espetáculo	“Carro abre-alas”
	“Desfilaram pela avenida”
	“Show do Teatro Mágico”
	“Bom humor da drag queen Rubya Bittencourt”
	“Brincou com os políticos presentes, com as caravanas de outras cidades e até com o piloto do helicóptero da PM”
Festa	“Consolidada como uma das maiores festas de Bauru”
	“Dançaram atrás do trio elétrico”
	“Ele dançou, deu tchauzinhos e mandou beijos para o público”
	“Incentivava todos a dançar”
	“Música alta e dançante”
	“Segundo Darlene Tendolo, a parada de Bauru é a segunda do Estado. A informação é que só perde em números de participantes para a de São Paulo”
Argumentação	“O tema da parada foi a empregabilidade como geradora de cidadania”
	“Críticas à homofobia, machismo e racismo”
	“Faixas estendidas nos trios elétricos pediam para a população dizer não aos políticos preconceituosos”
	“Camisetas pregando o voto contra a homofobia”
	“Recados sobre as leis que protegem gays, mulheres, negros e idosos”

	"Esse casal é corajoso, enfrentou todas as barreiras"
	"Esse negócio de preconceito não está com nada" (participante)
	"Campanha que faz para conseguir adaptar o carro da mãe"
	"A acessibilidade é um dos assuntos defendidos pela Associação Bauru pela Diversidade"
	"As pessoas podem e devem amar e se unir com quem decidirem!"
Organização	"Parada Gay faz edição mais política"
	"Houve também farta distribuição de santinhos do candidato ao lado do prefeito Rodrigo Agostinho que disputa a reeleição"
	"Uma placa com a foto de Markinho foi estrategicamente instalada no meio do percurso"

Fonte: Camargo, 2012

Espetáculo

A Parada da Diversidade teve um enfoque espetacular, com base nos conceitos de Mafra (2006), quando apresentou a noção de um desfile para uma plateia espectadora. A entrada do chamado "carro abre-alas" remete ainda a um desfile de carnaval, nesse caso, com as celebridades que desfilaram pela avenida Nações Unidas. O show de encerramento, com o grupo Teatro Mágico, é outra forma de compreender a presença do público como audiência, enquanto assiste a um espetáculo. A menção ao bom humor de Rubya, *drag queen* que conduziu a Parada do alto do principal trio elétrico, ressalta também a Parada como um espetáculo, uma vez que a mestre de cerimônias deu o tom do evento, de maneira lúdica, como uma apresentação de comédia, com o seu clássico bom humor, ao brincar com o público e com o piloto do helicóptero da Polícia Militar.

Festa

A participação, assim como a diversão, demonstram o caráter festivo da Parada. Como explica Amaral (2001), a festa promove a efervescência coletiva, abstraindo, momentaneamente, noções de hierarquia e admitindo a suspensão de algumas normas sociais. Essa concepção foi salientada, na cobertura do Bom Dia, com a menção à presença do prefeito Rodrigo Agostinho, sobre o trio elétrico, ao suprimir as normas do cerimonial público, por meio de atitudes que o aproximavam do público, ao dançar ao lado de sua namorada, saudar as pessoas, mandando-lhes beijos e as incentivando a dançar, ao som da música alta e dançante, características de uma dimensão festiva. Além do prefeito, outras autoridades presentes foram citadas: a vice-prefeita, Estela Almagro, a secretária do Bem-Estar Social, Darlene Tendolo, e outros candidatos ao cargo de vereador.

Outro fator que estabeleceu a dimensão festiva do evento, por meio do texto, foi a concepção do jornal sobre a Parada como uma das maiores festas de Bauru. Outros pontos destacam o evento como uma festa: a referência a pessoas que dançavam atrás dos trios elétricos e o destaque no número de participantes, por Darlene Tendolo, que eleva a Parada de Bauru à segunda maior do Estado.

Argumentação

O tema da 5ª Parada foi trazido pelo texto, mas não houve, nesse espaço, nenhuma discussão sobre a importância e a necessidade da empregabilidade para a inclusão social da diversidade. No entanto, a matéria abordou a luta do movimento contra a homofobia, machismo e racismo, preconceitos que atingem outras minorias. As “palavras de ordem” foram mencionadas, assim como o discurso de abertura, uma faixa e camisetas usadas por militantes que pediam à população para não votar em políticos preconceituosos. O texto destacou, ainda, o discurso da secretária do Bem-Estar Social, a qual defendeu que as pessoas têm o direito de amar e se unir com quem decidirem.

O texto destacou, também, a presença e o resumo da história do primeiro casal homossexual que se casou em Bauru, modelo de

referência para outros casais homoafetivos na cidade, cujo processo judicial foi entregue para compor o acervo do Museu Histórico Municipal. A presença de famílias heterossexuais também foi mencionada, incluindo-se a presença de um jovem cadeirante que luta para conseguir adaptar o carro da mãe.

Organização

A organização do evento não foi relatada diretamente na matéria. No entanto, a ausência de menção a imprevistos como falhas estruturais e ocorrências policiais são indícios de que o planejamento foi considerado eficaz, ou seja, nenhum problema que se refere à organização do evento foi evidenciado.

Um dos aspectos apontados que podem se relacionar à organização foi a campanha política realizada por alguns candidatos durante a Parada. Em ano eleitoral, a Parada foi utilizada como um espaço para promover visibilidade dos candidatos, em detrimento aos propósitos do movimento social. Markinho Souza, um dos idealizadores do movimento, não discursou e se manteve junto ao público durante a Parada. Além disso, o texto salientou a presença dos cabos eleitorais que levaram bandeiras com o nome e número de Markinho junto à multidão na avenida, além de uma placa com sua foto instalada em ponto considerado estratégico pelo jornal, e, ainda, a distribuição de santinhos do candidato ao lado do prefeito, que também concorria à reeleição.

Observamos também as expressões usadas para definir a Parada e pudemos identificar alguns vieses implícitos que demonstram outros sentidos do evento atribuídos pelo Jornal. O Quadro 7 apresenta os vocábulos utilizados pela matéria para fazer referência à Parada da Diversidade.

Quadro 7 – Expressões para definir a Parada da Diversidade na coluna “Destaque”

EXPRESSÕES	VOZES/FREQÜÊNCIA
“Parada Gay”	Redação (1)

"Festa"	Redação (6)
"Evento"	Redação (2)
"5ª Parada da Diversidade"	Redação (1)
"5ª Parada da Diversidade de Bauru"	Redação (1)
"Parada da Diversidade de Bauru"	Redação (1)
"Parada"	Redação (3)
"Festão"	Redação (1)
"Ferveção"	Redação (1)

Fonte: Camargo, 2012.

Além do uso da denominação "Parada da Diversidade" e suas variantes, o termo mais utilizado pelo Jornal para se referir à Parada, foi "festa", sua derivação "festão" e o vocábulo "ferveção". A menção ao termo "ferveção" referiu-se à imagem com efeito produzido no alto de um dos três trios elétricos, que remete aos efeitos produzidos por luzes de casas noturnas. Apesar de ter sido enfatizada a dimensão argumentativa do evento no texto, os termos mais utilizados remeteram ao caráter festivo da Parada.

Coluna "Nossa opinião"

Sob o título "A luta contra o preconceito", a coluna apresentou algumas reflexões sobre a luta do movimento em Bauru. Em um breve resgate, o jornal explica que o evento integra desde o ano anterior a Semana de Combate ao Preconceito, após a aprovação da lei municipal, após embates diversos em virtude da resistência de vereadores por conta da inclusão da sigla LGBTQ. A matéria lembra que o movimento começou com a luta por um dia de diversão e a luta pela causa, a fim de se combater o preconceito que vai desde um pequeno gesto às agressões, como tem acontecido.

Nessa coluna, o Bom Dia expressa sua posição sobre a Parada da Diversidade e seu propósito. Nesse contexto, o Jornal enfatiza os propósitos do movimento em Bauru e a importância de suas lutas

para o combate ao preconceito e à discriminação. Embora o texto demonstre um caráter predominantemente argumentativo, algumas expressões e termos revelam sinais de outras dimensões compreendidas pelo Jornal. O Quadro 8 apresenta esses indicativos e as respectivas dimensões.

Quadro 8 – Dimensões e Expressões relativas à Parada da Diversity na coluna “Nossa opinião”

DIMENSÕES	EXPRESSÕES
Espetáculo	(Não foi identificada nenhuma expressão nessa dimensão)
Festa	“Evento que já se consolidou no calendário de festividades de Bauru”
	“O movimento começou com a luta dos homossexuais via AB para ter um dia de diversão”
Argumentação	“Traz importante contribuição na luta contra o preconceito”
	“O evento faz parte da Semana de Combate ao Preconceito”
	“O projeto recebeu uma ponta de preconceito do Legislativo”
	“A Parada da Diversity, hoje, é muito mais do que uma parada gay”
	“E claro, de luta pela causa”
	“Combatendo o preconceito que vai desde um “olhar torto” na rua, até a agressões, como as que ocorreram nesse ano, com a morte de duas travestis e a tentativa de homicídio de uma outra”
	“Infelizmente, as atitudes homofóbicas estão presentes no dia a dia e acabam terminando em tragédias que muitas vezes não gostaríamos de ver”

	"O tema da Semana da Diversidade e Combate ao Preconceito de 2012 é: A empregabilidade gera cidadania"
	"E esse tema não poderia ser melhor"
	"Um cidadão empregado é um cidadão livre para fazer o que bem entender de sua vida, para ter a liberdade de exercer sua cidadania, para ter sua alegria de viver"
	"Estamos em pleno século 21, muito, mas muito longe dos pré-conceitos de outras décadas"
	"É melhor assim, sem dúvidas, vivendo um mundo mais livre para quem quer ser diferente"
	"Ninguém pode ser discriminado, agredido ou xingado por ser diferente"
	"A Parada da Diversidade de Bauru luta também por direitos de outras minorias"
	"É importante que a Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação fique cada vez mais fortalecida, lutando pelos direitos de pessoas que muitas vezes são discriminadas só pelo jeito de andar, pela cor do cabelo, pela cor da pele, ou até, infelizmente, pelo jeito de amar"
Organização	"A parada fica mais forte, mais organizada e, o mais importante de tudo: cada vez mais aceita pelos bauruenses"

Fonte: A luta, 2012.

O texto, que revela a opinião do jornal sobre a Parada da Diversidade de Bauru, apresenta diversas construções textuais que remetem, principalmente, à dimensão argumentativa do evento. A matéria informativa, apresentada na coluna "Destaque", expôs alguns aspectos argumentativos, nesta, porém, eles foram enfatizados a partir de uma breve retomada da trajetória do movimento em Bauru, bem como de seus objetivos. Não houve menção ao caráter espetacular da Parada, evidenciado na matéria analisada anteriormente.

Festa

O Quadro 10 mostra que, na coluna “Nossa opinião”, a dimensão festiva foi mencionada apenas para elucidar a importância do evento para o município. A Parada da Diversidade integra o calendário de eventos do mês de agosto, comemorativos do aniversário de Bauru. Outro fato apontado foi o início da Parada, concebido por um dia de festa pública dos homossexuais aliada às lutas do movimento. Esse sentido remete às características já abordadas anteriormente, construídas por meio da simbologia e do caráter performático de *drag queens*, que costumam ser ressaltados durante o evento.

Argumentação

O tema da Parada foi bem discutido na coluna. O texto explicou a importância do tema da 5ª edição do evento, uma vez que a empregabilidade assegura ao cidadão sua liberdade de escolher como viver, assim como lhe garante o exercício de sua cidadania. O texto trouxe também uma discussão sobre o processo de transformação que o movimento tem vivenciado no que se refere aos preconceitos que o grupo enfrentava em décadas anteriores. O combate ao preconceito é necessário, pois ele pode ser percebido desde a forma de olhar um homossexual até as agressões, como as que ocorreram com a morte e tentativa de homicídio de travestis em Bauru. Essas atitudes, segundo o texto, estão presentes no dia a dia e podem resultar em tragédias.

A matéria ainda mencionou também que a Parada de Bauru integra a Semana de Combate ao Preconceito e se tornou, atualmente, um evento que vai além de uma parada gay, não se restringindo aos homossexuais, mas luta por outros grupos que sofrem algum tipo de discriminação. Para finalizar, a coluna do Bom Dia defende que é importante fortalecer a Semana de Combate ao Preconceito, uma vez que pessoas podem ser discriminadas por algumas características físicas, como cor da pele, cabelo, e também pela orientação sexual.

Organização

O texto fez uma menção direta à eficácia da organização da Parada, quando entende que a cada edição o evento está cada vez mais organizado. Na concepção do colunista, desde a primeira Parada, o evento tem se fortalecido e, portanto, obtido resultados fundamentais ao movimento: é cada vez mais aceito pelos bauruenses.

O texto não abordou a dimensão espetacular do evento. Da mesma forma, no que tange às formas de se referir à Parada, ao contrário da matéria informativa sobre o evento na coluna “Destaque”, em que os termos alusivos à festa foram mencionados na maioria das vezes, nessa coluna, os termos apenas se referiram à própria denominação da Parada.

Coluna “Camila”

A coluna “Camila”, na página 14, abordou o evento sob a ótica do espetáculo e da festa. As cores do evento elucidam essa dimensão do evento, por meio das imagens exibidas. A coluna, que trata da cobertura de eventos sociais e festivos, sob o título “Nações arco-íris”, contribuiu para potencializar esse aspecto da Parada, sobretudo nas legendas das imagens. O Quadro 9 apresenta as dimensões identificadas nessa matéria.

Quadro 9 – Dimensões e Expressões relativas à Parada da Diversidade na coluna “Camila”

DIMENSÕES	EXPRESSÕES
Espetáculo	“Gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, mães, pais, tios, avós e até bebês de colo coloriram a avenida Nações Unidas”
	“Autêntica e animada, Rubya Bittencourt comanda a parada”
	“Diego Ferreira Silveira protege o corpão com guarda-chuva colorido”

	"Juliah posa com Erika Figueiredo e Pietra"
	"Jemilly Nicole e Bruna Lopes chamam a atenção na parada"
Festa	"Aos poucos se transformou numa balada à luz do sol"
	"Começou com hino nacional, discursos"
	"Prevenido Anderson Ferri saca kit de primeiros-socorros do bolso e faz um make na jornalista Livia Neves"
Argumentação	"Uma marcha ao ar livre"
	"Tinha um único objetivo: pedir respeito, conquistar direito e exterminar o preconceito"
	"Gabriel Teixeira e Renan Merlin mostram ao mundo que se amam"
Organização	"Sem briga, sem confusão excessivo de bebida, nem peito de fora, vamos fazer uma parada linda, ordenou a drag madrinha Rubya Bittencourt"

Fonte: Zonta, 2013.

Espetáculo

O caráter espetacular predominou na coluna "Camila", inicialmente pelo impacto visual, com as imagens que enfatizaram a presença de diversas *drag queens*, com trajes coloridos e acessórios alusivos às cores do arco-íris. Frases e expressões utilizadas, ressaltaram a construção de um cenário extraordinário na avenida Nações Unidas, como a presença de diversos segmentos de público, incluindo bebês de colo, que coloriram a avenida Nações Unidas.

A menção às *drag queens* com visual extravagante, que chamaram a atenção na parada, e às que se fotografaram com o público,

revelou o papel de celebridade exercido por elas, contribuindo para a exibição de uma encenação que coadunou com o espetáculo da diversidade. As atitudes de autenticidade e animação da madrinha da diversidade, a *drag queen* Rubya Bittencourt, potencializaram o caráter espetacular do evento, assim como um rapaz que exibia o corpo, protegendo-o por um guarda-chuva colorido.

Festa

A festa foi ressaltada na construção da cerimônia, por meio das ações que formam o cerimonial do evento, como o Hino Nacional e a sequência de discursos. Embora o objetivo do evento tenha sido reivindicar, o texto não omitiu a balada na qual o evento se transformou, à luz do sol. A produção para uma festa, com o “kit de primeiros socorros” para maquiagem, conforme mencionou o texto, também elucida o caráter festivo da Parada.

Argumentação

Embora a coluna “Camila” tenha enfatizado, por meio do texto e das imagens com as cores do evento, a Parada da Diversidade como um espetáculo e uma festa, a dimensão argumentativa também foi observada. O texto fez referência a um casal de homossexuais que estava no evento com camisetas que explicitavam seus sentimentos, destacando que participaram para mostrar ao mundo que se amam.

O texto trouxe também uma referência à Parada como marcha ao ar livre, o qual denota o sentido de reivindicação, demonstrando, assim, o caráter argumentativo do evento. E, ainda, relatou que o evento tinha como único objetivo pedir respeito, conquistar direito e exterminar o preconceito.

Organização

Observamos no texto da coluna, uma abordagem à organização do evento no discurso da *drag queen* Rubya Bittencourt, na abertura da Parada. De forma descontraída, Rubya orientou as pessoas para se comportarem para não suprimir a beleza do evento. Ela ordenou,

conforme consta no texto, que as pessoas não deveriam se despir durante a Parada e, ainda, que evitassem confusão e o excesso de bebida.

Contrastes e semelhanças dos dois jornais: balanço geral da cobertura

A Parada da Diversidade de Bauru foi matéria de capa do Jornal da Cidade e do Jornal Bom Dia no dia 27 de agosto de 2012. É importante analisar, porém, quais são as representações construídas por esses meios de comunicação e se estão condizentes com os objetivos do movimento social.

O Jornal da Cidade dedicou dois espaços distintos, além da Capa, para abordar a Parada da Diversidade de Bauru, a coluna “Entrelinhas” e o caderno “Geral”. Na coluna Entrelinhas, três assuntos foram abordados sobre o evento e observamos sinais de ironia e crítica em cada um deles. Houve uma abordagem sobre as campanhas eleitorais, quando as primeiras bandeiras eleitorais finalmente apareceram no evento, inicialmente se referindo ao ex-presidente da ABD, Markinho Souza, e a outros candidatos que participaram do evento sobre o trio elétrico. Em seguida, identificamos uma crítica à utilização da sede da Cohab, que se transformou em uma espécie de “QG” da diversidade, a qual manteve o ar-condicionado ligado durante todo o dia, acolhendo políticos e os “belos *gogo boys*”. E, ainda, fez-se menção ao estacionamento da Cohab, que foi cedido para alocação de banheiros químicos para o público. O texto intitulado “Cadê o Elson?” demonstrou, com traços de ironia, uma falha no planejamento, referindo-se à ausência inesperada do secretário municipal de Cultura, que estava escalado para o discurso de abertura do evento.

O Jornal da Cidade, na matéria informativa do caderno “Geral”, se ateve principalmente ao número de participantes e ao visual colorido do evento. Dessa forma, foi evidenciado que o evento tem se legitimado na cidade, obtendo cada vez mais participantes, dentre os quais muitos são heterossexuais, famílias e curiosos. Apesar

de ter registrado número recorde de pessoas, como abordou o JC, entendemos que esse fator não implica necessariamente o fortalecimento das lutas do movimento na cidade, uma vez que a maioria dos participantes não integra o grupo e não participa de seus trabalhos e da organização do evento.

Observamos que o Jornal da Cidade, no caderno “Geral”, enfatizou a beleza das cores, a bandeira de 20 metros, que foi a inovação da edição de 2012, e descreveu a sequência de atos previstos e realizados na Parada. Outras pessoas entrevistadas salientaram o respeito à diversidade e a beleza do visual produzido. As cores alusivas ao arco-íris, acompanhadas de adereços diversos, são importantes para representar a identidade do movimento, porém, o destaque da dimensão espetacular pode contribuir para divulgar o evento como um desfile anual de homossexuais, que preenche o calendário oficial do aniversário de Bauru.

No que se refere ao caráter festivo, o texto da reportagem apresentou diversos fatores que remeteram a esse sentido do evento, porém, não apresentou nenhuma discussão, limitando-se à narração dos fatos. A abertura da bandeira do movimento sobre o público foi mencionada, assim como a celebração dos participantes, a música eletrônica e a produção para uma festa. Entendemos que esse tipo de abordagem contribui para disseminar a ideia da Parada da Diversidade como uma festa pública organizada pelos homossexuais, produzida pela beleza das cores e adereços exibidos.

A dimensão argumentativa foi observada pela menção ao tema da Parada de 2012, mas não houve discussão sobre a importância da inclusão social dos homossexuais, por meio da empregabilidade. As faixas, os discursos e as palavras de ordem, que se enquadram na dimensão argumentativa do evento e que expressariam seus propósitos, também foram abstraídos do jornal. O texto limitou-se a relatar trechos de algumas entrevistas com alguns participantes que ressaltaram os objetivos do evento, entre os quais está a importância de mostrar à sociedade que os homossexuais não são pessoas “anormais” e ocupam espaço em várias esferas sociais. A entrevista com o presidente interino da ABD, pelo JC, expressou a importância obti-

da pelo movimento em Bauru. O pioneirismo de Bauru na realização de uma semana de combate ao preconceito e à discriminação revela que os objetivos do movimento vão além da celebração anual, apesar de esse sentido não ter sido abordado no texto.

No que tange à organização do evento, o texto não fez nenhuma crítica direta, o que sinaliza que o planejamento executado pela equipe organizadora do evento foi considerado eficaz. Eventuais falhas podem comprometer os resultados do evento, visto que ele acontece ao vivo, e podem ser evidenciadas nas matérias jornalísticas. Os fatores que demonstraram a eficácia do planejamento interpõem-se nas dimensões espetacular e festiva, ao se enfatizar a sequência de atos que aconteceram na Parada, como as cores, a simbologia e a participação do público. Assim, entendemos que nenhum aspecto que compromettesse a imagem do evento foi observado, como ocorrências policiais ou falhas no planejamento do evento.

É importante considerar também as expressões utilizadas pelo Jornal da Cidade para se referir à Parada da Diversidade de Bauru. Apesar de termos observado a ênfase, na matéria informativa, nas dimensões espetacular e festiva do evento, algumas expressões utilizadas ressaltaram o caráter argumentativo do evento, como o termo “marcha”, que foi repetido por quatro vezes. Entendemos que “marcha” remete aos eventos realizados por movimentos sociais com o intuito de reivindicar direitos, assim como a expressão “ato contra o preconceito”, que também foi mencionada. Por isso, podemos concluir que a representação do JC é que se trata também de um evento de manifestação, embora essa visão tenha ficado restrita à menção superficial das lutas do movimento e dos termos utilizados no texto.

O Jornal Bom Dia concedeu mais espaço para tratar da Parada. Além da capa, o evento esteve presente em mais três colunas. Observamos que o texto informativo do caderno “Dia a Dia” enfatizou o aspecto argumentativo, pela menção às faixas contra políticos preconceituosos e o repúdio ao machismo, homofobia e racismo e, também, às palavras de ordem intercaladas com a música dos trios elétricos, além de trazer a história do primeiro casamento homossexual

de Bauru. No entanto, não se pode afirmar que esse texto contribuiu para salientar os propósitos do movimento, pois o caráter argumentativo do evento foi apenas citado.

É importante ressaltar também que esse mesmo texto apresentou críticas à utilização do evento como um espaço para campanhas eleitorais, principalmente do candidato Markinho Souza, um dos idealizadores do movimento, que, de acordo com o jornal, utilizou o espaço para promover sua campanha. A presença do prefeito foi relatada com sinais de ironia, pelo seu comportamento descontraindo durante o evento, sobre o trio elétrico da ABD. Por outro lado, entendemos que a menção a sua presença e postura durante a Parada conferem a legitimidade do movimento na cidade.

O texto relatou a presença de um cadeirante no evento, que realiza campanha para conseguir adaptar o carro da mãe. O movimento da diversidade também abrange outros públicos, além dos que compõem o universo LGBT, pois trata também de questões relacionadas à acessibilidade, embora o texto não tenha feito menção a essas outras minorias. Embora esse cadeirante tenha divulgado sua campanha, não foi mencionado se ele recebe algum apoio do movimento ou de alguma outra entidade, ou, ainda, se representava no evento os portadores de necessidades especiais ou se era apenas um espectador do evento, já que estava com sua família assistindo à Parada.

Apesar de termos observado a predominância na dimensão argumentativa do evento, observamos a concepção do Bom Dia sobre o evento por meio da utilização de alguns termos e expressões para se referir à Parada. As lutas do movimento da diversidade foram mencionadas por seis vezes, o texto utilizou a expressão “festa” para fazer menção ao evento, além de outros como “festão” e “ferveção”.

O sentido festivo do evento, observado na matéria informativa intitulada “Parada Gay faz edição mais política”, demonstra uma contraposição entre a diversão do evento e a argumentação. Essa expressão, “parada gay”, particularizou o evento, o que é evitado pela denominação oficial. Apesar de se caracterizar como um movimento social, a mobilização do público da diversidade é conhecida pelo caráter lúdico composto pelo visual colorido, que compõe a identidade

do movimento, conforme definem Jesus e Galinkin (2007). Quando o texto denomina o evento como “parada gay”, remete a um sentido de festa e até mesmo espetáculo, já que seria um desfile de cores e personagens peculiares, direcionados ao público homossexual. No entanto, em Bauru, o evento é chamado de “Parada da Diversidade”. Nesse sentido, o texto não contribui para desconstruir o sentido de um evento “de” e “para” homossexuais.

No âmbito do jornalismo opinativo, a coluna “Nossa opinião” apresenta outro enquadramento sobre a Parada. Nesse contexto, os objetivos do movimento são discutidos, assim como o tema do evento e sua importância social. Não se tratou das cores e da diversão presentes na Parada, mas dos propósitos do movimento, demonstrando, portanto, uma posição favorável às lutas do movimento no combate ao preconceito e à discriminação.

Observamos no texto, a afirmação de que se vivencia no século XXI, uma realidade muito distinta da predominante em décadas anteriores, quando as pessoas possuem mais liberdade para assumir suas escolhas. Concluímos que o jornal remete ao período em que, culturalmente, a homossexualidade era uma condição inapropriada de algumas pessoas, tornando-as estigmatizadas por isso. Entendemos que o movimento homossexual contribuiu para a nova representação desse público, promovendo-lhe visibilidade e legitimidade, porém não se pode afirmar que estamos muito longe dos preconceitos do passado, haja vista a discriminação e os casos de homofobia que perduram até os dias atuais.

Outro ponto importante a observar é a concepção, na coluna do Bom Dia sobre a condição homossexual, resumida como “quem quer ser diferente”. Ainda permanece a noção de “opção sexual” em muitos contextos, compreendida como a escolha de uma pessoa sobre sua orientação sexual. Seria importante, uma vez que o jornal expressou sua visão sobre a importância das lutas dos homossexuais, que o texto pudesse contribuir para desmistificar a noção de atração sexual como opção das pessoas e esclarecer que a escolha é apenas sobre como as pessoas irão direcionar suas vidas, no sentido de assumir publicamente ou não a orientação homossexual.

O espaço destinado pela coluna “Camila” sobre a Parada da Diversidade, reflete a visibilidade do movimento, pois se trata de um espaço destinado a acontecimentos sociais na cidade. Dessa forma, a Parada da Diversidade é representada pelo texto como um acontecimento social, como pudemos observar por meio das imagens publicadas, que ressaltaram a beleza das cores, enfatizando-se, assim, seu caráter espetacular, e o divertimento do público, ao participar de uma festa.

Com base nas publicações dos dois jornais e as categorias de análise, observamos que, embora cada um deles tenha enfatizado aspectos distintos, ambos expressaram um tom simpático ao movimento. Para uma discussão sobre as matérias veiculadas nos dois jornais, é importante uma breve retomada na concepção das paradas sobre a ótica de Jesus e Galinkin (2007), que as compreende como passeatas carnavalescas com o propósito de manifestação. A ênfase nas cores sempre esteve presente nesses grupos e, posteriormente, no movimento que adotou a bandeira do arco-íris como símbolo. Em nossa concepção, a partir dos objetivos do movimento, o que não pode acontecer é restringirem-se essas mobilizações a essas características, tornando-as um carnaval fora de época.

Com base nos quadros construídos, verificamos que o Jornal da Cidade evidenciou os aspectos festivos e espetaculares da Parada, apresentando ainda a visão de alguns participantes sobre as lutas do movimento. A posição do jornal tornou-se evidente no que se refere à organização do evento ao ironizar os aspectos políticos-organizacionais já mencionados, como as campanhas eleitorais, o empréstimo da sede da Cohab e a ausência do secretário municipal de Cultura. Por outro lado, o JC demonstrou entender que se trata de um evento de manifestação, ao utilizar expressões para se referir à Parada que remetam a esse sentido.

Os fatores ressaltados pelo jornal, em nossa análise, se devem aos impactos provocados pelos efeitos produzidos em termos de espetáculo e festa, já mencionados. Esse cenário extraordinário e participativo perdurou durante todo o evento, enquanto a maior parte da argumentação esteve restrita a momentos específicos como os

discursos, as entrevistas e as palavras de ordem. As faixas estavam afixadas nos trios disputando um espaço com a decoração, que pareceu apresentar maior relevância em termos de apelo visual.

Diante do exposto, em nossa análise, a cobertura do Jornal da Cidade não destacou a questão dos direitos da cidadania sexual. A cobertura se ateu a alguns aspectos como o número recorde de participantes. Não houve nenhuma reflexão feita pelo jornal sobre o tema deste ano, que foi apenas mencionado, enquanto a importância e os objetivos do evento foram abordados apenas por um dos idealizadores da Parada. O discurso das autoridades, que enfatizaram a necessidade do fim da homofobia, bem como as faixas alusivas às lutas do movimento, não foram registrados na cobertura.

O Jornal da Cidade, em nossa análise, contribuiu para disseminar a representação da Parada como uma festa dos homossexuais, com respaldo do poder público local, mas não cooperou para disseminar o caráter argumentativo do evento. Consequentemente, não favoreceu a sensibilização dos leitores para os direitos da cidadania sexual e a importância da igualdade de direitos entre os cidadãos. Os textos, portanto, em nossa análise, amplificaram a capacidade e influência do movimento para organizar suas festas. Não se trata, aqui, de criticar a abordagem jornalística, mas de refletir até que ponto a linguagem da própria parada propicia esse tipo de enfoque do jornal.

É relevante a importância da legitimidade adquirida pelo movimento na cidade, recebendo o público de diversas localidades, a fim de somar esforços para promover um avanço social. Porém, seria importante se a matéria jornalística ressaltasse os propósitos da mobilização para divulgar aos leitores as razões para o movimento ocupar a avenida para uma marcha, a qual não se reduz à exibição de um desfile de cores, assim como não se restringe apenas à celebração da diversidade sexual, envolvendo demandas específicas de natureza econômica e social.

O Jornal Bom Dia, na parte opinativa, apresentou um enfoque mais reflexivo sobre o evento, ao salientar os objetivos da mobilização. No entanto, por meio das expressões utilizadas para se referir ao evento, observamos que a percepção do jornal remete a um evento

festivo. Essa noção pôde ser evidenciada na coluna “Camila”, a qual abordou o evento ressaltando-lhe as características de um espetáculo, por meio das imagens que demonstravam a construção de um cenário extraordinário. Observamos, nesse sentido, um contraste com relação à cobertura do Jornal da Cidade que, no texto informativo havia ressaltado as características pertinentes a uma festa e um espetáculo, porém, para se referir à Parada, fez uso de expressões que se referiam ao evento como uma mobilização.

Observamos que houve um tom favorável ao evento pelo Bom Dia, embora o texto informativo tenha sugerido críticas à utilização do espaço para outros interesses do movimento, como a campanha eleitoral do representante da ABD. No entanto, por meio do texto informativo e da discussão apresentada pela coluna “Nossa opinião”, o jornal destacou as lutas do movimento junto aos leitores, ao trazer para discussão as razões que levam o público homossexual a reivindicar direitos.

As colunas apresentaram uma avaliação positiva sobre o movimento, já que abordaram o papel da ABD, que se sobrepõe à organização das paradas. A importância da ABD foi ressaltada ainda no combate ao preconceito e pelas conquistas já obtidas, como a aprovação da instituição da Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, que integra o calendário festivo de Bauru, no mês de agosto. Essa menção ao movimento é importante para divulgar aos leitores outros trabalhos desenvolvidos pela ABD, embora o texto tenha ficado restrito apenas àqueles relacionados aos homossexuais. Campanhas realizadas pela ABD, em parceria com outras organizações não governamentais e outras empresas, em bairros periféricos, como datas comemorativas, não foram mencionados.

É importante destacar que não houve discussão sobre outras minorias em nenhum dos dois jornais. O Bom Dia trouxe para a matéria a história de um jovem cadeirante, porém não foi possível identificar se há alguma relação dele com o movimento. O evento tem como propósito contemplar outras minorias, de acordo com os líderes da ABD, mas os dois jornais ressaltaram o combate ao preconceito contra homossexuais. Podemos entender que o impacto

visual, a organização liderada pela ABD e o número de participantes homossexuais levam os meios de comunicação a disseminar a Parada como um evento direcionado a esse público.

Diante disso, um fator importante a ressaltar são as representações construídas pelos meios de comunicação. Baker (2007) explica que uma matéria não retrata a realidade pura, mas a visão de alguém sobre ela. A ênfase sobre certos aspectos nas matérias jornalísticas apresenta alguns elementos que são salientados, e, ao serem divulgados, podem ser interpretados pelos leitores como a descrição fiel de um acontecimento.

Identificamos a saliência em pontos distintos, pelos dois jornais, no que se refere à cobertura do evento e aos aspectos criticados. O Jornal da Cidade, em nossa concepção, não destacou os propósitos do movimento, ao enfatizar o caráter festivo e espetacular do evento, trazendo de forma superficial os propósitos do grupo. Já o Bom Dia, em uma abordagem mais reflexiva, nas colunas, no jornalismo opinativo, revelou os direitos da cidadania sexual, uma vez que trouxe para a discussão as lutas dos homossexuais, em um modelo de mobilização peculiar: uma festa na qual os homossexuais promovem diversão pública para expressar suas lutas pelo combate ao preconceito e à discriminação.

Entrevistas com os organizadores do evento

As entrevistas constituem a terceira modalidade metodológica da triangulação de nosso estudo de caso sobre a Parada da Diversidade de Bauru de 2012. Elas foram realizadas no dia 5 de março de 2013, durante a reunião ordinária da ABD. Foram entrevistados três militantes diretamente relacionados à organização da Parada da Diversidade de Bauru. A primeira é do sexo feminino, militante do movimento em Bauru desde o início em 2008. É responsável pelas ações de relações públicas que envolvem as ações preparatórias das paradas e sua execução, e dos demais eventos organizados pelo movimento durante o ano. O segundo entrevistado foi o assessor

de imprensa, que tem atuado junto aos meios de comunicação de Bauru e voltados ao público LGBT. O último entrevistado é um dos idealizadores do movimento e responde como presidente interino da ABD, é sócio-proprietário de uma casa noturna destinada ao público homossexual em Bauru e é graduado em Relações Públicas.

As questões seguiram o roteiro preestabelecido, porém os entrevistados puderam se expressar livremente, enfatizando, de acordo com a concepção de cada um deles, aspectos importantes sobre o evento, que, ao final, foram importantes para compreender a visão de cada um deles sobre a Parada da Diversidade. As entrevistas foram gravadas e os textos seguintes descrevem as respostas de cada um deles, por meio das categorias propostas de análise: espetáculo, festa, argumentação e organização. Ao final, apresentamos algumas discussões. As questões foram:

- Qual é o objetivo da Parada?
- Qual é o objetivo da Parada em termos de espetáculo, festa e argumentação?
- Como você avalia a organização do evento?
- Qual é o significado da Parada para você?
- Como você avalia a Parada da Diversidade de Bauru de 2012 comparada com os anos anteriores?
- Há alguma estratégia para que o evento não se restrinja a uma festa ou a um espetáculo?
- O que mudou na imagem do movimento homossexual de Bauru com a realização das paradas?
- Qual é a imagem que se pretende construir do movimento homossexual de Bauru com a realização das paradas?

Espetáculo

Em termos de espetáculo, a organizadora do evento entende que os espectadores esperam ver algo diferente: as *drag queens* e travestis caracterizados, que se tornam um pouco de celebridade, muitos dos quais são solicitados para conceder autógrafos ao público. A espec-

tativa é que o público goste do resultado do que foi preparado, que não se trata de apenas um desfile, mas de uma apresentação construída com a preparação da infraestrutura, da decoração dos trios, da produção das *drag queens*, e que resulta no espetáculo. Insere-se no contexto espetacular, a realização de um show de encerramento, aberto ao público, mas que se torna o momento para a confraternização da equipe da ABD e dos organizadores do evento.

Para o assessor, o espetáculo é uma característica do evento e o relaciona a um momento de diversão e descontração, aguardado pelo público. Ele ressaltou que, apesar da apresentação do espetáculo, trata-se, para ele, de um momento ainda de trabalho, em que há muitas atividades para serem cumpridas, por isso, muitas vezes, não usufrui desse momento de contemplação.

Para o presidente interino, o objetivo da Parada, em termos de espetáculo, é trazer o público para o evento. As pessoas, em sua visão, não sairão de casa apenas para ver *drag queens* e dançarinos em cima dos trios, principalmente porque a proposta não é que o movimento se torne um carnaval fora de época, mas mantenha seu propósito de um movimento social organizado. A ideia é trazer um grande show, como já tem se tornado tradição no encerramento do evento. O show traz uma grande massa que, normalmente, não conhece o movimento e acaba participando também. Sem um espetáculo, o movimento poderia se tornar vazio, não sendo divulgado para as pessoas. O evento, com suas características próprias, que proporcionam um espetáculo, não apenas durante a Parada, mas no encerramento, com um show e com a participação de milhares de pessoas, contribui para dar publicidade aos objetivos do movimento, através dos meios de comunicação.

Festa

Na dimensão festiva, a organizadora resumiu a Parada como sendo “uma festa muito bem colorida e bem alegre também”, e ressaltou a participação expressiva do público proveniente não apenas das localidades próximas a Bauru, mas de outros estados como São

Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Ela comemora que a Parada de Bauru seja a segunda maior do estado de São Paulo, só perdendo para a capital paulista.

O assessor de imprensa explicou a importância da festa para promover diversão, a reunião da equipe, o encontro com os amigos. Trata-se, para ele, de uma oportunidade para a militância e, assim, em meio a uma festa, mostrar ao público presente que os homossexuais são pessoas normais. Ele ressaltou o sucesso da festa, que a cada ano recebe mais pessoas, como na edição de 2012, que contou com aproximadamente 52 mil participantes.

Na visão do presidente interino, o objetivo da festa é promover a participação do público, que tem sido observada por grandes ONGs de São Paulo e de outros Estados, que entram em contato para perguntar como o movimento de Bauru consegue reunir tanta gente em um único espaço na luta contra o preconceito e a discriminação. A festa simboliza a luta diária contra o preconceito e a intolerância. A festa também tem contribuído para divulgar a questão do fim do preconceito, pois ela é estampada na capa do jornal que entra na casa do negro, da mulher, do idoso, do evangélico, do católico, do budista e de qualquer pessoa que leia a matéria, segundo o entrevistado.

Argumentação

No que se refere ao objetivo da Parada da Diversidade de Bauru, a organizadora enfatizou que é mostrar à sociedade que a orientação homossexual não é uma doença ou crime, representa cidadãos comuns, com o direito de amar e ser amado. Outro propósito seria aumentar o número de militantes e pessoas que participem ativamente do movimento. Quanto à argumentação, foi enfatizado o lema do movimento: “Somos, estamos, acostumem-se.” O objetivo é que as pessoas respeitem os homossexuais como cidadãos e que, no futuro, essas pessoas possam sair às ruas sem medo de serem vítimas de ataques homofóbicos. Para a entrevistada, a Parada significa “luta”. Remetendo-se ao início do movimento, diz que o evento é o resultado da luta desse grupo. A cada

ano, um tema é selecionado para promover uma reflexão junto ao público e à sociedade.

A Parada tem contribuído para transformar a imagem do movimento homossexual na cidade, pois, segundo a organizadora, atualmente, há um pouco mais de respeito com esse público. Ela disse ter observado que mais pessoas passaram a entender que a Parada não é apenas um desfile, mas um espaço para reivindicar o respeito, assim como os homossexuais deixaram de ser concebidos, por muitas pessoas, como marginais e pessoas doentes, como no passado. Ela entende que houve diminuição no índice de violência contra os homossexuais e almeja que, um dia, chegue a zero. Ela defende a necessidade da aprovação de leis específicas que possam garantir proteção aos homossexuais, como já existem para o negro e para a mulher, com a lei Maria da Penha. Em sua concepção, a imagem que se pretende construir sobre o movimento homossexual, com a realização das paradas, é de pessoas normais, compreendidas como aquelas que trabalham, têm família, têm sonhos e têm direito de ser livres e de amar.

O objetivo da Parada, segundo o assessor, é trazer a militância e mostrar para a sociedade que o gay não vive só restrito aos guetos. A participação do público, elucidando a dimensão festiva da Parada é mostrar a militância dos homossexuais, o que fazem e quem são essas pessoas. Para ressaltar os objetivos da Parada na dimensão argumentativa, o entrevistado explicou que o movimento tem várias lutas de conscientização, e trazer cada vez mais outras pessoas, não homossexuais, para prestigiar o evento é um dos objetivos já atingidos. A importância da presença desses espectadores é a oportunidade de exibir-lhes um evento organizado por cidadãos “normais”.

O significado do evento, para o assessor, é obter a realização dos objetivos. Como colaborador, membro da ABD e homossexual, é mostrar à sociedade o que é ser gay. Durante o evento, enquanto trabalha, observa pelos bastidores, a descontração das pessoas enquanto reencontram outras, em um ambiente festivo, que resulta em uma realização pessoal, profissional e como militante.

Sobre a transformação da imagem do movimento homossexual com a realização das Paradas, o entrevistado explicou que, com a visibilidade adquirida pelos meios de comunicação nesses eventos, Bauru tem se tornado uma cidade mais tolerante, sendo possível caminhar pelas ruas sem ser apontado como gay. Nesses cinco anos, o movimento conseguiu implantar o Conselho da Diversidade Sexual, que é um órgão do governo municipal e foi instituída a Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, por meio de lei. A imagem que o movimento pretende construir, por meio da realização das paradas, é de pessoas alegres e pessoas “do bem”.

Sobre o objetivo da Parada, o presidente explicou que é o fim do preconceito. Por isso, o propósito é aglutinar o maior número de pessoas em um espaço público para lutar pelos objetivos, que são semelhantes aos do grupo dos negros e dos portadores de deficiência, que já possuem um Conselho e um respaldo da lei. O entrevistado explicou que os homossexuais não possuem os mesmos direitos, enquanto cidadãos, pois são obrigados a contribuir com o município da mesma forma que casais heterossexuais contribuem, porém, não são beneficiados pelos mesmos direitos. Ressalta ainda que a criação do movimento da diversidade foi para resgatar a cidadania que é perdida diariamente quando se lê nos jornais que um gay foi assassinado ou uma travesti foi vítima de violência. Porém, os objetivos, em parte, têm sido atingidos, quando se observa que Bauru tem se tornado uma cidade mais tolerante.

O significado da Parada, para ele, é de realização, tendo em vista que venceu a pobreza, a resistência de ter-se assumido homossexual e a intolerância familiar. Sua realização reside no fato de promover um dos maiores eventos de concentração pública do Estado de São Paulo e entende que deixará um legado para os novos militantes.

Sobre as mudanças na imagem do movimento homossexual em Bauru, com a realização das paradas, ele entende que, atualmente, o grupo homossexual é visto como ser humano, ao contrário da situação vivenciada dez anos atrás, quando os casais não podiam sair para jantar ou tomar um café. Quando os líderes estavam escrevendo o Estatuto, o Regimento Interno e a Carta de Princípios do movimen-

to, eles imaginaram como Bauru estaria cinco ou dez anos depois e, atualmente, Bauru se tornou uma cidade muito mais tolerante e nesses anos de realização das paradas, muitas pessoas assumiram publicamente a homossexualidade. No entanto, há que se ponderar no que se refere à questão da visibilidade, pois, quanto maior a exposição, maior é a repressão, concluiu.

A imagem que se pretende construir do movimento homossexual, com a realização das paradas, é a de que se trata de um grupo igualitário, sem a pretensão de se tornar um grupo diferente ou que deseje obter mais benefícios que outros. A aprovação da união estável já garante os benefícios de pensão alimentícia entre os parceiros, que é uma importante conquista. Ele acredita, porém, que a partir do momento que se coloca em pauta a discussão da homossexualidade como ser “diferente”, já se instaura a desigualdade e não se pretende construir a imagem de um grupo que possui mais benefícios que os heterossexuais. O propósito é construir a imagem de um grupo que respeita as diferenças, que está pedindo e implorando pelo fim do preconceito. Resumidamente, almeja construir a imagem de que eles são iguais, nem menos, nem mais que os heterossexuais.

Organização

Sobre a organização do evento, a entrevistada explicou que tem início nos três a seis meses que antecedem o evento, com o apoio da Prefeitura na infraestrutura: policiamento, interdição do trânsito. É feito o planejamento para estimar o número de público para se definir a estrutura necessária. Suas expectativas sobre o evento são para que tudo ocorra de acordo com o planejamento, procurando evitar possíveis ocorrências que possam comprometer de forma negativa o movimento ou proporcionar riscos ao público presente. Foi ressaltado ainda que a beleza das cores obtém receptividade favorável do público e que há cada vez mais participação expressiva das pessoas, como se tem observado do alto do trio elétrico. Espera-se, ainda, com as paradas, que haja maior adesão de militantes ao movimento.

Comparando aos anos anteriores, não apenas o número de participantes tem aumentado, mas o movimento todo tem obtido resul-

tados positivos, em termos de aprendizado e resultados, segundo a entrevistada. Para que a Parada não se restrinja a uma festa ou a um espetáculo, dimensões inerentes a esse tipo de evento, a entrevistada explicou que o movimento realiza diversos outros eventos durante o ano para promover integração entre os homossexuais, não restritos aos militantes, mas visa interagir com outras pessoas que frequentam as paradas. Essa aproximação é importante para que essas pessoas compreendam os objetivos das paradas e do próprio movimento.

Por sua vez, o assessor reiterou a menção da entrevistada, sobre o processo de organização do evento. Ele explicou que a organização da Parada começa de três a quatro meses de antecedência, com a realização de várias reuniões entre a diretoria e os militantes da Associação. O evento, em si, tem início na semana que antecede a Parada, com a Semana da Diversidade, que possui uma semana de atividades voltadas para a conscientização sobre a diversidade. Cada um dos militantes e dos diretores tem responsabilidade sobre as etapas para a organização dessas atividades, finalizou. Sua expectativa, enquanto colaborador na organização do evento, é conseguir mostrar à sociedade o lado politizado da Semana, que conta com debates e discussões sobre temas de interesse dos homossexuais, que finaliza com a Parada, mas não se limita a ela.

No que se refere aos anos anteriores, ele acredita que a avaliação da Parada de 2012 é positiva. O evento tem aumentado, anualmente, em número de participantes, desde a primeira edição. Outro fator ressaltado foi a possibilidade, por meio do evento, de cada vez mais poder mostrar às pessoas a visibilidade do homossexual e a mensagem de que é possível viver em uma sociedade igualitária. No entanto, o entrevistado entende que quanto mais exposição uma pessoa ou grupo se submete, mais vulnerável se torna, lembrando alguns episódios de homofobia registrados no ano anterior. Para que a Parada não se torne um espetáculo ou festa, apenas, durante o planejamento, são discutidas ideias de todos os militantes e diretores, para que a organização não fique concentrada em apenas um grupo. A estratégia é ouvir todos que participam das reuniões da ABD e analisar as possibilidades de implantação.

Para o presidente interino, a organização do evento é avaliada de forma positiva. Com vivência em outras paradas, como participante, o entrevistado explicou que o movimento de Bauru se sobressai em relação às outras localidades em virtude da existência de um grupo bem estruturado e que conta com o respaldo do poder público desde o primeiro ano. O grupo de Bauru, ao contrário de outros, foi inicialmente pedir o apoio à Prefeitura antes de realizar a primeira edição do evento, o que resultou em uma forte estrutura local, tendo como maior aliado, o Poder Público, por meio da Secretaria do Bem-Estar Social, que é a principal parceira do movimento, Secretaria de Esportes, Secretaria da Cultura e Secretaria de Saúde. Atualmente, a Parada de Bauru, segundo o entrevistado, é patrocinada por uma casa noturna e o show de encerramento é oferecido pela Prefeitura Municipal.

Para esse entrevistado, sua expectativa com relação à Parada não é seu aumento em número de pessoas, se não houver um foco. Tomando como base outras paradas, ele não almeja ter o maior, mas o melhor evento. A expectativa é, portanto, que nos próximos anos novos militantes venham a nascer diante da diretriz que está sendo colocada diariamente nas reuniões, por meio de debates, pelos meios de comunicação e, que novas pessoas possam integrar o grupo e que também promovam a diferença. Por isso, o objetivo é ainda o de manter um movimento social, de luta, de dedicação, construindo saberes, ideologias, e que seja interpretado pela sociedade de maneira positiva, não como um carnaval fora de época, de pessoas bebendo e seminuas nas ruas.

Com relação aos anos anteriores, ele explicou que as conquistas não se restringem ao aumento anual de público que participa das paradas, mas se trata de começar a visualizar as conquistas que têm sido almejadas, desde a primeira edição do evento. Já foi criado o Conselho de Atenção à Diversidade Sexual e a Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, como lei municipal, a primeira no Brasil. A presença, na Parada, do primeiro casal homossexual que obteve o direito de se casar em Bauru também foi um fator que diferenciou a edição de 2012 dos anos anteriores, assim como a eleição do primeiro vereador em Bauru, representante do movimento homossexual.

Para que o movimento não se restrinja a um espetáculo e uma festa, o entrevistado explicou que as estratégias são alinhadas durante o ano todo, e que não é o objetivo do movimento reunir 60 mil pessoas para um “carnaval”, e apenas 10 mil são politizados. Ele contou, em primeira mão, que uma das estratégias é a aplicação da lei seca durante o evento, para que se obtenha um evento social mais agradável que os anos anteriores, embora acredite que haverá muita resistência. A ideia é que a próxima edição mostre um evento mais político do que um evento carnavalesco e essa e outras estratégias deverão ser alinhadas durante todo o ano para que a Parada de Bauru não perca o foco como aconteceu com o evento de São Paulo.

Discussão dos resultados

Com base nas respostas dos entrevistados, entendemos que, apesar de cada um deles ter ressaltado aspectos específicos sobre a Parada da Diversidade e as lutas do movimento, os organizadores apresentaram uma sincronia quanto à compreensão e o nível de comprometimento com as ações do grupo. Observamos, pela entrevista, que algumas categorias obtiveram relevância sobre outras, o que nos leva a algumas reflexões.

Os entrevistados foram unânimes em ressaltar o combate ao preconceito como objetivo do movimento na realização da Parada. A necessidade de exigir respeito, relatada por eles, assim como mostrar ao público que a homossexualidade “é uma condição e não uma opção”, e, ainda, dissociá-la do sentido de patologia e promiscuidade, revelam o cenário de preconceito e discriminação que os homossexuais vivenciam nos dias atuais.

Os aspectos espetaculares e festivos foram tratados, pelos entrevistados, como elementos inerentes ao evento. Essa concepção vai ao encontro dos conceitos de Jesus e Galinkin (2007) que associam as paradas a um desfile carnavalesco, mas com propósito de reivindicação. Entendemos que, para os entrevistados, a parada representa um dia para liberdade de expressão dos homossexuais. Como uma festa, ela acontece ao ar livre, com a presença de um público nume-

roso que, de acordo com eles, vem de diversos estados do Brasil para participar e, então, segue o percurso da Parada, ao som de música eletrônica, conduzida por DJs, nos trios elétricos.

Para os entrevistados, o sentido de beleza e alegria integra a Parada da Diversidade. Um deles enfatizou a alegria proporcionada ao público, enquanto outro ressaltou a beleza e o papel das *drag queens* e travestis que se transformam em foco de atenção. Observamos uma contraposição na visão de um dos entrevistados, quando explicou que o objetivo do espetáculo é apresentar um show ao público, no encerramento da Parada, o qual aglutina um número expressivo de pessoas, muitas das quais não compartilham da orientação homossexual. Divergindo dos demais, ele entende que um espetáculo formado por esses personagens e a exibição dos dançarinos seria insuficiente para aglutinar uma plateia numerosa.

É evidente que a realização de um show é de grande importância para concentrar um número significativo de pessoas, considerando aquelas que comparecem exclusivamente para o encerramento, sem vínculo com o público da diversidade. Porém, ao contrário da visão do entrevistado mencionado, observamos que muitas pessoas vão ao evento para assistir ao espetáculo proporcionado pelas cores, pelos personagens construídos, pela exibição dos dançarinos e por toda a dramaturgia que constitui o evento, haja vista o número de pessoas que permanecem aos arredores da avenida para observar a Parada.

Como o presidente interino da ABD mencionou, há uma preocupação para que a Parada da Diversidade não se transforme em um carnaval fora de época, no qual as pessoas se programam para participar de um dia de diversão, como tem acontecido em algumas localidades. Nesse ponto, cada um enfatizou um aspecto distinto para não restringir a Parada de Bauru a um espetáculo ou a uma festa, mas todos demonstraram que as discussões entre o grupo são frequentes para a apresentação de propostas.

Como foi explicado por um dos entrevistados, a realização de encontros eventuais pode ser uma estratégia importante para procurar mobilizar as pessoas a fim de que integrem o movimento, mas é importante ponderar com relação ao número de pessoas provenien-

tes de outras localidades. Acreditamos, com base nos conceitos de Toro e Werneck (2007), Henriques (2007) e Peruzzo (2007), que esses eventos podem contribuir para promover a comunicação mobilizadora, a qual propõe o diálogo e o debate em uma estrutura horizontal, com a participação de todo o grupo. Essas ações podem ampliar relacionamentos e vínculos, porém, no que se refere à dimensão da Parada da Diversidade, outras estratégias devem ser alinhadas, a fim de promover a mobilização de um número maior de pessoas.

A aplicação da lei seca durante o evento, segundo o presidente da ABD, pode contribuir para que o evento não se transforme em uma festa ou espetáculo. Em nossa visão, essa ação poderá contribuir para diminuir a comercialização de bebidas alcoólicas no local, embora não seja suficiente para coibi-las, já que as pessoas podem trazer ou adquirir-las em locais autorizados, ao redor do evento. Por outro lado, para o público proveniente de outras localidades, seria importante a criação de estratégias específicas a fim de mobilizá-los para o evento como uma oportunidade para reivindicação, que se sobreponha à festa.

Não se trata de sugerir uma transformação estética no evento, que já se consolidou em muitas cidades brasileiras, mas de questionar a fragilidade das estratégias utilizadas para que as reivindicações do movimento sejam destacadas durante a Parada. Ancorado nas respostas dos entrevistados, um dos objetivos do evento é mostrar à sociedade quem é o homossexual, assim, nesse dia, os aspectos que representam sua identidade são evidenciados nos aspectos espetaculares e festivos. No entanto, apenas o cumprimento desse propósito seria insuficiente para promover um avanço social, ao contrário, potencializaria a concepção de se realizar uma “festa gay”.

A trajetória de cada um dos entrevistados revelou a presença de algum tipo de preconceito ou discriminação, quando questionados sobre o significado da Parada da Diversidade. Cada um registrou, de maneira distinta, sentidos que remetem ao resultado de um combate ao preconceito vivenciado por cada um deles. Um dos entrevistados disse que a Parada significa “luta”, enquanto outro relatou que é conseguir mostrar à sociedade, por meio do evento, quem são essas

peças e o que é ser homossexual. O terceiro entrevistado relatou que a Parada significa “realização”, pois se trata de mais um desafio respondido, ao mencionar suas lutas pessoais na homossexualidade. Para os organizadores, a realização da Parada não se limita a um dia para proporcionar a diversão pública dos homossexuais, mas é a conquista, em uma cidade conservadora, de um evento que expressa a identidade homossexual e suas lutas.

Foi unânime a avaliação de que a cada ano a Parada da Diversidade tem apresentado melhores resultados, principalmente no que tange ao aumento do número de participantes em cada edição. Além desse fator, foi mencionado o aprendizado dos organizadores na realização de um evento desse porte e as principais conquistas que, do ponto de vista do presidente da ABD são consequências do trabalho realizado a partir das paradas. Para ele, a Parada de 2012 foi um evento de resultados, com a apresentação do primeiro casal que obteve o direito ao casamento civil na cidade e pela eleição do primeiro vereador representante do movimento homossexual. Foi levantado, também, o receio de que a maior exposição na mídia os tornaria mais vulneráveis.

A relevância da visão dos entrevistados sobre as paradas realizadas é grande, uma vez que todos estão no movimento desde a primeira edição. Cabe refletirmos sobre o número de participantes como fator positivo: sob a ótica do organizador do evento, o número elevado de participantes revela êxito, nesse sentido, o relato dos entrevistados sobre o número de pessoas pode ser visto como um contexto favorável sobre a evolução das paradas. No entanto, o aumento de público pode ter uma conotação negativa para o movimento, em virtude da ausência de vínculo com suas lutas em favor de interesses ligados à diversão, podendo implicar o desvio dos propósitos da parada.

Tornou-se evidente que, para os entrevistados, a realização das paradas em Bauru tem contribuído para a imagem do movimento homossexual, mas que ainda há muito para ser feito. A visibilidade resultou em respeito aos homossexuais, conforme foi relatado pelos entrevistados. Trata-se do resultado de um trabalho de relações públicas realizado pelos organizadores desde a primeira edição, que

tem trazido diversos benefícios ao movimento, como o apoio do poder público, presença de autoridades públicas, parcerias com organizações diversas, aumento do número de participantes, espaço nos meios de comunicação antes e após o evento. Soma-se à força e organização da ABD em Bauru, uma coincidência de várias mudanças jurídicas e acontecimentos nacionais favoráveis às lutas dos homossexuais.

As mudanças ocorreram, mas há que se considerar que muitas transformações são necessárias. As paradas são importantes como um espaço para reunião, divertimento e visibilidade dos homossexuais, e têm resultado em legitimidade para o grupo. Como os entrevistados mencionaram, a imagem pretendida para o movimento é de pessoas normais, alegres e de um grupo igualitário. Apesar de haver mais respeito atualmente do que há cinco anos, conforme relataram os entrevistados, transparece que o grupo ainda vivencia uma realidade de preconceito latente, uma vez que entendem que é ainda preciso transformar a imagem do movimento homossexual.

Com base nas entrevistas, identificamos que existe a participação corresponsável sugerida por Henriques et al. (2007), no que se refere aos militantes que, voluntariamente, colaboram na organização do evento nos meses que o antecedem, assim como mantêm o vínculo com o movimento durante todo o ano, nas ações desenvolvidas. Essas ações nos reportam ao conceito de relações públicas comunitárias, as quais se comprometem com a cidadania, sobrepondo-se aos interesses particulares de pessoas ou grupos específicos.

Para os entrevistados, ficou evidente que a dimensão argumentativa é a de maior relevância se comparada às demais, em virtude da ênfase mencionada às razões da mobilização e à necessidade de se promover avanço social. Mas há um contraste com o evento, no qual as dimensões festiva e espetacular sobressaíram. O aumento do número de pessoas que participa da parada é um fator positivo para o grupo, visto que demonstra a força do movimento na cidade para aglutinar público nas paradas. No entanto, é preciso ver com cautela o número de pessoas no evento como um aspecto favorável, pois a maioria dessas pessoas não compartilha das lutas do movi-

mento. No que se refere à organização do evento, o grupo entende que tem aprimorado a cada ano, tendo em vista o espetáculo e a festa proporcionados, mas é fundamental, de acordo com os propósitos do movimento, desenvolver outras estratégias para que as razões da mobilização possam ser ressaltadas durante o evento.

6

ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS

Análise dos resultados

Este capítulo interpreta os principais resultados das metodologias empregadas na pesquisa desenvolvida. O estudo confirmou a relevância dos eventos como estratégia de comunicação para reivindicar direitos e, portanto, promover um avanço social. Os eventos não têm sido apresentados com essa abordagem com frequência pela literatura, mas sua relevância para promover relacionamentos, visibilidade e legitimação nos levou a analisar suas representações no contexto dos movimentos sociais. Nosso objetivo foi analisar a Parada da Diversidade de Bauru, o evento de maior expressão do movimento da diversidade de Bauru, composto majoritariamente por homossexuais, e buscar compreender como constroem suas representações e, assim, se a forma que os meios de comunicação disseminam o evento aos leitores contribui para expressar as lutas do movimento.

Para isso, foi fundamental, enquanto estudo de caso, realizar uma triangulação dos dados e métodos utilizados, a partir das categorias propostas para análise: espetáculo, festa, argumentação e

organização. Para respondermos ao problema e às questões de pesquisa propostas, consideramos: os aspectos que puderam ser detectados, presencialmente, por meio da observação sistemática; a realização de entrevistas para identificar a compreensão dos propósitos da Parada da Diversidade de Bauru sob a ótica dos militantes que a organizam e se o resultado final está condizente com os objetivos do movimento; e, como os jornais impressos de Bauru enquadraram a Parada da Diversidade junto aos leitores.

Para compreender como o evento representa o movimento homossexual, entendemos que seria necessário analisar os fatores que lhe proporcionaram maior impacto visual e, também, como os líderes do movimento divulgam a Parada, considerando os aspectos ressaltados. Assim, pudemos compreender as representações mediáticas. Cada um dos métodos, separadamente ou associados, permitiu-nos responder as questões de pesquisa propostas:

- Como o movimento utiliza os eventos nas suas estratégias de luta?
- Como o movimento organiza a Parada?
- Quais as principais formas de articulação do movimento para consolidar sua imagem enquanto espetáculo, festa, argumentação e organização?
- Como foi o desempenho da Parada em termos de espetáculo, festa, argumentação e organização?
- A percepção dos líderes do movimento está condizente com a Parada e sua representação mediática?
- Como a mídia representa a Parada em termos de espetáculo, festa, argumentação e organização?

Passamos, pois, a sumarizar os principais resultados que permitem responder a essas questões.

Respondendo à primeira questão, como sobre o movimento utiliza os eventos em suas estratégias de luta, a pesquisa permitiu concluir que a Parada da Diversidade é o evento mais importante do movimento, em razão de seu porte e da visibilidade que atinge. No

entanto, o movimento realiza ações durante todo o ano, entre o público homossexual, como foi relatado, mas promove diversas ações beneficentes junto às comunidades carentes de Bauru. Campanhas comemorativas como Páscoa, Natal e Dia das Crianças, assim como campanhas para arrecadar alimentos e agasalhos são estratégias importantes para visibilidade e aproximação com outros segmentos da população. Retomando um dos objetivos do movimento mencionados na entrevista, o grupo visa mostrar à sociedade que os homossexuais são cidadãos como as demais pessoas, portanto entendemos que a aproximação com essas comunidades beneficiadas proporciona uma imagem positiva dos homossexuais, o que pode vir a contribuir no combate ao preconceito.

Sobre a organização da Parada da Diversidade, faz-se necessário considerar alguns fatores. A Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação está regulamentada pela lei municipal 5.972 de 27 de setembro de 2010, portanto, é de responsabilidade do poder público, por meio da Secretaria do Bem-Estar Social e do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual, sua realização. A Parada é uma ação que encerra as atividades da semana, mas não está contemplada na lei, por isso, não é de responsabilidade do poder público viabilizar sua realização. Diante disso, o movimento tem buscado apoio e firmado parcerias com o próprio poder público, organizações privadas e não governamentais e tem sido patrocinada pela casa noturna de um dos líderes da ABD. A participação de militantes da ABD é fundamental para a divulgação, organização e operacionalização do evento. É dessa forma que o movimento tem organizado a Parada da Diversidade.

Os dados obtidos nos permitiram, também, identificar as principais formas de articulação do movimento para consolidar sua imagem por meio de espetáculo, festa, argumentação e organização. Como espetáculo, o movimento enfatiza elementos que elucidam a beleza, como as cores alusivas ao arco-íris, símbolo do movimento, representadas por balões, bandeiras, vestimentas e adereços diversos. As *drag queens* são fundamentais para ressaltar o caráter espetacular da Parada, pois compõem a encenação produzida pelo

evento, tornando-se celebridades. Conforme explica Mafra (2007), o espetáculo em movimentos sociais não é uma forma de alienação, mas uma estratégia para captar a atenção do público para as causas reivindicadas. É a partir desse ponto que entendemos a necessidade de enfatizar os propósitos do movimento, para que a percepção do público não fique restrita à beleza do espetáculo. Outra forma de articulação, já abordada pela entrevista é a produção de um show de encerramento que atrai pessoas para assistir a atração, sem vínculo com a Parada, mas que, ao prestigiar, contribui para ressaltar o respaldo obtido pelo movimento na cidade.

Observamos o destaque recebido pela dimensão festiva do evento, por meio da abordagem dos entrevistados, pelos jornais que utilizaram expressões relacionadas à festa para se referirem à Parada e por fatores observados durante o evento. Embora tenha se registrado por um dos entrevistados que a festa é uma luta diária, a estética do evento remete à diversão e celebração do público, sugerindo, visualmente, se sobrepor aos objetivos do movimento no combate ao preconceito. A música eletrônica, reproduzida por DJs, o acesso fácil às bebidas alcoólicas remetem a uma festa, sendo, portanto, importantes formas de articulação para incentivar a participação do público ao redor dos trios.

No que tange à questão da dimensão argumentativa, os entrevistados ressaltaram as discussões entre os militantes do movimento durante todo o ano, assim como eventos ocasionais para integração do público e a aplicação da lei seca prevista para a próxima edição do evento. Entendemos que a articulação para consolidar os propósitos do movimento durante a Parada não promoveram o mesmo impacto que os elementos espetaculares e festivos, se apontarmos para a cobertura jornalística. A partir da observação, essa percepção pode ser explicada pelo impacto visual promovido pelo espetáculo e pela festa, em detrimento da argumentação. A decoração, as *drag queens*, as músicas, a participação do público puderam ser observadas durante todo o evento; a argumentação, visualmente, limitou-se às faixas que disputavam espaço com a decoração. A dimensão argumentativa obteve importante expressão por meio dos discursos

durante a abertura e das palavras de ordem, mas ficou restrita a esses momentos, por isso, em nossa percepção, o impacto visual do espetáculo e da festa estiveram sobrepostos à argumentação.

O movimento se prepara para a organização das paradas com antecedência, por meio de reuniões que incentivam o diálogo dos participantes e, a cada ano, de acordo com os entrevistados, o grupo tem se aprimorado no processo de organização do evento. Por meio da observação, identificamos o comprometimento dos militantes na montagem da estrutura e acompanhamento das atividades, levando-nos a concluir que as ações de relações públicas desenvolvidas pelo grupo têm sido eficazes, uma vez que não foi mencionada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer os objetivos do movimento.

Quanto ao desempenho da Parada em termos de espetáculo, festa, argumentação e organização, as reflexões foram apresentadas na abordagem sobre a observação sistemática presencial. O cenário extraordinário que formava o espetáculo, assim como o divertimento e a cerimônia construídos pela dimensão festiva, proporcionaram, portanto, um impacto visual que perdurou durante todo o evento. Esse fator pode ter sido determinante para a ênfase nessas dimensões pelo *Jornal da Cidade*, embora o *Bom Dia* tenha dedicado também uma coluna para ilustrar o caráter espetacular do evento.

Em termos de organização, a observação sistemática nos levou a inferir que foi eficaz, uma vez que não foi observada nenhuma ocorrência que resultasse em comprometimento dos objetivos do movimento. É importante ponderar, porém, que é necessário pensar em ações que possam procurar coibir os vendedores não autorizados de bebidas alcoólicas, cuja procedência não é conhecida, mas que circularam livremente na Parada, muitos dos quais trouxeram bebidas armazenadas em locais improvisados, como garrafas pet.

No que se refere à percepção dos líderes do movimento e sua representação mediática, destacamos alguns pontos. A entrevista revelou que cada um dos organizadores compreende a Parada da Diversidade como um evento para o combate ao preconceito. Diversas afirmações evidenciaram esse sentido, embora os aspectos festivo e espetacular tenham sido observados implicitamente por meio de ex-

pressões que denotaram esses sentidos. De acordo com as entrevistadas, o evento seria compreendido como uma “festa para o combate ao preconceito” ou, como já foi mencionado por um dos líderes, o “espetáculo da cidadania”.

Diante disso, apesar de as lutas do movimento terem sido constantemente mencionadas pelos entrevistados, eles demonstraram compreender que o grupo constitui um movimento social com características peculiares, que promove a Parada da Diversidade como uma forma de comunicação, destacando-se a festa e o espetáculo. Em nossa análise, para os líderes do movimento, a Parada da Diversidade tem o sentido de uma festa na qual se celebra a diversidade sexual, e, também, de uma manifestação contra o preconceito e a discriminação contra os homossexuais. Embora os líderes ressaltem os propósitos do movimento, há que se considerar o impacto visual produzido pelas cores, pela música e pela participação do público ao redor dos trios.

Nesse sentido, o *Jornal da Cidade* se ateve, na matéria informativa, principalmente ao caráter espetacular do evento e à festa. As lutas do movimento foram abordadas superficialmente pelos entrevistados do jornal. O *Bom Dia*, por sua vez, embora tenha criticado a utilização do evento para a realização de campanhas eleitorais, abordou questões relativas à dimensão argumentativa do evento. Portanto, a percepção dos líderes do movimento está parcialmente condizente com a parada e sua representação mediática, pois apenas um dos jornais trouxe uma abordagem mais reflexiva sobre os propósitos do movimento.

Diante do exposto, podemos identificar as representações midiáticas em termos de espetáculo, festa, argumentação e organização que foram abordadas nas matérias jornalísticas analisadas. Os dois jornais apresentaram um tom geral favorável e simpático ao evento, no entanto, compreendemos que a ênfase nos aspectos festivo e espetacular pode contribuir para potencializar estereótipos, contra os quais o movimento homossexual tem lutado. Apenas o *Bom Dia*, por meio de um breve resgate da história do movimento em Bauru, na coluna “Nossa opinião”, contribuiu para amplificar aos leitores

os propósitos do movimento da diversidade.

Portanto, as respostas às questões de pesquisa contribuíram para analisarmos como a Parada da Diversidade de Bauru representa as lutas do movimento homossexual na cidade por meio da percepção dos organizadores sobre o evento, as representações mediáticas e a análise do que foi observado na Parada. Com base nos conceitos de eventos apresentados na fundamentação teórica desse trabalho, podemos interpretar a importância da Parada como uma estratégia que não se restringe à promoção de visibilidade, mas que também confere legitimidade ao movimento, ao aglutinar cada vez mais pessoas e contar com a cobertura e apoio dos meios de comunicação. A Parada pode ser interpretada como uma estratégia de comunicação para disseminar as lutas do movimento, amplificadas para o conjunto da sociedade local por meio da cobertura jornalística dos meios de comunicação.

Os métodos utilizados apresentaram resultados que convergem entre si parcialmente. Por meio da observação, podemos inferir que, embora todas as categorias tenham sido contempladas, a argumentação, que reflete os propósitos do movimento, se restringiu a momentos específicos, enquanto o espetáculo e a festa estiveram visivelmente estampados durante todo o evento. Sob a ótica dos entrevistados, a importância da Parada consiste na luta dos homossexuais contra o preconceito, a qual foi ressaltada por todos, embora como realização, a Parada seja representada principalmente como um evento festivo e espetacular. Os meios de comunicação, por exemplo, destacaram as imagens alusivas ao arco-íris e às personagens presentes no evento.

Portanto, pelos dados obtidos pela observação, entrevistas e análise das matérias jornalísticas impressas, a Parada representa um grupo que celebra, que busca a diversão, mas visa os direitos de cidadania. Para os entrevistados, a Parada da Diversidade é um evento organizado por um movimento social, dos homossexuais, aberto às outras minorias, que reivindica o fim do preconceito e da discriminação. No entanto, apesar de o *Jornal Bom Dia* ter abordado os propósitos do movimento, os aspectos festivo e espetacular obtiveram

relevância nos dois jornais. A estética do evento, porém, remete, visualmente, ao caráter festivo e espetacular, a qual expressa, também, a identidade do movimento por meio de sua simbologia. Por meio da observação, constatamos que o divertimento e o espetáculo perduraram durante todo o evento, porém, as lutas do movimento se restringiram a momentos específicos, contrapondo-se aos objetivos dos entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos proporcionou uma reflexão acerca de uma abordagem distinta para a área de eventos. Essas ações são, geralmente, realizadas pelas organizações com propósitos distintos, tendo essencialmente a função de promover relacionamentos. No âmbito dos movimentos sociais, os eventos expressam suas reivindicações, as quais geralmente resultam em visibilidade e legitimidade aos seus propósitos. No entanto, é necessário o desenvolvimento de um planejamento minucioso para que os resultados estejam condizentes com os propósitos do movimento.

No que se refere ao objeto de estudo desse trabalho, é importante mencionar que a Parada realizada pelos movimentos de homossexuais apresenta características peculiares. Trata-se de uma manifestação pacífica, na qual elementos identitários são ressaltados, com o objetivo de protestar contra o preconceito e à discriminação. O movimento da diversidade de Bauru, composto majoritariamente pelo público LGBT, realizou, em apenas cinco anos, a segunda maior parada do estado de São Paulo. Com base nos resultados dessa pesquisa, algumas ponderações são relevantes.

O movimento homossexual tem obtido conquistas importantes em curtíssimo tempo no Brasil e no mundo. O reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal em 2011,

a aprovação do casamento civil entre homossexuais em alguns países, estendendo-se a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Brasil, demonstram algumas dessas vitórias. Em Bauru, foi regulamentada a “Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação” em 2010 e foi criado, em 2011, o Conselho de Atenção à Diversidade Sexual. É importante lembrar, porém, que apesar desses avanços sociais promovidos, muitas dessas pessoas ainda são vítimas do preconceito e discriminação que ainda perdura nos dias atuais.

Com base nas dimensões dos eventos apresentados nesse trabalho, pode-se definir a Parada como uma ação que confere afirmação e identidade ao movimento, ao aglutinar cada vez mais pessoas e contar com a cobertura e apoio dos meios de comunicação. A Parada pode ser interpretada como uma estratégia de comunicação para disseminar as lutas do movimento, amplificadas para o conjunto da sociedade local por meio da cobertura jornalística dos meios de comunicação.

A presença de espectadores que assistem ao desfile de cores é uma forma de captar a atenção de pessoas que, em princípio, são favoráveis ao movimento. Porém, a concepção de um dia para celebrar, publicamente, a diversidade sexual, é insuficiente para se promover algum avanço social, pois, os direitos à liberdade e ao respeito enquanto cidadãos não devem se restringir à duração do evento. O evento leva as pessoas às ruas, a ocupação de espaços públicos importantes, à legitimação dessas lutas, no entanto, é necessário que o evento não se torne uma ação efêmera, mas uma forma de convocar as pessoas para ações contínuas do movimento.

Com base nos conceitos de Gohn (1997, 2007, 2009), pode-se dizer que o movimento homossexual constitui um “novo movimento social”, não ligado às reivindicações de classe ou à revolução. Trata-se de um movimento pacífico, com adeptos em todas as classes sociais e profissões. O movimento não visa apenas o combate ao preconceito, mas reivindica a aprovação de leis mais rígidas que garantam a esse público os direitos plenos de cidadania.

É importante ressaltar que como os homossexuais se encontram em todas as classes sociais, seu movimento não costuma encontrar a resistência que movimentos sociais tradicionais enfrentam. Além

disso, eles formam um segmento de mercado importante, contando inclusive com estratos com alto poder aquisitivo. Essa concepção vai ao encontro de um dos objetivos das paradas, sob a ótica de Mott (2004), que consiste em mostrar à sociedade que esses cidadãos são também eleitores e consumidores potenciais.

A partir das análises realizadas nessa pesquisa, identificamos alguns fatores que explicam o respaldo que o movimento conquistou na cidade. Desde a primeira edição do evento, o grupo recebeu o apoio do poder público para algumas ações essenciais, como a liberação dos espaços urbanos centrais para a realização da parada, interdição do trânsito, policiamento e outras questões de infraestrutura necessárias. Na primeira edição, o número de participantes surpreendeu não apenas os organizadores, mas os proprietários de hotéis e restaurantes, reiterando os conceitos de Mott (2004).

Outro fator que deve ser ressaltado é a atuação decisiva da ABD. Os líderes, proprietários de uma casa noturna direcionada ao público LGBT, criaram a associação e formaram o movimento em Bauru. A proposta era adquirir visibilidade e, então, desenvolver ações amplas em busca dos direitos de cidadania dos homossexuais, que promovessem legitimidade ao movimento, caso contrário não haveria nenhuma mudança social.

Assim, a Parada da Diversidade chegou a sua quinta edição em 2012, com o respaldo de autoridades que participam do evento presencialmente. A cada ano, o evento recebe um número maior de participantes, o que é comemorado pelos organizadores. Essa situação reflete, ainda, a força da ABD para aglutinar públicos, provenientes de outros estados. Identificamos, porém, que o aumento de pessoas tem ressaltado os aspectos espetacular e festivo do evento, sobrepondo-se aos propósitos da mobilização.

Diante do exposto, tendo como objeto de estudo a Parada da Diversidade, nossas análises nos permitem algumas inferências sob enfoques distintos. Inicialmente, um evento de mobilização, como marchas e passeatas, proporciona visibilidade ao movimento que o promove. A Parada da Diversidade de Bauru reitera essa concepção por ter se tornado uma importante estratégia de comu-

nicação do movimento homossexual com os demais grupos sociais da cidade, distinguindo-se dos anos que antecederam a primeira edição do evento, quando os homossexuais ficavam restritos a espaços específicos.

Para que se alcance os resultados pretendidos, é necessário que haja convergência entre os objetivos do movimento social, como eles são expostos e como os meios de comunicação os disseminam. No caso do evento estudado, identificamos que, em termos de visibilidade e legitimidade, o movimento atingiu seu objetivo, pois adquiriu respaldo de autoridades e tem obtido importantes conquistas na cidade. Esses propósitos são importantes para que se obtenham objetivos maiores, como reivindicar leis mais rígidas para o combate ao preconceito e à discriminação.

O impacto espetacular e festivo permaneceu visível durante todo o tempo do evento, em contraposição aos propósitos do movimento. A argumentação esteve restrita a momentos específicos, como durante os discursos de abertura, às entrevistas concedidas aos meios de comunicação que compareceram ao evento e, ainda, às palavras de ordem ouvidas a cada hora, com a interrupção da música. As faixas expostas nos trios elétricos também expressaram as lutas do movimento, no entanto, ficaram, em sua maioria, sobrepostas à decoração dos trios.

Com isso, as matérias jornalísticas também destacaram as dimensões espetacular e festiva da Parada. Conforme abordado por Butterman (2012) e Jesus e Galinkin (2007), esses aspectos são inerentes ao evento, assim como os propósitos do movimento. É nesse sentido que temos algumas ressalvas quanto ao número crescente de pessoas no evento, já que essa situação não é ampliada ao movimento, que se mantém com o apoio de um número reduzido de voluntários. Além disso, o número grande de pessoas não significa necessariamente que elas estão sensíveis à causa que elas próprias vivenciam, é possível que o evento seja compreendido como um espaço público para a diversão.

Por outro lado, os objetivos estão definidos para os organizadores, haja vista os discursos proferidos por eles durante a abertura e as

respostas obtidas pelas entrevistas. No entanto, visualmente, outros aspectos promoveram mais impacto, como o caráter espetacular e festivo, os quais também foram destacados pelos meios de comunicação. Nesse sentido, identificamos que o evento foi pauta da agenda dos meios de comunicação, mas seu caráter argumentativo poderia ter sido evidenciado. Assim, reiteramos que os eventos cumprem o papel de comunicar aos demais grupos sociais essas lutas, no entanto é necessário que as causas pelas quais os movimentos se mobilizam sejam evidenciadas.

Diante do exposto, destacaram-se na pesquisa o papel e a importância dos eventos no contexto dos movimentos sociais. Como estratégia de comunicação, reúnem pessoas e conquistam espaço nos meios de comunicação, tornando-se pauta para a agenda dos meios e do público. Como observaram Merton e Lazarsfeld (1990), além de divulgarem-nas, os meios de comunicação atribuem status a pessoas, eventos e causas. É fundamental que as pessoas, engajadas com as ações do movimento, enfatizem suas ações por meio da comunicação mobilizadora, que, de acordo com Peruzzo (2007), deve incentivar o comprometimento das pessoas com as lutas, sem, contudo, manipulá-las.

É importante destacar, também, a área de Relações Públicas no contexto dos movimentos sociais. Apesar de vivenciarmos um cenário de constante desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e outras formas de articulação pelos movimentos, a relação presencial não foi substituída e mobilizações como a Parada da Diversidade evidenciam a força adquirida por ela. Nesse sentido, adquirem relevância as relações públicas nos movimentos sociais, na gestão de relacionamentos, constituindo-se, conforme explica Peruzzo (1993), em sua dinâmica, concretizando-se como elemento intrínseco aos movimentos sociais.

As categorias utilizadas para análise do nosso corpus de análise podem ser aplicadas aos demais movimentos sociais. O espetáculo em eventos de movimentos sociais tem como função criar um cenário extraordinário e captar a atenção das pessoas para que se mobilizem para suas lutas. O caráter festivo, identificado pela integração entre

as pessoas, promovendo diversão, reflete a supressão temporária de algumas normas sociais, as quais não se confundem com ações de vandalismo. A argumentação, por sua vez, expõe as reivindicações dos grupos, abordando desde uma situação que deve ser modificada às propostas para transformação.

É importante, também, retomar os conceitos de Toro e Werneck (2007), que enfatizam a importância do evento nas mobilizações sociais como oportunidade para a obtenção de visibilidade às causas reivindicadas. Segundo os autores, o evento não deve ser uma ação isolada, mas é fundamental que ações contínuas sejam realizadas para que, efetivamente, se possa proporcionar um avanço social. Nesse sentido, é necessário sensibilizar as pessoas para que se comprometam com a participação corresponsável nas ações dos movimentos. Reiteramos a importância dos eventos no contexto dos movimentos sociais como uma estratégia para comunicar às audiências massivas suas lutas pela cidadania.

Nosso estudo sobre a realização de um evento, sob a ótica de seus organizadores, dos meios de comunicação impressos e da observação sistemática presencial, focalizou o seu papel na construção de representações dos movimentos sociais. Para desdobrar a análise, seria importante a realização de outros estudos sobre o tema, sob a ótica do público receptor, como os leitores dos meios de comunicação impressos analisados, dos participantes e das pessoas que usualmente comparecem ao evento como audiência.

REFERÊNCIAS

- A luta contra o preconceito. *Bom Dia*, Bauru. 27 ago. 2012. Coluna Nossa opinião, p. 6.
- AMARAL, R. *Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”*. 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/festas.html>>.
- ASSOCIAÇÃO BAURU PELA DIVERSIDADE. Disponível em: <www.baurupeladiversidade.org.br>. Acesso em: 10 set. 2012.
- BAKER, M. Sexual identity. *Encyclopedia of Identity*. 2010. SAGE Publications. Disponível em: <http://www.sage-e-reference.com/identity/Article_n248.html>. Acesso em: 31 mar. 2011.
- BAKER, S. *Representation*. 2007. Disponível em: <<http://www.adamranson.plus.com/Representation.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- BARROS, A. T. A relação entre o sistêmico e o vivido na comunicação institucional. In: KUNSCH, M. M. K; KUNSCH, W. L. (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007, p.124-136.
- BRAGA, C. S.; COUTO E SILVA, D. B.; MAFRA, R. L. M. Fatores de identificação em projetos de mobilização social. In:

- HENRIQUES, M. S. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.59-94.
- BUTTERMAN, S. *Invisibilidade vigilante: representações midiáticas da maior parada gay do planeta*. São Paulo: nVersos, 2012.
- BRITTO, J; FONTES, N. *Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CAIRES, L. Cidadania, movimentos sociais e comunicação alternativa pela internet: algumas questões na perspectiva do centro de mídia independente Brasil. *Revista Alterjor*, São Paulo, v.1, n.0, ago.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewFile/9/pdf_8>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- CAMARGO, Cristina. Parada Gay faz edição mais política. *Bom Dia*, Bauru, 27 ago. 2012. *Caderno Dia a Dia*, p. 2-3.
- CANTON, A. M. *Eventos: ferramenta de sustentação para as organizações do terceiro setor*. São Paulo: Roca, 2002.
- CASTRO, J. C.; CASTRO, M. C. *Dicionário de Filosofia*. Disponível em: <<http://www.filoinfo.bem-vindo.net/filosofia/modules/lexico/entry.php?entryID=611>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CÉSAR, R. E. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, M. M. K.;
- KUNSCH, W. L. (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007. pp.78-91.
- CESCA, C. G. G. *Organização de eventos: manual para planejamento e execução*. São Paulo: Summus, 2008.
- DANIEL, H. O movimento homossexual brasileiro organizado – esse quase desconhecido. In: MÍCCOLIS, L.; DANIEL, H. *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983. p.96-110.

- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2011. p.62-83.
- ENTRELINHAS. Jornal da Cidade, Bauru, 27 ago. 2012. Caderno Opinião, p. 2.
- FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.25, jan-abr. 2004. pp.105-115. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- FERREIRA, L. R. *A Associação de Bauru pela Diversidade como aglutinadora de interesses sob a ótica das Relações Públicas*. 2010. 140f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Públicas)-USC. Bauru, 2010.
- FERREIRA, W. Comunicação dirigida: instrumento de relações públicas. In: KUNSCH, Ma. M. K. (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. p.91-102.
- FORTES, W. G.; SILVA, M. B. R. *Eventos: estratégias de planejamento e execução*. São Paulo: Summus, 2011.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GARCIA, S. G. A propósito de sexualidades e culturas de resistência: modernidade, identidade e política. In: *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*. v.5, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/03.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- GIÁCOMO, C. *Tudo acaba em festa*. São Paulo: Página aberta, 1993.
- GIACAGLIA, Maria Cecília. *Eventos: como criar, estruturar e captar recursos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- GIL, A. C. *Estudo de caso*. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOHN, M. G. *História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, M. G. (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2007. p.13-32.

- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- HAMAM, R. O evento integrando o mix da comunicação. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. p.129-138.
- HENRIQUES, M. S. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007. p.92-104.
- _____; BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.33-58.
- _____. Relações Públicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.17-32.
- HOHLFELDT, A. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.187-240.
- JESUS, J. G.; GALINKIN, A. L. Gênero e mobilização social: participação feminina na Parada do Orgulho de Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. In: *Bagoas: revista de estudos gays*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal: EDUFRN, 2007. v.1, n.1, jul.-dez. p.283-300.
- KUNSCH, M. M. K. Campos de estudos emergentes em comunicação nas novas cidadanias. In: BEZZON, Lara Crivelaro (Org.). *Comunicação, política e sociedade*. São Paulo: Alínea, 2005. p.21-44.

- _____. *Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 2003.
- _____. Sociedade civil, multidadania e comunicação social. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). *Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007. p.59-77.
- LISTER, R. Sexual Citizenship. *Handbook of Citizenship Studies*. 2003. SAGE Publications. Disponível em: <http://www.sage-ereference.com/hdbk_citizen/Article_n12.html>. Acesso em 14 abr. 2010.
- LOPES, M. I. V. L. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- MAFRA, R. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MANZINI-COVRE, M. L. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MARTIN, V. *Manual prático de eventos*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINO, L. M. S. *Comunicação e identidade: quem você pensa que é?* São Paulo: Paulus, 2010.
- MARTINO, L. C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- MATIAS, M. *Organização de eventos: procedimentos e técnicas*. Barueri: Manole, 2007.
- MCCOMBS, M. *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEIRELLES, G. F. *Eventos: seu negócio, seu sucesso*. São Paulo: Ibradep, 2003.
- _____. *Protocolo e cerimonial: normas, ritos e pompa*. São Paulo: Ibradep, 2006.
- _____. *Tudo sobre eventos*. São Paulo: STS, 1999.

- MELO NETO, F. P. *Marketing de eventos*. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- MERTON, R. K.; LAZARSFELD, P. F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, L. C. (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MORAES, Tisa. Diversidade tem recorde de público. *Jornal da Cidade*, Bauru, 27 ago. 2012. Caderno Geral, p. 7.
- MOTT, L. *ABC das paradas gays*: Cartilha com informações úteis de como potencializar as Paradas GLTBS. Disponível em: <www.abglt.org.br/port/paradasabc.php>. Acesso em: 25 jan. 2012.
- MURADE, J. F. G. Relações Públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007. p.150-164.
- OLIVEIRA, M. J. C. Panorama social e cidadania: uma análise sobre o Brasil na ótica da comunicação. In: BEZZON, L. C. (Org.). *Comunicação, política e sociedade*. São Paulo: Alínea, 2005. p.45-64.
- PERUZZO, C. M. K. *Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2011.
- _____. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Orgs.). *Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Cengage Learning, 2007. p.45-58.
- _____. Fundamentos e Tendências da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas no Terceiro Setor. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas Abrapcorp, 3, 2009, São Paulo, SP. *Anais* (on-line). São Paulo: Abrapcorp, 2009. Disponível em: <<http://www.abrapcorp.org.br/anais2009>>. Acesso em 01 jun. 2012.
- _____. Relações públicas, movimentos populares e transformação social. *Revista Brasileira de Comunicação*, v.XVI, n.2. São Pau-

- lo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1993. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-relacoes-publicas.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- PORTER, M. E. *Competição*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- RUBIM, A. A. C. Cidadania, Comunicação e Cultura. In: PERUZZO, C. M. K.; ALMEIDA, F. F. (Orgs.). *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: Intercom, 2003. p.100-114.
- SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SOARES, M. C. Análise de enquadramento. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006. p.450-465.
- _____. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- TOSTA, S. P.; MARRA, C. S. Identidade. *Enciclopédia INTERCOM de comunicação*. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v.1, p.640-641.
- VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ZANATTA, E. M.. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*. n.5/6, 1996/1997. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/publicacoes/cadernos/cad-5/artigo-7-p221.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- ZONTA, Luly. Nações arco-íris. *Bom Dia*, Bauru, 27 ago. 2013. Coluna Camila, p.14.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Arlete Quaresma

